

PARTE 3 |

**Alternativas e Resistências ao Modelo de
Desenvolvimento na Região: Abrindo
Campos de Possibilidades Emancipadores**

14

INTRODUÇÃO: ALTERNATIVAS E RESISTÊNCIAS

Maria de Lourdes Vicente da Silva

Maria da Paz Feitosa

Lara de Queiroz Viana

Maiana Maia Teixeira

Maria das Graças Hoefel

“Contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres”

Florestan Fernandes

Nos últimos anos, a expansão do mercado mundial resultou numa ofensiva do capitalismo na reorganização do trabalho, na regulamentação do Estado e na exploração dos recursos naturais como uma nova fronteira de acumulação. Ao mesmo tempo, essa ofensiva produziu uma enorme contradição, pois afetou e piorou as condições de vida e de trabalho dos povos em todo o mundo.

Como resultado desse modelo, deparamo-nos na atualidade com mais de 850 milhões de seres humanos vivendo abaixo da linha da pobreza, um imenso contingente de pessoas que não têm acesso aos direitos sociais e ambientais considerados essenciais para o transcurso de uma vida digna, como saúde, trabalho, saneamento básico, entre outros. Assistimos ao desaparecimento de etnias, modos de vida, culturas e biodiversidades. Sentimos os efeitos devastadores das crises financeiras, alimentares, energéticas, hídricas, climáticas, políticas, éticas e sociais, que vêm propiciando grandes transformações no planeta e ameaçando o futuro da humanidade.

Ao mesmo tempo, essa contradição do capital gerou diferentes formas de resistência que se traduzem em lutas anticapitalistas e anti-imperialistas e demonstram a consolidação recente de numerosos movimentos e organizações contra-hegemônicos a esse modelo.

Os vários séculos de predomínio do capitalismo não conseguiram diminuir a indignação e a resistência efetiva aos valores e às práticas que constituem o núcleo central do capitalismo, enquanto sistema econômico e forma de civilização. (SANTOS & RODRÍGUEZ: 2005, p. 23).

As bases de sustentação desse modelo são permanentemente questionadas por diferentes protestos. Podemos citar, por exemplo, as lutas desencadeadas pelos movimentos camponeses que têm feito um enfrentamento direto à concentração da propriedade da terra e dos bens naturais; os movimentos urbanos e de moradia que têm denunciado os impactos para a cidade da reprodução desse modelo produtor de misérias, violências e

barbáries sociais; os movimentos feministas que têm questionado o capitalismo e o patriarcado como os responsáveis pela opressão e discriminação das mulheres; os movimentos indígenas que têm lutados por seus territórios, pela autonomia de seus povos e por sua concepção de cosmovisão; os movimentos ambientalistas que têm denunciado a pilhagem dos recursos naturais, a injusta distribuição dos riscos ambientais entre os grupos sociais, entre outros aspectos políticos e socioeconômicos relativos ao meio ambiente; os movimentos dos desempregados e de ocupação das fábricas pelos trabalhadores; os movimentos étnicos raciais; as lutas contra empresas transnacionais na agricultura e contra os organismos multilaterais como FMI (Fundo Monetário Internacional), BM (Banco Mundial, OMC (Organização Mundial do Comércio), a luta contra a criação da ALCA (Área de livre Comércio das Américas), G7, G20 (Grupo dos 7 e dos 20 países mais ricos do mundo); os movimentos étnicos; de diversidade sexual; as experiências antiglobalização como o Fórum Social Mundial, Alba etc.

Em rejeição aos moldes de padronização que o capitalismo busca implantar e expandir, anuncia-se como caminho estratégico de resistência o reconhecimento, a valorização e a divulgação da diversidade enraizada nos territórios.

Esses e outros movimentos reafirmam a compreensão de que, paralelo à construção de redes e articulações inclusive transnacionais, há a construção do fortalecimento de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista e provocam o debate sobre as necessárias mudanças na estrutura política, social, produtiva e econômica da sociedade.

Segundo Santos (2005), os movimentos de resistência podem ser percebidos nas histórias de luta e enfrentamento ao processo de colonização, bem como na atualidade em que comunidades constroem suas alternativas aos projetos neocoloniais.

Na encruzilhada histórica onde nos situamos, diversos movimentos sociais afirmam que não é mais suficiente renovar o sistema capitalista, mas que a questão central estaria em transformá-lo, em forjar novas relações humanas, sociais, ambientais, políticas e econômicas que respondam aos dilemas vividos pela humanidade ao longo desse século.

Nesse sentido, as alternativas criadas pelos diferentes grupos étnicos e sociais nos apontam caminhos de transformações. A realidade passa a ser um campo de novas possibilidades, de novos caminhos a serem percorridos para que o sonho de justiça social se efetive com práticas sociais emancipadoras, como nos afirma Santos:

A insistência na viabilidade das alternativas não implica, contudo, uma aceitação do que existe. A afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas. Neste sentido, a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedades mais justas. Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (SANTOS, 2005, p. 25).

Dar vez e voz a essas alternativas é uma forma de visibilizar mecanismos de resistência, frente a uma realidade em constante mutação e transformação, a partir destes distintos interesses que estão em disputa: de um lado, o capital, e de outro, os grupos sociais que têm denunciado as diferentes formas de violência e a destruição do planeta gerada pelo capital.

Através da produção, da organização e das lutas, as alternativas transformam-se em espaços de resistências de diferentes povos e comunidades, em diferentes lugares, que querem transformar o mundo, pondo fim às relações de opressão e destruição.

Cada vez mais o grito da terra, de homens e mulheres, é de que é possível e necessário transformar o curso da história. É urgente repensar e redescobrir o papel e o lugar da resistência e da superação desse modelo de desenvolvimento.

Nesse sentido, somos desafiados a pensar o futuro inspirando-nos nas trajetórias das lutas desencadeadas por diferentes povos e em diferentes tempos históricos. É a urgência de novas utopias que perpassa a luta pela superação das explorações do homem e da natureza pelo mercado. Urgência que traz em seu bojo a correlação de forças antagônicas, determinadoras dos formatos que as resistências assumirão, ao manter ou superar a condição de desigualdade combatida.

Cabe ressaltar que a forma de organização da sociedade política e as características de sua organicidade, as quais se revelam como espaços de expressão da luta de classes e, portanto, da correlação de forças existente na sociedade, estão ancoradas e traduzem o modo de produção vigente (GRAMSCI, 1971).

O modo como os embates são travados no interior destas esferas e a constante disputa e câmbio de alianças entre as distintas frações sociais traduzem, em verdade, a disputa por hegemonia e a permanente luta pela construção de uma contra-hegemonia no interior da sociedade política rumo à instituição de distintos projetos de sociedade (Idem, 1971).

Entender a dominação e, principalmente, a resistência a ela, supõe considerar o universo da cultura, conhecer não só o concreto vivido pelas pessoas mas também os processos pelos quais a ele atribuem significados (SADER, 1988, p. 43). Isto porque não parece haver uma linearidade entre as experiências cotidianas e a ação dos homens, as quais seriam mediadas, simbolicamente, pela cultura. A cultura é, portanto, espaço de dominação, mas também de resistência, onde é possível gestar-se o novo.

Das experiências sobre os significados da resistência à dominação, pode gestar-se a autonomia dos sujeitos coletivos e individuais. Dialeticamente, a autonomia pode ser vista como “a liberdade nascendo da contestação da dominação, algo novo surgindo do velho”.

Este é um processo que não se apresenta de forma acabada, mas que se faz historicamente por sujeitos que, ao reconhecer uma dependência do Outro, agem no sentido de se tornarem livres, descobrirem sua identidade e se autodeterminarem na busca da realização individual e coletiva (LE VEN, 1988, p. 25- 28).

Assim, os sujeitos, colocados sob o peso da hegemonia, assimilam suas normas e valores, até mesmo para inserirem-se na sociedade (BRANDÃO, 1982). Mas também reorganizam a lógica da cultura que a mantém. É que a vivência concreta de suas contradições

gera uma corrente subterrânea de desagrado e oposição, um descontentamento que é fonte potencial de mudança (MOORE J. R, 1987, p. 79).

Neste processo, os sujeitos, marcados por suas inserções particulares no conjunto das relações sociais e pelas contradições que experimentam a partir deste lugar social, questionam a visão de mundo que lhes é dada e dela se reapropriam de forma diferenciada (MADEIRA, 1990, p. 7). Não apenas introjetam, mas também criam e projetam sobre o real, construindo novas representações sociais – princípios geradores de tomada de posições e ordenadores da ação (DURKHEIM, 1974; MOSCOVICI, 1979; SPINK, 1989; JODELET, 1990; HERZLICH, 1972). Assim, pouco a pouco, vão conformando novas culturas, diferentes ou até opostas à hegemônica, e que com ela disputam para se instituírem.

Nesse sentido, a construção de um projeto que vislumbre uma sociedade humanizante e humanizada e que rompa com a lógica de destruição do planeta e de submissão as necessidades da reprodução do capital e degradação das condições de vida humana em todas as suas dimensões é a condição para a construção de alternativas de trabalho e vida pautadas em novas relações socioambientais entre os seres humanos e deles para com o planeta. O futuro depende dessa tomada de decisão de construção de uma cultura contra-hegemônica. Desta forma, a cultura hegemônica, numa sociedade dividida em classes, legitima e naturaliza e reproduz a exploração econômica e a dominação política. Mas isto não é tudo, porque,

Na prática, a hegemonia nunca pode ser singular. Suas estruturas concretas são altamente complexas e sobretudo (o que é crucial) não existe apenas passivamente na forma de dominação. Deve ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada e é continuamente resistida, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são suas. Nesse sentido, devemos **acrescentar ao conceito de hegemonia os conceitos de contra-hegemonia e de hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática.** (WILIAMS, 1977, *apud* CHAUI, 1987. Grifos nossos)

Esses conceitos nos ajudam a compreender as disputas presentes na região do Baixo Jaguaribe e nos coloca no meio da tomada de decisão sobre tudo o que define nossas certezas e incertezas de futuro em relação a esse território.

Problematizar a correlação de forças entre o poder do capital e as ações de resistência das comunidades no contexto social do território em questão, pressupõe uma discussão acerca desse espaço social e a construção de diferentes formas de poder nele contidas.

O espaço social pode ser descrito como um campo de forças, um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo. Neste espaço, as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição de mundo social mais conforme aos seus interesses, a visão da sua identidade social (BOURDIEU, 1998)

Trata-se de um espaço multidimensional, onde cada agente ou grupos de agentes está situado em função de suas posições e trajetórias, e atuam através das diferentes espécies de poder que possuam, como: capital econômico, capital social, capital cultural e

capital simbólico. A hierarquia que se estabelece entre as espécies do capital faz com que o campo econômico tenda a impor sua estrutura aos outros campos (BOURDIEU, 1998). Essa assimetria do poder na sociedade, envolvendo distintos interesses e hierarquias, marca a dinâmica das resistências dos oprimidos diante da opressão que se lhe ergueram ao longo dos séculos.

No caso de nosso país, a formação do povo brasileiro é marcada pelo legado de muitas lutas sociais de resistência. Os povos indígenas, os quilombolas, os camponeses e os movimentos populares são alguns dos sujeitos importantes que pautaram e continuam a protagonizar os processos de disputas de interesses políticos, sociais e econômicos sobre o território brasileiro.

A Questão Agrária Brasileira e os Movimentos de Resistência no Campo

As lutas por transformações nas condições materiais de existência encontraram na organização de classe um meio de resistir, participar e transformar as desigualdades sociais – que têm suas raízes na concentração da terra, no modelo de produção e na distribuição desigual da renda para o povo brasileiro. Essa situação gerou, ao longo da história do Brasil, inúmeros conflitos sociais no campo e na cidade.

No caso do campo, os conflitos sempre estiveram presentes e se inscreveram na história latino-americana desde o século XV, acentuando-se com o surgimento do capitalismo industrial, cujas repercussões conduziram ao aprofundamento das condições de pobreza no campo e degradação do meio ambiente, fatos que desaguarão em sucessivos movimentos camponeses que lutaram (e continuam lutando) por condições dignas de vida (SILVA, 2004).

No contexto brasileiro, os conflitos no campo sempre estiveram vinculados à luta pelo direito à terra e contra o latifúndio, marca da formação social do Brasil e elemento gerador de desigualdades sociais históricas. De fato, a concentração de terras em poder de uma elite dominante – no Brasil e na América Latina – advém do período colonial e perpetua-se até os dias atuais por meio da aliança entre o Estado e as elites locais e, mais recentemente, com o capital estrangeiro.

Estas alianças cristalizam uma estrutura agrária centrada no latifúndio e na produção voltada para o mercado externo, impedindo a socialização da terra e fazendo com que qualquer mudança somente pudesse surgir por meio de lutas camponesas. Esta polarização entre a estrutura social brasileira rígida e desigual e a marginalização dos camponeses e sem-terra conduziu à radicalização das lutas no campo, determinando a luta por uma reforma agrária profunda como única opção, evidenciada nas experiências dos movimentos messiânicos, do Cangaço, das Ligas Camponesas e, recentemente, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (SILVA, 2004).

Ressalta-se que a formação das Ligas Camponesas, em 1955, foi um marco na organização dos camponeses e contribuiu expressivamente para o fortalecimento da luta por condições dignas de vida para milhares de trabalhadores e trabalhadoras camponesas, especialmente na região nordeste do país, berço de seu nascimento. As Ligas Camponesas surgem a partir de um conflito na região da zona da mata norte de Pernambuco e, ao

longo de dez anos de luta, ampliaram suas bases por todo Brasil, alcançando 20 estados do país em 1964, ano de sua dissolução (MARTINS, 1986; FERNANDES, 2000).

Elas consistiam em associações de trabalhadores rurais, apoiadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e atuavam por meio de estratégias de mobilização de massa com a realização de marchas, comícios e congressos, mecanismos considerados inovadores naquela época. Contudo, com a repressão política e o golpe militar de 1964, as Ligas são extintas e os movimentos camponeses são desarticulados, retornando à cena somente no final da década de 1970, com a ascensão do MST (SEVERO, 2008).

De acordo com Silva (2004), o golpe militar teve como um de seus objetivos justamente conter as revoltas no campo e as reivindicações por reformas de base e, especialmente, introduzir um modelo de desenvolvimento capitalista ancorado no capital internacional. Com efeito, após o golpe, os militares instituíram um modelo de desenvolvimento agrícola denominado política de “modernização conservadora” do campo, reforçando a concentração agrária no país e exacerbando os problemas sociais existentes.

A “modernização da agricultura” efetivada na década de 1960 representou, na prática, a adoção de um modelo pautado na intensificação do uso do solo, na mecanização e utilização de insumos químicos e na subordinação da agricultura à indústria (ARAÚJO, 2007; SILVA, 2004), reforçando a concentração de terras e deflagrando processos que viriam a desaguar na expulsão dos camponeses do campo e no aprofundamento das desigualdades sociais.

A partir da reestruturação produtiva ocorrida a partir da década de 1970 e da implantação do neoliberalismo nas décadas de 1980 e 1990, a aliança entre o latifúndio e o capital internacional expressou-se pelo domínio do agronegócio no campo. A adoção desse modelo de produção aprofundou a concentração da terra, ampliou a exploração dos trabalhadores, aumentou o leque de problemas relacionados à saúde ambiental e corroborou para a efervescência dos conflitos no campo.

Os conflitos e as lutas camponesas atualmente têm sido travados por diversos movimentos e organizações. O exemplo típico de movimento social camponês de escala nacional que oferece maior resistência à opressão engendrada na produção capitalista é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento, forjado no final dos anos 1970 e oficialmente fundado em 1984, está presente em 24 Estados brasileiros e, desde sua formação, dedica-se a lutar por três objetivos que constituem suas bandeiras: a terra, a Reforma Agrária e a justiça social.

Reconhecido nacional e internacionalmente, adquiriu visibilidade e importância política no percurso de seus 25 anos de atuação, significando hoje uma referência para o conjunto dos movimentos sociais do Brasil e da América Latina (SEVERO, 2008).

As organizações camponesas e os movimentos de resistências ao modelo do agronegócio trazem à tona, para discussão na sociedade, os interesses e as concepções de modelos para a agricultura brasileira, apontam as contradições e apresentam outro projeto para o campo – denominado, pelos movimentos camponeses de soberania alimentar ou agroecologia.

A concepção sistêmica que o campesinato elabora sobre si reivindica que “a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu território, sua

cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital” sejam consideradas “condições essenciais para continuar sendo camponês”. (FERNANDES & WELCH, 2008, p. 49).

Segundo esses autores, o trabalho familiar como base das relações sociais no campesinato distingue-se do agronegócio pela forma diferenciada com que se dá, naquele modelo, a apropriação dos recursos naturais, a concepção de território e o próprio processo de produção não capitalista. Tais características demarcam um grande distanciamento das rotinas do trabalho assalariado, da exploração da mão de obra, da produção em larga escala, das monoculturas, da dependência tecnológica e da utilização intensiva de insumos sintéticos, típicas do sistema agrícola capitalista.

O projeto de agricultura construído pelo campesinato traz no seu cerne o sonho da conquista e permanência na terra para muitos camponeses e camponesas do Brasil e, especificamente, do Estado do Ceará. Atrelados a esse sonho, percebemos o anseio pela manutenção dos modos de vida tradicionais e a emergência de outros valores a serem embutidos nas relações sociais e ambientais com a terra.

Inspirados no legado das lutas de resistências dos povos originários e dos quilombolas, nos exemplos deixados pelos movimentos cearenses de resistência, tais como a Guerra dos Bárbaros na Região do Apodi e o Movimento Caldeirão no Cariri, os camponeses e camponesas continuam resistindo e se fazendo sujeitos de um projeto de mudança.

Com eles, nos colocamos numa atitude de repensar nossa visão de mundo, sobre o campo e o campesinato e de fazer da esperança um motor para concebermos uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, impulsionar novos sonhos e utopias é o objetivo deste capítulo. Ele tem suas raízes fundadas nas experiências de resistências e de lutas históricas desencadeadas por comunidades tradicionais, assentamentos de reforma agrária e ações mobilizadoras por melhores condições de trabalho e de defesa do meio ambiente na região do Baixo Jaguaribe na atualidade.

No palco, mais uma vez em disputa, a terra e, com ela, todas as expressões da vida: o trabalho, a convivência com o semiárido, a diversificação da produção, a convivência com a natureza e sua preservação, o respeito ao meio ambiente. A luta pela terra, enquanto resgate da dignidade, garantia de direitos, produção da existência, sentido de vidas. Terra, nesse sentido, vista como o lugar de superação de desafios, de construção do novo, berço de sujeitos coletivos e de possibilidades. Terra, enfim, como sendo o lugar da superação de desafios, de vivência de novos valores. Terra como a força coletiva que movimenta os “resistentes” a pelas transformar as relações sociais, políticas, econômicas e ambientais ditadas, até então, pelo poder destrutivo do capital.

O presente capítulo versa sobre os movimentos de resistência ao agronegócio em área de abrangência da sub-bacia hidrográfica do Baixo Jaguaribe. Atualmente, a região é um grande polo de fruticultura para exportação com a presença de empresas multinacionais concentradas na Chapada do Apodi e no perímetro irrigado de Tabuleiro de Russas.

Nessa região, comunidades camponesas têm sofrido drásticos impactos socioambientais, que a posicionam num quadro complexo de conflito ambiental. Nesse contexto, a natureza – o acesso e apropriação de suas riquezas e serviços - encontra-se no campo dos conflitos sociais e é disputada por atores com projetos distintos para o território.

No Baixo Jaguaribe, a reestruturação produtiva do espaço agrário tem tensionado processos de reterritorialização. “Mais recentemente, um conjunto de novas ações do Estado no Vale do Jaguaribe vem criar as condições para uma reorganização de seus espaços produtivos, incorporando-os aos circuitos globalizados de empresas nacionais e multinacionais.” (RIGOTTO, 2008, p. 7). Ao mesmo tempo em que se tem a modernização agrícola, tem-se o aprofundamento de antigas questões em torno das desigualdades sociais.

Esta intensificação está relacionada à terra (concentração e expansão da fronteira agrícola), ao trabalho (novas tecnologias atreladas à proletarização e precarização do trabalho), às pessoas (desestruturação de modos de vida tradicionais), ao capital (expansão de monoculturas) e ao ecossistema (degradação ambiental) (RIGOTTO *et al.*, 2008).

Os problemas sociais e ambientais gerados por esse processo têm definido as lutas locais desencadeadas pelas comunidades camponesas e pelos movimentos sociais que atuam na região. As disputas entre esses atores sociais e o agronegócio desencadearam processos organizativos que evidenciaram problemas que, até então, não faziam parte do cotidiano de vida desses atores. Com a chegada de empresas de fruticultura, acirraram-se problemas sociais, ambientais, trabalhistas e de saúde para as populações da região. Compreender esses problemas e agir para resolvê-los são os desafios postos hoje para os camponeses.

A partir dessa realidade, podemos reafirmar que os problemas ambientais vivenciados pelos grupos sociais só se tornam “problemas” quando são assim nomeadas pela sociedade, quando afetam ou são percebidas como tais pela sociedade, quando indivíduos ou grupos sociais as definam neste sentido. E para que os problemas se afirmem socialmente é necessário que sejam construídos e difundidos no mundo social por intermédio de vários atores sociais, até que sejam reconhecidos por um conjunto amplo de indivíduos e instituições (TÁBARA, 1996, FREITAS, 2000).

Os conflitos ambientais da região do Baixo Jaguaribe ocorrem fundamentalmente pela disputa entre as proposições, por sujeitos diversos, de modelos diversos sobre formas de apropriação dos recursos naturais, trabalho e modos de vida a se constituírem sobre esse mesmo território. É importante destacar que a construção dessas divergências desenvolve-se sobre a atualização do processo de conscientização de direitos nos sujeitos envolvidos no conflito. No caso da região do Jaguaribe, um conflito ambiental.

Entende-se por conflitos ambientais aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa de uma mesma base de recursos ou de bases distintas mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Esses conflitos têm desencadeado inúmeros e distintos movimentos de resistência. Nesse capítulo buscaremos evidenciar quatro contextos de resistência à expansão do capitalismo no campo, ocorridos nos municípios de Limoeiro do Norte e Russas, Ceará, em defesa dos direitos à terra, à saúde comunitária, ao meio ambiente equilibrado, à condi-

ções de trabalho dignas, à participação social nas políticas públicas e aos modos de vida tradicionais.

Justificamos sua importância, pela oportunidade ora aproveitada de

dar visibilidade, no debate sobre a gestão das águas, dos solos, da biodiversidade e das infra-estruturas urbanas, aos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos. (ACSELRAD, 2004, p. 10).

Este capítulo é um acalanto da história, porque fala de sonhos. Ao reconhecer o protagonismo dos sujeitos que vivem o território, tanto no que diz respeito à sensibilidade para perceber a realidade, com seus problemas e respostas, quanto à mobilização para transformá-la, não buscamos “dar voz” a esses sujeitos, como se dela despossuídos fossem, mas problematizar a estrutura desigual de poder que, muitas vezes, dificulta que essa voz seja ouvida, amplificá-la, talvez, e “fazer chegar a outros ‘círculos’ essa voz, assumindo os equívocos que essa ‘tradução’ impõe.” (ALMEIDA, 2006 *apud* SAMPAIO *et al*, 2008, p. 9).

Com eles, assumimos como RIGOTTO (1992) a atitude de abrir os ouvidos para identificar os sussurros do movimento de mudança; a mão de “despencar a representação típico-ideal no real” (SADER e PAOLI, 1986:50) e exercitar os olhos para vermos os trabalhadores e camponeses fazendo-se sujeitos de transformação.

Pretendemos, ainda, uma teoria útil, na medida em que seja capaz de intervir como uma força transformadora na experiência efetiva dos sujeitos. Essa “práxis transformadora”, portanto, obriga-nos a adotar e defender intelectualmente o ponto de vista das classes sociais que sofrem com as injustiças socioambientais impostas ao território, transtornando consideravelmente o ponto de vista hegemônico que propugna pela neutralidade das funções atribuídas aos intelectuais na sociedade atual.

Construído a partir da voz dos que denunciam os conflitos, a teia complexa da realidade vai mostrando que, assim como não há apenas a riqueza difundida pelo discurso do agronegócio, mas há a miséria, a concentração de terras e a contaminação das águas, também não há somente a miséria, a concentração de terras e a contaminação das águas, mas há a sustentabilidade da agricultura familiar, a produção coletiva dos sistemas agroecológicos e a força da organização popular. De forma que, no mesmo muro que, na comunidade de Tomé, em Limoeiro do Norte, Ceará, registraram-se as lamentações, desenharam-se também os sonhos.

Na construção de sua contradição, o agronegócio cria e une os sujeitos responsáveis pela elaboração dos projetos que correspondem a sua antítese: ao expropriar os camponeses, indica-lhes a classe a que pertencem; ao explorar seus trabalhadores, agrega-os àquela; ao contaminar o ambiente, aponta outros sujeitos sociais que precisam unificar-se na resistência.

A união e a força dos lavradores do campo não vem de dentro da sua condição social. O lavrador que trabalha isoladamente com sua família não tem possibilidade de perceber a extensão social e a força política de todos os lavradores da sua sociedade. Somente quando o capital, de fora de sua existência, invade o seu mundo, procura

arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada além da força dos braços, somente aí é que as vítimas dessa invasão, dessa expropriação, podem se descobrir como membros de uma classe. (MARTINS *apud* FREITAS, 2010, p. 143)

A descoberta da identidade coletiva pelo camponês expropriado, a partir da invasão de seu mundo pelo capital, bem como as lutas que a partir desse reconhecimento são encampadas e ampliadas pelas articulações promovidas, vão, dia a dia, concretizando os sonhos de futuro que se planejam para a Chapada, no anseio de que sejam capazes de afastar a perspectiva nefasta apontada pelos rumos adivinhados do agronegócio.

Percebido por todos que a mobilidade do capital faz-se acompanhar da exaustão das condições naturais que o estabeleceram, são acompanhados de perto os processos que conduzem à perda da capacidade produtiva da terra. Extensas áreas de plantações das empresas de fruticultura na região, exigidas a produzir sob o uso intensivo de venenos, foram abandonadas, relegadas ao rol de “heranças malditas” da contaminação e da degradação provocadas pelo agronegócio.

A rejeição à perspectiva de futuro apresentada pelo agronegócio acompanha-se do anúncio de outras possibilidades nas lutas do presente. As experiências de resistência na região seguem-se e se complementam. Reafirma-se, a cada vez, que não é com resignação que se aceitam os custos e impactos decorrentes do agronegócio.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 1970, p. 203).

Ao enfrentarmos o peso das estruturas antigas destinadas à opressão – a cerca do latifúndio, a violência do coronelismo, a omissão estatal – compreendemos que a tradição, por sua vez, carrega em seu bojo a memória de tantas e tão antigas lutas, travadas desde os índios ancestrais que lutaram na Guerra dos Bárbaros por suas terras até a mais nova geração de crianças que ativamente participam do movimento de transformação da realidade do Baixo Jaguaribe.

Às experiências de resistência protagonizadas, justamente, pelos sujeitos que o agronegócio busca silenciar é que, nessas páginas, concedemos a vez de fala na Parte III deste livro. E elas nos dizem, em alto e bom som que “sim, é possível” a construção coletiva de um novo mundo. O movimento de resistência do Baixo Jaguaribe nos aponta a resposta para o futuro: reforma agrária e agroecologia são forças que se combinam para o novo mundo que está em gestação.

Socializamos, então, essas experiências, analisando alguns dos sentidos e das práxis sobre as quais elas se constituem. O primeiro movimento de resistência vem dar vez e voz ao **Movimento de resistência em Tabuleiro de Russas**: *as tramas de um conflito socioambiental em comunidades camponesas* (no capítulo 15). A apresentação dessa experiência realiza-se sobre a luta que comunidades tradicionais com experiência agroecológica vêm travando contra o objetivo do governo de desapropriá-las de suas terras para, por meio da implementação da II etapa do projeto de irrigação, ampliar a infraestrutura de

aporte às empresas de fruticultura irrigada no município de Russas, Ceará.

A luta das comunidades Escondida, Bananeiras, Lagoa dos Cavalos, Junco, Barbatão, Córrego Salgado e Peixe têm como objetivo principal defender suas terras, a biodiversidade e a cultura do lugar e permanecer nesse território como forma de garantir uma vida digna e saudável.

Está no cerne da disputa territorial e da luta das comunidades o direito de ter soberania alimentar e nutricional por meio das atividades centrais que realizam – a agricultura orgânica e a apicultura – que demandam água, solo e ar livres de veneno. O medo de conviverem ao lado do agronegócio reverbera em um movimento que se pode denominar “resistência” ao projeto do governo “Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas.”

O segundo movimento intitulado **Assentamento Bernardo Marin II: Comunidade de Resistência no Contexto de Disputa de Projetos entre o Agronegócio, Reforma Agrária e Agroecologia** (também no capítulo 15) apresenta a história da luta pela conquista da terra das famílias do Assentamento Bernardo Marin II, pertencente ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Versa sobre as relações socioculturais, organizativas, de saúde, trabalho e produção do Assentamento, entrelaçando-se ao contexto de mudança advindo com a realização da reforma agrária.

Analisa a evolução do conteúdo da reivindicação por reforma agrária. Se, antes, a bandeira dizia respeito à ocupação de terras e à denúncia dos problemas sociais causados pelo latifúndio, a chegada das empresas transnacionais no campo e do modelo de produção a elas atrelado, incorporam novos elementos à pauta.

Os latifundiários, proprietários de áreas com mais de mil hectares, aliaram-se às empresas transnacionais fornecedoras dos insumos – sementes transgênicas, fertilizantes químicos, venenos agrícolas e máquinas. Nesse novo contexto, a reforma agrária deixa de ser uma medida clássica de desapropriação de grandes latifúndios e distribuição de lotes para os camponeses, para ser uma ferramenta de disputa de projetos para o campo, ao propor uma mudança na estrutura fundiária brasileira, na matriz tecnológica e produtiva, no papel do Estado, na defesa do meio ambiente e na construção de uma agricultura que leve em conta o respeito aos biomas e aos saberes populares e que tenha como base a cooperação e a agroecologia.

Os assentamentos da região do Baixo Jaguaribe são resultados desse processo de disputa permanente entre a necessidade de realização da reforma agrária e o avanço das empresas do agronegócio sobre o mesmo território.

Com o título: **Chega de segurar o abacaxi: sobre a exploração antiga e o discurso moderno do agronegócio, os novos trabalhadores fazem greve** (capítulo 16), o terceiro movimento de resistência diz respeito às denúncias formuladas pelos trabalhadores da empresa transnacional produtora de abacaxi sobre as condições degradantes de trabalho no agronegócio, motivadoras da greve por eles realizada em 2008 – único movimento paredista realizado até então por trabalhadores do agronegócio.

Relata e analisa, a partir do resgate histórico da greve, alguns elementos sobre a vida dos trabalhadores e seu cotidiano de trabalho, problematizando a perda da identidade camponesa e a exposição aos agrotóxicos, bem como apresenta a mobilização, repercussão e repressão relacionadas à experiência de resistência por eles protagonizadas.

O quarto e último movimento de resistência “**Por Deus que parece que fizeram por aí algum rebuliço**”: experiências de combate à pulverização aérea na Chapada do Apodi, Ceará (capítulo 17) traz à tona a problemática da pulverização aérea nos cultivos de banana, a partir da análise detalhada de seu contexto, propósitos e justificativas, sua técnica e consequências, bem como das denúncias e dos combates que contestam sua prática na região. Faz memória ao assassinato de Zé Maria, agricultor, ambientalista, presidente da associação comunitária de Tomé, uma das comunidades impactadas pelas atividades de pulverização aérea em Limoeiro do Norte, Ceará. Apresenta, por fim, a articulação em rede construída pelas comunidades, entidades e movimentos organizados da região, bem como as ações de protesto desencadeadas desde então.

Esses movimentos desafiam as (im)possibilidades impostas pelo capital e nos coloca em um novo patamar de análise sobre as mudanças que estão em curso nesse tempo histórico de ofensiva, em que se tenta implantar um pensamento único que naturaliza a destruição do planeta.

Que os aprendizados da luta e da resistência dessas comunidades possam nos apontar novos futuros e forjar novas consciências emancipatórias. Há quem acredite que, com a luta, é possível mudar.

Com a palavra, os que lutam.

Referência

ACSELRAD, Henri. *As práticas espaciais e campo dos conflitos ambientais*. Acselrad, Henri (Org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 6.ed.. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322p

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987

DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, v.33. p. 507-54. (OS PENSADORES).

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. 318 p.

_____. WELCH, C. A. *Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil*. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FREITAS, C. M. A contribuição dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In: SISINNO, C.L.S. (Org). *Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 111-128.

GRAMSCI, A. *La política y el estado moderno*. Barcelona: Ediciones Península, 1971.

HERZLICH, Claudine. “La Représentation Sociale”. In: MOSCOVICI, Serge. (Org.). *Introduction à la Psychologie Sociale*. Paris: Larousse, 1972. p. 303-325

JODELET, Denise (Org). *Représentations sociales: Un Domaine en Expansion*, Paris: PUF, 1987.

LE VEN, Michel Marie. *Trabalho e democracia: a experiência dos metalúrgicos mineiros (1978-1984)*. São Paulo, 1988. Tese (Doutor em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 1988.

MADEIRA, Margot. “*Representações sociais: pressupostos e implicações*”. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1990. (Mimeo)

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. In: MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986. p. 21-102.

MARX, Karl. 18 brumário de Luís Bonaparte. *Em obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1970, p. 201 a 285.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOSCOVICI, Serge. “A Representação Social: um conceito perdido?” In: _____. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p.41-81.

RIGOTTO, R. M. *Não Somos Máquinas: um Estudo das ações sindicais em defesa da saúde dos trabalhadores na grande-BH*, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 1992.

_____. et al. *Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: Conflitos sócio-ambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe-CE*. Relatório Parcial da pesquisa Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos, apoiada pelo CNPq através do Processo 409845/2006-0, 2008.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. e PAOLI, Maria Célia. “Sobre “Classes Populares” no Pensamento Sociológico Brasileiro”. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.39-65

SAMPAIO, José Levi Furtado; LIMA, A. E. F.; SILVA, S. S. et al. *Diagnóstico socioeconômico das comunidades do entorno das empresas de agronegócio no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodj, 2008*. (Relatório de Pesquisa).

SANTOS, B. S., RODRÍGUEZ, C. *Introdução: Para Ampliar o Cânone da Produção. Produzir para viver: Os Caminhos da Produção Não-Capitalista*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

SEVERO, D. O. *O Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e o controle social do SUS: concepção do Coletivo Nacional de Saúde*. 107 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, E. N. *Formação e ideário do MST*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. 143 p.

SPINK, Mary Jane Paris. “*As Representações Sociais e sua Aplicação em Pesquisa na área de Saúde*”. Aula ministrada durante o II Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e III Congresso de Saúde Pública. São Paulo, julho de 1989. (Mimeo).

TÁBARA, J.D. *La percepció dels problemes de medi ambient*. Barcelona: Beta Editorial, 1996.

15

COM A PALAVRA, OS QUE LUTAM: OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES DO BAIXO JAGUARIBE EM DEFESA DA TERRA, DO TRABALHO E DE MODOS DE VIDA

*Lara de Queiroz Viana Braga
Maria de Lourdes Vicente da Silva
Maria da Paz Feitosa*

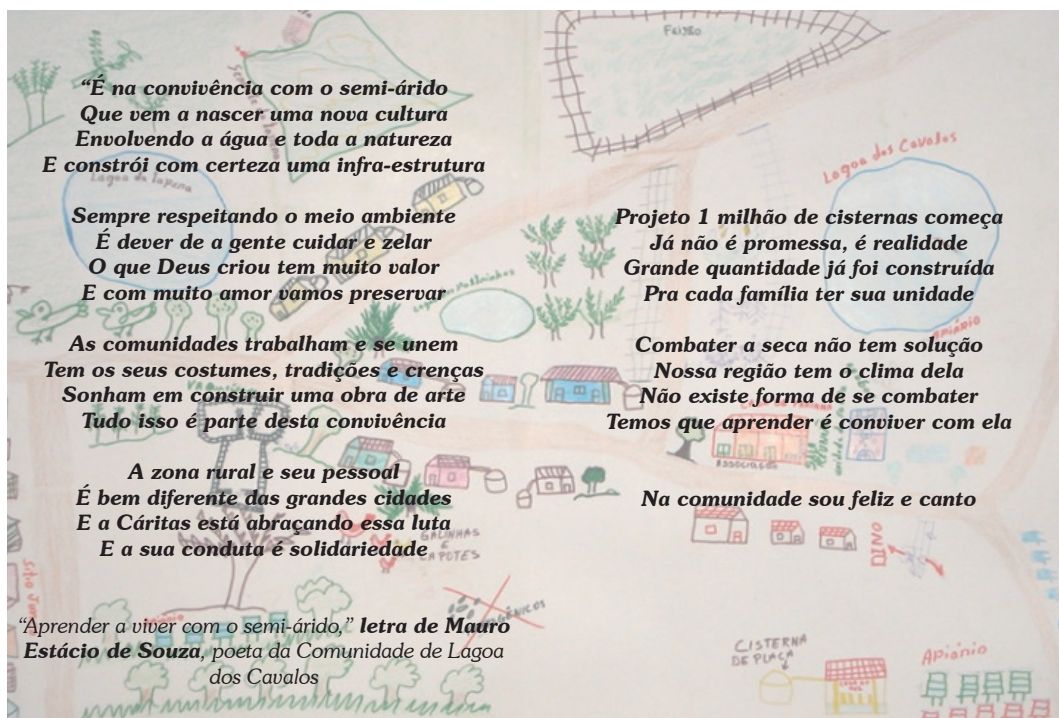
O que há por trás da luta por terra do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ou das Comunidades Camponesas? O enfrentamento contra a expansão do capitalismo no campo? Alternativas ao desenvolvimento? Tecnologias de convivência com o semiárido? Defesa de modos de vida locais, da soberania alimentar, da transição agroecológica e do meio ambiente equilibrado? Ao pensarmos em todas as formas de resistência em Tabuleiro de Russas, compreendemos que todas andam conectadas como fios imbricados para romper as cercas do agronegócio na região. Sim, porque sabem que esta ruptura com o sistema agrícola hegemônico, reduz desigualdades sociais e conecta a liberdade de ser e sonhar através da terra e do trabalho. Esta força que emerge dos movimentos locais ultrapassam experiências pontuais. Assim, hoje temos, na região, movimentos organizados como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Resistência das Comunidades de Tabuleiro ou mesmo o Movimento 21 na Chapada do Apodi criado após o assassinato do líder comunitário Zé Maria do Tomé. Estes movimentos, ao mesmo tempo, se alinham uns aos outros, verdadeiras teias de trabalho coletivo em que associações comunitárias, diocese de Limoeiro do Norte, Cáritas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Universidade têm atuado em redes de trabalho. Agora iremos adentrar em dois movimentos de resistência no município de Russas: A experiência das comunidades agrícolas de Tabuleiro de Russas e o Assentamento Bernardo Marin II.

O Movimento de Resistência em Tabuleiro de Russas: As Tramas do Conflito Socioambiental em Comunidades Camponesas

A região conhecida popularmente por Tabuleiro de Russas é uma das áreas consideradas de conflito socioambiental na sub-bacia do Baixo Jaguaribe. Em conflito, pois a proposta governamental de desenvolvimento agrícola pautada no modelo da modernização não é o único caminho proposto para o território. Ao contrário, comunidades agrícolas e movimentos sociais têm construído tanto **alternativas de convivência** com o semiárido em defesa de modos de vida tradicionais e da agrobiodiversidade do bioma Caatinga

como promovido **alternativas ao desenvolvimento** para o território que propunham justiça socioambiental. Neste contexto, temos o caso de comunidades agrícolas que vêm sendo atingidas por um grande projeto hídrico denominado “Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas”, cujas terras foram decretadas de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra Seca e, desde 2007 vem reivindicando por participação social em processos decisórios deste grande projeto nacional de irrigação.

Em Primeiro Lugar, As Comunidades



Antes de adentrarmos no conflito socioambiental, antes de falarmos das cercas que segregam o agronegócio da agroecologia no semiárido cearense, iremos nos aproximar mais uma vez das comunidades de Lagoa dos Cavalos, Junco, Barbatão e Córrego Salgado a partir de percepções advindas de homens e mulheres sertanejos, algumas apicultoras, outros agricultores, algumas cuidadoras do lar, outros criadores ao longo de uma das etapas da pesquisa cuja metodologia utilizada foi a observação participante. Trazemos palavras para iluminar este território de sentidos pouco compreendidos por esta lógica voraz do capitalismo que homogeneiza formas de viver e produzir e que tantas vezes invisibiliza o potencial cultural e de sustentabilidade socioambiental de modos de vida tradicionais. Buscamos aqui aproximar-nos da realidade deste povo do sertão ainda que o ideal seria você, caro leitor, deslocar-se para o interior do estado, permitir-se enxergar e sentir o mundo por outros prismas. Aqui temos uma das lentes de aproximação da realidade local.

A riqueza da agrobiodiversidade da Caatinga e dos modos de vida das quatro comunidades reverbera em identidade sociocultural de 79 famílias de estreitos vínculos parentais, de trabalho e organização comunitária, cujos registros de histórias de vida de

senhores mais velhos retratam o ano de 1934 como um momento de chegada na região, em que já existiam núcleos familiares.

Os vínculos do homem com a terra destes senhores e senhoras resguardam uma sabedoria milenar. Os meios de vida se concretizam neste território com valores e identidades resguardadas a partir de seu histórico ao mesmo tempo em que se tornam reais quando vivenciadas no presente. A concepção da terminologia “tradicional” que muitas vezes é distorcida e, assim denominada enquanto algo “antigo”, “passado” e “remoto”, faz parte do pensamento hegemônico da homogeneização de modos de vida e da não complexidade das relações humanas com a natureza.

Tupinambá (1999), em sua dissertação, elegantemente discorre sobre a dicotomia entre o tradicional e o moderno na atualidade, enquanto o caminho da recriação e criação da sustentabilidade encontra-se na dialética do movimento por reequilíbrios incessantes.

Um projeto de sustentabilidade pensado como um **projeto cultural** onde a *territorialidade*, modo de vida, os ritos, a subjetividade criadora sejam capazes de estabelecer a ordem lutando contra a desordem generalizada, em uma visão de tempo que permita tecer elos **entre rupturas e nascimentos**, sem que para tanto venhamos a cair nas armadilhas do retorno ao passado. (TUPINAMBÁ, 1999, p. 171).

A concepção de tradicionalismo como “uma herança de dificuldades que impõem o enclausuramento no passado”. (BALANDIER, 1997, p. 38, *apud* TUPINAMBÁ, 1999) *cegamente* não concebe o potencial imanente do etnoconhecimento como força propulsora a uma concepção integradora de sustentabilidade. O processo de modernização agrícola e controle dos processos biológicos da dimensão cromossômica à ecossistêmica, por exemplo, têm desvalorizado práticas seculares em consonância com os biorritmos da natureza. Em diálogo com Eliade, a dessacralização da natureza principalmente entre os “homens da ciência.” (ELIADE, p. 126) tem desencantado os mistérios da vida e afirmado uma posição cética diante dos fenômenos da natureza.

Enquanto o avanço da tecnologia nos sistemas agrícolas tem acelerado os ciclos da vida, a regulação das práticas agrícolas tradicionais tem buscado compreensão profunda das interações ecológicas e alternativas em respeito aos biorritmos. Em entrevista com um sábio poeta agricultor, uma observação sobre as diferenças de saberes científicos e tradicional foi elucidada:

*[...] hoje já vivenciamos a fase da lua, a gente vai vendo que, quando você planta no claro, como se diz, mas não é assim claro do dia, claro se chama quando a lua tá fora, quando a lua tá fora tá claro, quando a lua se põe ou se enterra, ela passa pro outro lado, aí nós estamos no escuro, pra planta essa questão do claro ela é fatal a praga, você plantou no claro a lagarta, sem dúvida se der lagarta acaba com aquela, se você plantar no escuro, pode pintar, mas não acaba, isso **é uma questão que a gente vai tendo essa experiência ao longo do tempo não é, e a gente conhece pessoas que fazem isso continuamente** [...]. (Venâncio).*

Então essas coisas que a gente vai aprendendo com o tempo e o tempo ensina. A gente vai fazendo experiência. Muita gente diz porque não repassa para as pessoas, tem pessoas que não acreditam [no saber popular]. Mas quando você faz experiência

*você vai vendo que dá certo, é uma questão natural, que a própria natureza faz isto. E até os **estudos** são em cima disso, **ninguém faz estudo sem pesquisar isso**, eles que estudam que fazem pesquisa, **fazem em cima disso** também [da natureza]. (Venâncio).*

Em vários exemplos de cultivares, agricultores mais antigos remeteram-se à regulação dos sistemas produtivos através da lua e das descobertas dos mistérios da natureza ao longo das práticas agrícolas. É do etnoconhecimento sobre ciclos lunares, a dinâmica das águas, a biodiversidade da caatinga que se tem a garantia de uma alimentação saudável e nutritiva; o direito e o dever de decidir quais alimentos produzir, qual tecnologia utilizar na produção, e o direito e o dever de produzir estes alimentos.

A modernização agrícola compartilha da lógica da desintegração cultural de comunidades fundadas em “processo de coevolução etno-ecológica dentro das mais variadas condições no seu entorno geográfico e ecológico” (LEFF, 2009, p. 98). Esta inter-relação do saber tradicional com a diversidade ecológica configura os potenciais produtivos de um determinado modo de vida. Algumas das comunidades em estudo têm construído alternativas compatíveis ao bioma Caatinga, com tecnologias que favorecem a conservação da biodiversidade natural e promoção da agrobiodiversidade.

Ao adentrarmos no processo socio-histórico das comunidades, e perguntamos “como poderíamos começar a história da comunidade?”, temos como resposta: “[...] *a gente começou debaixo dos cajueiros, um pedaço da tarde.*” (Francisco, em oficina com agricultores). O início da organização comunitária é retratado deste ano de 1986 quando 21 famílias se responsabilizaram com um projeto para agricultura coletiva denominado Projeto São Vicente ao constituírem um “grupo formal”: “[...] *pode parecer que não, mas esse negócio de organização, de você se reunir, de você se sentar, discutir começou por aí.*” (Francisco, em oficina com agricultores). A memória coletiva deste grupo tem forte respaldo na identidade territorial do momento presente:

[...] um grupo que permaneceu, iniciou, deu o primeiro pontapé que é o grupo e que até hoje isto valeu pra gente ter esta posição. Que caso venha ter muito tempo depois esta desapropriação, este grupo tem valor muito grande. [...] A idéia de começar este trabalho foi idéia da gente mesmo. Foi muito bom que toda esta puxada foi dada por mim, deixou uma marca de futuro. Até hoje a gente ta fazendo isso. A gente fica muito no sindicato, mas é aqui que eu penso (Francisco).”

Deste momento em diante, desenvolvimento de tecnologias alternativas de convivência com o semiárido foram sendo construídas, mantendo ou potencializando as atividades produtivas como agricultura familiar, apicultura, pesca de subsistência, ovinocultura, extração de palha e óleo de carnaúba e coleta de castanha, uma vez que as mesmas dependem fundamentalmente de um meio ambiente equilibrado e livre de contaminações químicas em seus recursos naturais.



Cada nova tecnologia alternativa compartilhada, muito suor e trabalho antecederam a conquista. Como exemplo, temos o papel das cisternas de placa. Para o poeta Mauro: “Foi a maior conquista para o semi-árido já realizada, a água alimenta as plantas quando irriga, também é indispensável à mata nativa. A água é nossa higiene, nossa bebida. A água é um bem pra todos. É a nossa vida [...]”

As cisternas de placa¹, principal forma de captação de água para consumo humano, foram conquistadas em 2001 com grande participação comunitária em seu processo de construção. Talvez nunca tenhamos a compreensão do significado real de uma cisterna de placa para um sertanejo, mas podemos nos aproximar com o seguinte depoimento:

*José: – Quando chegou **2001** a grande conquista da **cisterna de placa**. Que aí amenizou a situação da água da famílias. Água de beber garantiu para toda a família. O projeto garantiu a água da chuva. É a única que o povo guarda água pra beber, todas as pessoas, com exceção de alguns, deixaram faltar água. [...] **Ninguém fica sem água da chuva**. Junco, Barbatão. Lagoa dos Cavalos e Córrego Salgado. Eu não tenho com medo de errar, todos tem água da chuva.*

¹ São reservatórios cilíndricos construídos próximos à casa da família, que armazenam a água da chuva que cai no telhado através de uma estrutura construída com calhas de zinco e canos de PVC. As cisternas têm sido disseminadas na região através do Programa “Um Milhão de Cisternas Rurais” – P1MC da ASA, desenvolvido em parceria com o Ministério do **Desenvolvimento Social e Combate à Fome dentre outros organismos** nacionais e internacionais. (SAID, 2009, p. 75).

Outras comunidades adjacentes não possuem cisterna de placa e dependem de carro-pipa, que muitas vezes demonstrou ser sinônimo de humilhação: [...] aí o prefeito, aí o poder público, deu água velha de ferrugem, tanque velho de caminhão que só é ferrugem, tava **mendigando** esse povo aí, porque a situação era tão difícil [...]. (Antônio Augusto). Não podemos deixar de recordar a situação da Comunidade do Tomé na Chapada do Apodi que ainda sofre da ineficiência de abastecimento de água para consumo humano mesmo por meio desta tecnologia. Muitos entrevistados recordam que a primeira coisa do dia com que tinham que se preocupar era a obtenção de água para a família, depois que vinha o trabalho: “[...] *Antes era assim, amanhecia o dia você tinha que primeiro resolver a situação da água.*” (Antônio Augusto).

Compreender a escassez de água no semiárido cearense e a melhoria da qualidade de vida advinda das lutas das comunidades pode ser observada a partir do depoimento abaixo com a conquista da água do perímetro irrigado adjacente às comunidades em 2007:

Eu queria colocar uma coisa a respeito de água. Eu passei por isso muitas vezes. Um jumentinho, duas ancas, meu pai fazia umas ancas de madeira, neste tempo tinha umas pipas maiores e umas ancas pro jumentinho carregar. Eu carreguei muita água dos Córregos dos Estácios. Daqui pra lá, me ajuda aí meninos, quantos quilômetros mais menos a base? 6 km não dá? Lá tinha três cacimbas. ***A gente muitas vezes saía de madrugada daqui,*** chegava muitas vezes, muitas vezes eu cheguei lá, chegava lá, o jumentinho com duas ancas, trazia quatro latas d’água, duas em cada anca. E quando chegava lá, as cacimbas estavam secas. Precisava esperar que ela “revesse” a água pra gente poder entrar pra dentro, encher a carga e trazer. ***Muitas vezes vinha aquela água bem branquinha, quase uma lama, mas tinha que baixar no pote pra gente beber.*** Quer dizer, eu nunca esqueço, quando eu vejo a água caindo hoje aqui, eu valorizo muito porque eu sei, eu tô falando por mim aqui. Eu tô falando de mim aqui, eu acho que não sou o mais novo, não, mas eu sou muito novo ainda. Fiz muito isso. De chegar na cacimba e estar seca e a gente ter que esperar que enchesse a água. E as ***cacimbas eram um milagre.*** Era um milagre de Deus mesmo. Porque todo mundo... A [comunidade] Escondida, você sabe a Escondida, não é? Bananeiras, açude dos Venâncios, na época quando existia, e muita gente desta região carregava água nestas três cacimbas. Massapê, Lagoa dos Cavalos, todo esse povo carregava lá. Você encontrava era fila de gente, de jumento, nas carroças, carregando água nestas cacimbas. [...] Por isso que eu digo que foi a maior conquista [em relação à água do canal], ***porque água é vida.*** (José).

O território é vivo, possui história e resiste e as pessoas se veem nele. A escassez de recursos hídricos faz do agricultor do sertão ter potencial inato de resistência. A melhoria da qualidade de vida das famílias promove um vínculo ainda maior com a terra. Esta visão resignifica o termo “semiárido” como um clima que traz possibilidades singulares de convivência em um dos maiores biomas brasileiros: a Caatinga (MAIA, 2004). As potencialidades deste bioma, caracterizado por interações específicas de espécies endêmicas desdobram-se em potencialidades do “ecossistema” dependentes do equilíbrio dinâmico de todas as formas de vida.

A conjuntura socioagrícola das comunidades perpassa por processos de transição agroecológica ao modo de vida tradicional que desdobram de tecnologias alternativas a alternativas ao desenvolvimento. Para uma jovem liderança local, a sua concepção de comunidade agroecológica evidencia o que se denomina por transição:

*A idéia de trabalhar agroecologia realmente começou com a implantação do sistema agrossilvopastoril. Foi a experiência chave para desenvolver isso. E a partir daí, as formações que se teve para a agrofloresta, para o sistema agrossilvopastoril, em relação à agroecologia, foi que começou a deslanchar. E também não é conhecimento de toda comunidade. Até porque já é percebido que nem todos da comunidade participam desses projetos, são algumas famílias que desenvolvem. Mas eu vejo assim, esse conceito de agroecologia está adentrando a comunidade, as noções de agroecologia ainda está em caminho. E a **perspectiva de mudança** também.* (Tereza).

As práticas agroecológicas muitas vezes identificadas por experiências pontuais ou mesmo piloto como sistema agrossilvopastoril ou sistema de agrofloresta caracterizam como as comunidades têm se reapropriado dos recursos naturais “gerando novas práticas produtivas para uma agricultura sustentável” (LEFF, 2009, p. 300). Agroflorestas são sistemas agrícolas próximos da natureza, onde a preservação e a conservação da biodiversidade são necessárias. A produção agrícola necessariamente é diversificada, tal que, localmente, favorece a segurança alimentar e nutricional das famílias e a renda das famílias. Essa prática estimula a participação da família no processo de produção dos alimentos. Trata-se de processo em que se estimula a sucessão natural de dada área para reconstrução da natureza local, por estímulo ao biorritmo do ecossistema. Ao mesmo tempo em que o agricultor produz alimentos, ele está estimulando a vida do solo. Esta prática pode ser exercida em todo ecossistema tanto em consonância com as singularidades do bioma quanto das comunidades. Já os sistemas agroflorestais devem incluir, pelo menos, uma espécie “florestal” arbórea ou arbustiva. Essas espécies podem ser associadas com uma ou mais espécies agrícolas e ou animais (COSTA *et. al.*, 2002, p. 27). Condizente com estas experiências agroecológicas tem-se também a preservação da cobertura vegetal com práticas de reflorestamento e a não utilização de agrotóxicos.

Ao falarmos de transição agroecológica, estamos falando de uma “mudança geral nos padrões de desenvolvimento” (EMBRAPA, 2006, p. 30). Estas experiências agroecológicas também perpassam pela “reapropriação de suas condições de vida e processos produtivos” (LEFF, 2009, p. 330). Elas não são práticas isoladas, ao contrário, fazem parte de um processo de fortalecimento da autonomia local em defesa de seu modo de vida. Este movimento também se constitui enquanto um modo de resistir ao modelo do agronegócio ao se buscar “romper com a ideologia produtivista da ordem econômica dominante.” (LEFF, 2009, p. 331).

Quem está se preocupando com a fertilidade da mãe terra? Quem está se preocupando com os malefícios dos agrotóxicos na fertilidade da mulher? Quem está se preocupando com as plantas e animais que estão ficando escassos no sertão? Quem está se preocupando com a alimentação das crianças em um futuro próximo? Quem está se preocupando com a necessidade de mudança nos padrões de agricultura? Estas preocu-

pações são compreendidas pela líder comunitária Tereza quando retrata da história da agricultura no Brasil:

Porque se a gente não mudar vai chegar tempos da gente não existir mais, porque a terra não vai mais produzir. E esta idéia da gente está evitando que os agricultores que desenvolvem e os que ainda vão desenvolver [agricultura], ou seja, as crianças, os jovens, adolescentes pra esse sistema agroecológico. Porque a gente percebe a necessidade de mudança urgente. É caso de vida mesmo, e não de morte, porque morrer todo canto a gente morre, né? Porque se a gente pensar, como vão ser as futuras gerações, meus filho daqui 20 a 30 anos, será que eles vão ter o que comer como a gente tem hoje? Será que eles vão ter a mesma produção que hoje a gente já tem diferente de quando nossos pais cultivavam? E começou a diminuir a produção pela forma como se começou a cultivar?

Estas “necessidades” reverberam em lutas específicas em contextos de luta ampliados. Por trás de cada demanda específica, seja terra, água, alimentos saudáveis, há um forte componente da resistência e da luta contra o agronegócio em Tabuleiro de Russas. Ao adentrarmos nas tramas do conflito socioambiental das comunidades supracitadas juntamente à Escondida, Bananeiras e Peixe podemos desvendar outros aspectos em torno da resistência.

O Conflito Socioambiental: Agronegócio Cercando Agroecologia

[...] mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

O Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas, também denominado “Chapadão de Russas”, é o maior perímetro irrigado do Estado do Ceará, cuja área conhecida por Zona de Transição Norte dos Tabuleiros de Russas abrange os municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova. O projeto possui superfície agrícola útil (SAU) de 14.365 hectares (10.765 na primeira etapa e 3.365 na segunda etapa), cujas obras encontram-se na segunda etapa do projeto. A alimentação do perímetro dar-se-á mediante os açudes Banabuiú (1.700 hm³) e Pedras Brancas (434 hm³), como também pelo Canal da Integração que alimentará o açude Curral Velho, “reservatório de compensação do perímetro” (BRASIL, 2005, p. 434) a partir do açude Castanhão e assim, a água do Rio São Francisco chegará a Russas.

A sub-bacia do Baixo Jaguaribe é grande polo agroexportador de frutas, com concentração de perímetros irrigados como aporte ao desenvolvimento hidroagrícola para expansão da fruticultura irrigada, cuja expectativa está “dentro de uma filosofia de empreendimento empresarial e de agricultura comercial moderna e eficiente, visando o mercado nacional e internacional.” (DNOCS, 2008, p. 4). O incentivo governamental ao desenvolvimento econômico também pode ser evidenciado ao promover o semiárido com o

clima favorável à agricultura irrigada e com outros aspectos de infraestrutura e facilidades concedidas pelo governo. (BRASIL, 2005):



Figura 3 – Propaganda do Projeto

Fonte: Disponível em: http://www.seagri.ce.gov.br/tab_russas.htm. Acesso em 12 de março de 2010. Acervo da pesquisa.

Os serviços ambientais sol, o clima semiárido e a água se tornam fatores atrativos de investimentos econômicos, cujo caráter das secas e pobreza do sertão são desvendados. Estas reapropriações da natureza revestem o modelo hegemônico como o caminho propulsor de desenvolvimento no semiárido. A concepção utilitarista dos recursos naturais como apresentado no discurso do governo já não pode ser a única lógica de modelo de desenvolvimento, ainda mais diante do potencial adverso de danos aos ecossistemas e risco à saúde comunitária na sub-bacia do Baixo Jaguaribe com a modernização agrícola. Concordamos com a afirmativa de que “a natureza é coisificada, desnaturalizada de sua complexidade ecológica e convertida em matéria-prima de um processo econômico; e os recursos naturais tornam-se simples objetos para a exploração do capital.” (CONNOR, 1993, *apud* LEFF, 2003).

Ao contrário do que vemos no território com nossos estudos, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que legitima a política desenvolvimentista do Governo e licita tal empreendimento, justifica o projeto com algumas das sínteses deste documento oficial:

Os benefícios sociais do projeto são baseados no discurso da “densidade populacional rarefeita” que será atingida diretamente pelo projeto e das atividades econômicas locais serem “pouco significativas devido à escassez de recursos hídricos” não sendo, então, esta população tão prejudicada com a desapropriação. Além do mais, altas indenizações são previstas para algumas famílias, como também há possibilidade dos camponeses tornarem-se irrigantes. Esta lógica demonstra ser incompatível com os modos de vida local e insustentável dentro da lógica do agronegócio na Chapada do Apodi. O modo de vida tradicional é desvalorizado neste contexto da expansão do agronegócio na região.

O desenvolvimento de uma agricultura tecnificada, centrada na produção de culturas nobres (fruticultura), permitirá ao homem rural auferir rendas superiores à obtida na agricultura de subsistência, o que terá reflexos positivos sobre a arrecadação tributária. (BRASIL, 2005, p. 195).

Entretanto, uma série de implicações sobre o processo de reorganização territorial e dos processos produtivos é dimensionada no EIA como necessária ao desenvolvimento do potencial produtivo do agronegócio. Os impactos que as comunidades tradicionais sofrerão, assim como o crescimento da classe operária na cidade trarão modificações profundas nas relações sociais:

Haverá abalos ou até mesmo **ruptura de relações familiares e sociais** e é previsível a geração de tensão social face às **incertezas** criadas pelo processo desapropriatório; [...] o reassentamento da população devido envolver questões emocionais e de ordem cultural, embora seja efetuado dentro das normas técnicas pode não satisfazer as expectativas da população alvo, a qual pode **não se adaptar ao novo modo de vida; o índice de indefinições é relativamente alto para o meio antrópico** da área de influência direta do empreendimento. (BRASIL, 2005, p. 197).

No EIA (2005) o fenômeno da seca no sertão legitima a implantação do empreendimento, cujo discurso muitas vezes se torna contraditório em alguns aspectos, como o relacionado ao “êxodo rural” quando se compara com o discurso das comunidades. O (des)reconhecimento dos modos de vida tradicionais também é evidenciado ao longo do estudo.

Com o desenvolvimento das atividades hidroagrícolas haverá um aumento na oferta de empregos estáveis, tornando **as relações de produção mais humanas e o modo de vida da população mais estruturado socialmente**. Tudo isso resultará na redução dos problemas sócio-econômicos decorrentes do **fenômeno das secas**, dado a fixação do homem no campo e conseqüente **diminuição do êxodo rural e da pressão sobre as grandes e médias cidades**. (p. 200).

A questão da saúde também é dimensionada no EIA (2005), as demandas pelos serviços de saúde possivelmente aumentarão com o crescimento da população urbana devido à atração de mão de obra externa. As mudanças na dinâmica populacional também interferirão no perfil epidemiológico de algumas doenças, com a importação e exportação das mesmas. Doenças vinculadas à transmissão por animais como malária, esquistossomose, leishmaniose visceral, parasitas gastrointestinais em virtude das alterações da dinâmica das águas também são retratadas no estudo. A questão dos “agrotóxicos” é trazida tanto em relação aos impactos ao meio ambiente como à saúde dos “irrigantes” assim categorizados os camponeses.

Os riscos de ocorrerem intoxicações durante a manipulação destes insumos, no entanto, apresentam-se relativamente **altos**, ocasionando **prejuízos à saúde dos irrigantes e sobrecarregamento dos serviços de saúde da região**. (EIA, 2005, p. 199).

Resumidamente, reporta-se a alguns elementos que merecem destaque neste estudo: 1. Este modelo poluidor de produção agrícola é dito ser “favorável” mediante ações mitigadoras e compensatórias, mesmo com elevado índice de indefinições ao meio antrópico. 2. Os benefícios ao meio antrópico superam os efeitos adversos: aumento de empregos estáveis (“empregos por safra” ou temporários fazem parte deste quadro de tra-

balho?); acesso à água de qualidade (imprópria para consumo humano com àquelas que as comunidades têm disponível? água da chuva é considerada medíocre?); fixação do homem no campo (através da desapropriação e/ou indenização?); “relações de trabalho mais humanas e modo de vida mais estruturado socialmente” (trabalhos voltados à convivência com o semiárido encontram-se aqui?); o Sistema Único de Saúde é responsável pela assistência às populações atingidas pelo projeto (o SUS vem-se preparando para estas novas demandas?).

A percepção dos impactos pelas comunidades foram também obtidas ao longo do estudo de Braga (2010) no qual foram delineados os significados deste projeto e como eles vêm se dando no campo prático. Iremos compreender as demandas das comunidades a partir da relação entre comunidades atingidas pelo empreendimento e o órgão responsável pelas obras do perímetro irrigado Tabuleiro de Russas.



Figura 4 – Cartaz Produzidos com Líderes Comunitários de Lagoa dos Cavalos. A Organização Comunitária como Cerne da Promoção da Vida e a 2ª Etapa do Projeto Tabuleiro de Russas como Elemento que Ameaça a Comunidade

O **histórico de luta** das comunidades Bananeiras, Junco, Lagoa dos Cavalos, Barbatão, Escondida, Córrego Salgado e Peixe, município de Russas, Ceará, por alternativas ao desenvolvimento junto ao Governo se inicia em dezembro de 2007, quando líderes comunitários tomaram conhecimento em público de que as terras das comunidades atingidas se tornariam de utilidade pública. A organização comunitária identificada por uma comissão local criou uma agenda de reivindicações para os meses de dezembro a abril de 2008. Um calendário de atividades “Mobilização e Ação da Comissão e Parceiros em Defesa da Não Desapropriação da Segunda Etapa do Tabuleiro de Russas” foi criado com o objetivo primordial de impedir a realização do cadastramento socioeconômico pelo IDACE.

O cadastro é o primeiro instrumento que o DNOCS usa para conseguir adesão, na verdade (Tereza).

A ausência de um planejamento territorial claro e objetivo para a população diretamente afetada pelo projeto levaram as mesmas a reivindicarem em Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará em maio de 2008 por direitos básicos (por água, terra e trabalho no campo). Algumas frases dos cartazes em protesto às formas de atuação do DNOCS em Tabuleiro de Russas:

“Povo que luta e clama por justiça, diz não a desapropriação!”

“Queremos irrigação, mas sem desapropriação.”

“Somos povo lutando pelo direito a trabalhar na terra.”

“Não queremos ser futuros marginalizados nas periferias das cidades.”

“Nascemos na terra, moramos na terra e vamos continuar na terra.”

Inicialmente, a resistência das comunidades às propostas do DNOCS deve-se muito às experiências frustrantes conhecidas de outras comunidades que “cederam” suas terras antes mesmo da indenização para construção do perímetro na área que corresponde à primeira etapa. Nas palavras de Milton que resiste às ameaças da construtora das obras e às propostas quando a construtora chega a “oferecer mixaria” ou “emprego”:

Milton: – *Eu não tô proibindo o projeto não. Só quero que pague. Ele entra de qualquer jeito. O que ficará de terra será pedra. [...] a terra produtiva seria do DNOCS e o resto é pedra* (Seu Raimundo, Bananeiras).

Segundo moradores de Lagoa dos Cavalos, a comunidade Lagoa da Várzea foi a única que resistiu à desapropriação do DNOCS durante a primeira etapa do projeto, porém, hoje vive em área de reserva legal da mesma, ou seja, não tem direito à propriedade da terra. Enquanto Mari, Germana, Massapê de Cima, Massapê de Baixo, Açude do Venâncios, Pedras, Sussuarana de Cima, Gibão e Lagoa do Arroz foram identificadas como comunidades desapropriadas nesta fase. Ao conversar com alguns agricultores, muitos indagam sobre a quantidade de terras desapropriadas e desmatadas na primeira etapa e não são utilizadas, assim como os núcleos habitacionais abandonados. Ainda alegam que apenas 10% das terras são de fato utilizadas. O antropólogo Sérgio Brissac que realizou nota técnica como demanda do Ministério Público também constatou a “incapacidade do Projeto de oferecer alternativa viável aos moradores desapropriados” (BRISSAC, S., 2009, p. 3). Para a agricultura Ilda:

Mari e Germana, pequenas vilas se dispersaram. Algumas se encostaram em Bananeira se Lagoa dos Cavalos. [...] Lagoa da Várzea já será novamente deslocada. Já é um reassentamento, uma vila, que é muito diferente de uma comunidade (Ilda).

A identidade territorial e cultural também tem estreita ligação com o movimento de resistência e mobilização das comunidades. A percepção de que o discurso do DNOCS não é “verdade”, tem tornado este órgão desacreditado de suas reais fun-

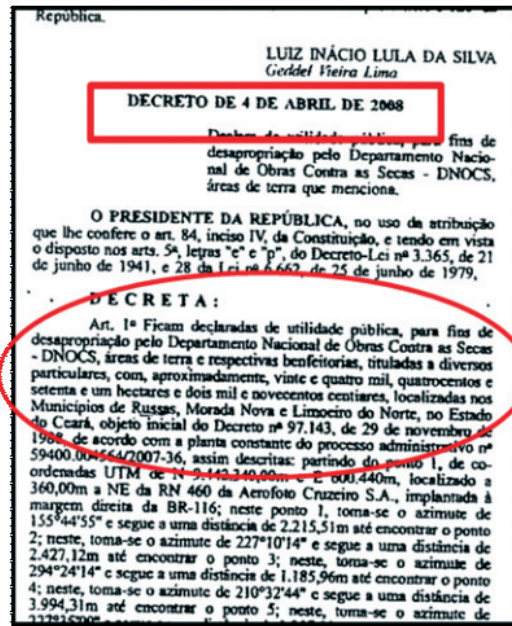
ções. Este protagonismo comunitário tem sido estratégico nas relações dialógicas no momento presente.

Nós colocamos porque deveríamos ficar e eles mostrando o outro lado, mostrando o que o projeto já tinha. Nós já tínhamos conhecimento que algumas coisas que eles colocaram não eram verdade. Mas tinham muitas pessoas nos apoiando e foi aí que eles cederam. (Ivana).

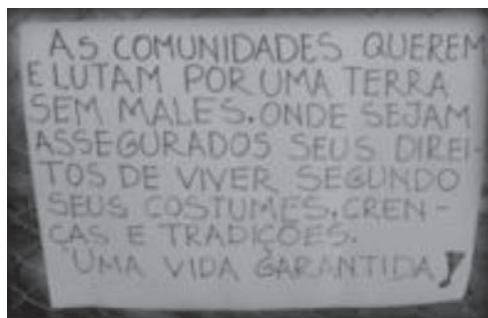
Modificações na proposta original do governo foram sendo concedidas a partir das mobilizações das comunidades junto a entidades apoiadoras, porém ainda muito ínfimas diante das bandeiras de luta. Como exemplo, em requerimento das comunidades ao DNOCS em dezembro de 2008 se exigia que todas as reivindicações por negociação das comunidades fossem firmadas por escrito; por participação na elaboração da proposta de reassentamento; por colaboração e discussão no estudo socioeconômico e topográfico; pela não publicação de editais relativos a valores de indenização durante realização dos referidos estudos e enquanto permanecer as partes envolvidas. Porém, em janeiro de 2009, o DNOCS responde ao requerimento da comunidade afirmando que:

*[...] para fins de avaliação dos imóveis, diagnóstico sócioeconômico e elaboração do projeto de **reassentamento, serão realizadas em total transparência de informações e de modo participativo por todos os envolvidos no projeto a divulgação da tabela de preço tem como objetivo dar maior transparência das ações governamentais [...] no que se refere a desmatamento informamos que o DNOCS solicita mensalmente licença de desmatamento as quais são expedidas após análise técnica do órgão ambiental do Estado SEMACE, portanto não existe desmatamento desmedido e o mesmo é realizado de modo controlado, os agrotóxicos utilizados também passam por controle da SEMACE de modo que os males causados a flora e a fauna são minimizados, um dos principais objetivos do projeto é possibilitar a melhoria na qualidade de vida da região sendo objeto de especial atenção as medidas que devem ser adotadas para tal objetivo.*** (DNOCS, Extraído da Assembleia em Peixe).

A resposta do DNOCS é claramente evasiva e não instrumentaliza as informações; não apresenta às comunidades dados concretos sobre fiscalização que ele alega estar sendo feita, ou sobre todo o controle dos impactos. Ainda que em termos normativos o órgão cumpra seu papel social de informá-los sobre o empreendimento e se façam presentes nas reuniões solicitadas, não responde satisfatoriamente aos anseios das comunidades, ignorando as inseguranças e denúncias que as mesmas têm apresentado. Há um hiato entre a informação oficialmente prestada e aquela efetivamente percebida. Outro fato acontecido, que fortalece o não direito à informação, deve-se à publicação do decreto de utilidade pública das terras, que as comunidades só tomaram conhecimento seis meses após publicação.



Em Audiência Pública em agosto de 2009 no distrito de Peixe, Russas, que aconteceu concomitantemente ao VII Fórum Microrregional pela Vida no Semiárido, pôde contar com o apoio de comunidades de outras localidades, professores e entidades não governamentais. Os participantes da mesa foram o procurador do MPU e o diretor de obras do DNOCS com o objetivo de esclarecimento às comunidades e ao público em geral.



Nesta audiência, o representante do DNOCS declarou que compreende os anseios da comunidade, mas que desde dezembro de 2008 o DNOCS tem cumprido com seu papel e tudo tem estado devidamente registrado em documento. Porém, a necessidade de diálogo mais efetivo, a insegura por falta de esclarecimentos sobre o futuro das comunidades, a insatisfação dos resultados do estudo topográfico do DNOCS, a dúvida se as famílias teriam direito à terra para produzir, a preocupação com o avanço das obras sem indenização das famílias foram alguns dos pontos levantados pelos moradores das comunidades.

“[...] porque a gente luta esses um ano e sete meses para que as comunidades possam ficar e viver, nós não queremos só casa pra morarmos, viver de quê?” (Dona Silva, Comunidade de Bananeiras).

Nesta audiência, o Procurador do Ministério Público de Limoeiro do Norte coloca alguns pontos interessantes como alternativas à comunidade. Dentre elas, a sugestão para as comunidades entrarem com ação na justiça contra o DNOCS por meio do Ministério Público Federal em nome da coletividade. O procurador sugeriu à comissão de resistência a elaboração de **proposta de reassentamento**, em área contínua, das comunidades atingidas do Tabuleiro de Russas, bem como, a elaboração de um estudo antropológico na área.



A partir deste momento decidiu-se por construir a proposta de reassentamento com a colaboração de entidades técnicas e parceiras. Reuniões, assembleias e estudos para construção desta proposta se sucederam ao longo do amadurecimento de proposta coletiva.

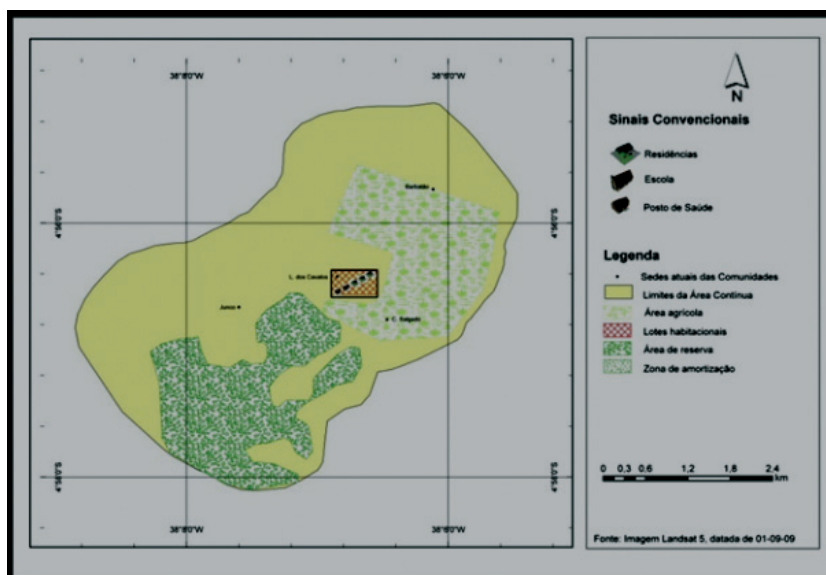
Diante desta luz, uma proposta inicial foi desenvolvida e apresentada às comunidades dia 21 de outubro de 2009 em Assembleia na comunidade do Peixe para aprovação do projeto em andamento, se realmente era de interesse àquelas comunidades atingidas uma proposta coletiva de reassentamento. Em fevereiro de 2010, a proposta final de reassentamento foi apresentada às comunidades e aprovada para negociação com o DNOCS. A preocupação com os riscos à saúde com lotes próximos das comunidades em outro momento posterior fez com que o desenho da área contínua fosse realmente extenso. A proposta não visa apenas a uma ecovila, como se tem denominado os conjuntos habitacionais de reassentamentos. A visão das comunidades vai além da garantia das casas e alguns lotes.

Ao acompanhar e mesmo participar ativamente destes encontros, constata-se que a negação do direito à informação, desde o início desta luta, é um empecilho para a construção da proposta. Todas as etapas, modificações, ideias foram sendo (des)construídas à medida que a comissão tinha acesso a informações específicas, muitas vezes disponibilizadas por colaboradores, professores e pesquisadores.

Diante da ausência efetiva de proposta que atendesse a demanda das comunidades e do fracasso da tentativa de diálogo, as comunidades passaram a construir uma

contraproposta ao projeto de reassentamento. O apoio de instituições de ensino superior tem sido estratégico como aporte instrumental em aspectos técnicos do projeto. A proposta não apresentada de reassentamento do governo federal ainda assim é bastante contestada pelos atingidos. Dentre as questões que merecem destaque está a ausência de planejamento territorial que atenda a diversidade de demandas por terra.

A proposta territorial das comunidades é de área contínua de reassentamento, constituída de infraestrutura básica com áreas de proteção ambiental e amortização como alternativas protecionistas aos riscos de contaminação por agrotóxicos e favoráveis ao modo de vida local intrinsecamente relacionado aos recursos naturais. A área é relativamente grande de 1.442 ha, quando comparada à área total do projeto de irrigação (aproximadamente 5.000 ha), porém, já se pensa no crescimento populacional e na quantidade de famílias que possivelmente se alojarão nesta área coletiva e se a proposta é compatível com as necessidades locais.

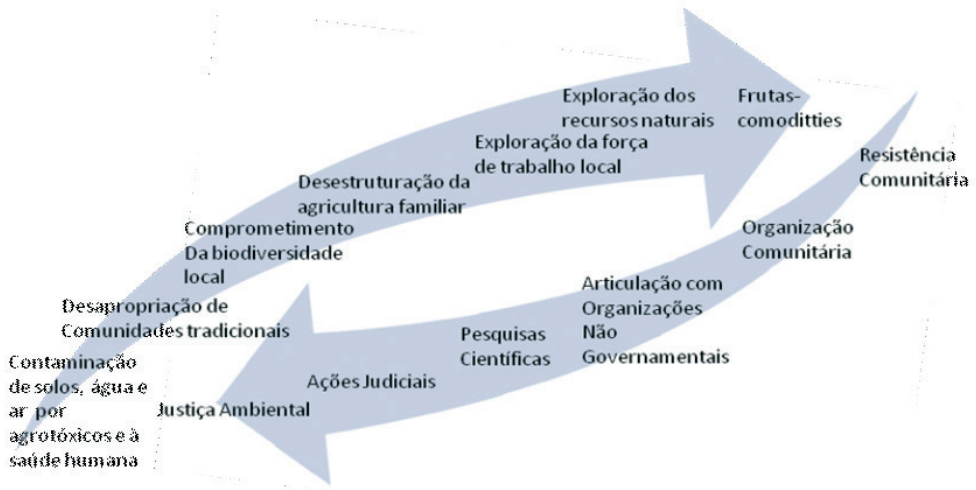


Mapa 1 – Cartografia Produzida pela Comissão das Comunidades com apoio da Comissão Municipal

Essa área contínua é para o povo todinho, agora não é muita coisa não, para o povo todinho não é muita coisa não. Só que se você pegar o projeto hoje que é três mil e poucas hectares, três mil e seiscentas, essa área dá mais de duas mil hectares vai ficar mil e seiscentos, menos da metade pro DNOCS de cara logo eles não vão aceitar, num tem nem condições (Antônio Augusto, em relação à proposta inicial cuja área superficial era maior que a do projeto atual).

Ao teorizar sobre este movimento de resistência, a experiência da autogestão e de *mapeamento participativo* (ACSELRAD & COLI, 2008) das comunidades atingidas pelo projeto de irrigação faz parte do movimento denominado de *justiça ambiental*. Em detrimento da incompatibilidade de sistemas, as comunidades estão construindo um

planejamento ambiental em que a “terra” é a chave de disputa com os grandes empreendimentos e empreendedores. Logo abaixo, temos o movimento ambientalista no campo. Temos um conjunto de vulnerabilidades socioambientais advindas da expansão do agronegócio na região e, em contrapartida, as ações, mobilizações e redes na promoção da justiça ambiental.



O processo de reapropriação territorial pelas comunidades, como estratégia de resistência e luta, evidencia os laços culturais das famílias do sertão com a terra, onde a disputa faz parte tanto do campo do simbólico como do concreto. Os meios de vida se concretizam neste território com valores e identidades resguardadas a partir de seu histórico ao mesmo tempo em que se tornam reais quando vivenciadas no presente. Em diálogo com Leff (2010, p. 330):

A problemática ambiental vem dando novo significado às demandas e às lutas sociais no meio rural. As lutas camponesas estão mudando de seu caráter reivindicativo pelo emprego, o salário e uma melhor distribuição da riqueza, assim como pela restituição às comunidades rurais de suas terras para reverter os processos de empobrecimento do campo, para um movimento político e econômico pela reapropriação de suas condições de vida e processos produtivos.

Ao mergulharmos no discurso dos atores locais, compreendemos que em torno de 2.096 hectares de área contínua da proposta de reassentamento, tem-se a defesa: do modo de vida característico e da melhoria da qualidade de vida no campo; da promoção da agrobiodiversidade das comunidades e da biodiversidade do bioma Caaatinga; da preservação e conservação ambiental para integralidade dos recursos e serviços ambientais; das futuras gerações; dos processos de transição agroecológica como alternativa ao “desenvolvimento”; de um trabalho em consonância com os biorritmos, digno, saudável e emancipador; da vida em comunidade em que os laços familiares e culturais e os vínculos com a terra sejam respeitados; de políticas públicas dialógicas promotoras

de justiça, saúde e paz no campo; das alternativas de convivência com o semiárido; da sustentabilidade socioambiental e de processos sócio-históricos locais; da autonomia e da organização comunitária; do saber e medicina popular; de sementes agroecológicas, segurança alimentar e nutricional das famílias: soberania alimentar; de outra perspectiva de sociedade.

As comunidades têm nos ensinado que a convivência com o semiárido faz parte do modo de vida e as alternativas ao modelo do agronegócio são reais. O sonho por uma terra viva tem se concretizado ao longo das lutas do movimento local. A insistência no diálogo com o referido órgão, ao longo de três anos, veio aumentando o campo de possibilidades para que as alternativas locais fizessem parte do espectro do possível. Complementando com Santos (2005, p. 25): “a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedades mais justas”.

Assentamento Bernardo Marin II: Comunidade de Resistência no Contexto de Disputa de Projetos entre Agronegócio, Reforma Agrária e Agroecologia

Como então? Desgarrados da terra?

Como assim? Levantados do chão?

Como embaixo dos pés uma terra?

Como água escorrendo da mão?

Chico Buarque²

Todo projeto de mudança exige rupturas, exige a reconstrução e a reinvenção das formas humanas de pensar e viver. Dessa reinvenção da vida surgem práticas sociais que engendram horizontes de possibilidades, abrindo flancos para a transformação da realidade. Nesse sentido, as ocupações de terra, os acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária se constituem no próprio movimento dialético da mudança por meio da luta por melhores condições de vida, como forma de superar as desigualdades sociais e resolver a questão fundiária brasileira.

O estudo sobre as relações socioculturais, de saúde, trabalho e produção do Assentamento Bernardo Marin II, no município de Russas, está entrelaçado e inserido nesse contexto de mudança da propriedade da terra concentrada para a realização da reforma agrária, em um território, a Chapada do Apodi, marcado por disputas, entre as comunidades locais e a chegada das empresas de fruticultura irrigada, no Baixo-Médio Jaguaribe, que tem gerado conflitos socioambientais, na região. Essa disputa foi intensificada com a desapropriação, em 2005, da área de mais de dois mil hectares para fins de reforma agrária, ao mesmo tempo em que o Governo do Estado, por meio do Dnocs, criou o projeto de ampliação do Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas para favorecer as empresas de fruticultura.

² Verso da canção *Levantados do Chão*, do CD Terra, de Chico Buarque, lançado em 1997 para acompanhar a exposição de fotos do fotógrafo Sebastião Salgado sobre os sem-terra do Brasil.

Para compreendermos esse contexto de tensão entre a expansão do agronegócio e suas implicações no território e na vida das comunidades, bem como o movimento de resistência e de afirmação de um projeto para o campo, que respeite e reafirme a diversidade cultural, social e ambiental das comunidades, compartilharemos, neste texto, os processos sócio-históricos de produção e organização do assentamento Bernardo Marin II, e a inter-relação deles com a saúde humana. Apresentaremos os modos de vida e de luta que estão sendo construídos e vivenciados pelas famílias desse assentamento, pois, conforme ressalta Horácio Martins Carvalho,

A tensão entre a produção para o autoconsumo (tanto de produtos como de insumos) e a produção de mercadorias pelos camponeses contemporâneos, gera uma dinâmica social que exige mais do que a percepção da unidade camponesa isolada, mas a afirmação de uma racionalidade camponesa como projeto social para o campo, não como alternativa à reprodução do capital, mas como negação desse modo de produção (e da sua superestrutura). (CARVALHO, 2010, p. 7).

A dinâmica de negação desse modelo de desenvolvimento do capital para o campo introduz os assentamentos em um novo processo. A luta pela reforma agrária, que antes baseava-se na ocupação de terras para denunciar os problemas sociais causados pelo latifúndio, tornou-se mais complexa com a chegada das empresas transnacionais no campo, pois elas desenvolvem um modelo, baseado na grande propriedade, que controla a agricultura, utiliza pouca força de trabalho, ao passo que se vale de intensa mecanização voltada à produção de monoculturas de alguns produtos para a exportação, além do uso ostensivo de veneno. Os latifundiários, proprietários de áreas com mais de mil hectares, aliaram-se a essas empresas transnacionais, que fornecem os insumos – sementes transgênicas, fertilizantes químicos, venenos agrícolas e máquinas, a eles.

Com isso, a reforma agrária deixa de ser uma medida clássica de desapropriação dos grandes latifúndios e distribuição dos lotes para os camponeses e passa a ser uma ferramenta de disputa de projetos para o campo, ao propor uma mudança na estrutura fundiária brasileira, na matriz tecnológica e produtiva e no papel do Estado; ao defender o meio ambiente, a construção de uma agricultura que leve em conta o respeito aos biomas, a soberania alimentar e os saberes populares que têm como base a cooperação e a agroecologia; e ao visar contribuir para com a superação da desigualdade social existente em nosso país, cujas raízes estão na concentração da terra.

Os assentamentos da região do Baixo Jaguaribe resultam desse processo de disputa permanente entre a necessidade de realização da reforma agrária e o avanço das empresas com interesses distintos daqueles dos camponeses, determinando **o jogo entre dois projetos: a reforma agrária versus o agronegócio da fruticultura irrigada, na região do Jaguaribe.**

Como afirmamos anteriormente, a região da chapada do Apodi e do Baixo Jaguaribe sempre foram marcadas por conflitos sociais ligados à questão da terra. Da resistência dos índios tapuias contra a expansão da fronteira colonial, entre 1651 e 1704, conhecida

como a “guerra dos bárbaros”³, passando pelos primeiros movimentos de resistência das comunidades locais aos projetos de irrigação, na década de 1980, à luta atual contra as empresas do agronegócio que se instalam na região e que trazem consigo um modelo de produção devastador para o trabalho, para as comunidades e o meio ambiente, os conflitos atingem a região e os modos de vida da população, tanto do ponto de vista socio-ambiental como em relação à reestruturação do trabalho.

Na atualidade, há uma nova reconfiguração do campo e do campesinato com a chegada de grandes corporações internacionais, que, para viabilizar os grandes interesses econômicos, querem se apropriar das riquezas e dos recursos naturais: terra, água, infraestrutura. O uso intensivo de agrotóxicos, a produção em forma de monocultura, a degradação ambiental, o desaparecimento de ecossistemas e de comunidades e a expulsão de trabalhadores de suas terras são grandes exemplos do modelo vivenciado naquela região.

Além disso, as empresas têm utilizado a estratégia de investimento na integração de pequenos e médios produtores ao agronegócio. Segundo Martins (2010), essas parcerias com empresários capitalistas só formalizam a tendência do capital de subordinar os camponeses aos seus interesses e, sempre que for conveniente, para otimizar o lucro, para se apropriar de suas terras.

Diante dessa ofensiva, os movimentos sociais têm criado diversos mecanismos de resistência ao desmatamento; ao desaparecimento de comunidades, das sementes, das formas diversificadas de produção, das formas tradicionais de trabalho e em defesa da manutenção de saberes tradicionais, modos de produção e vida etc. O MST optou pela luta contra a concentração da terra nas mãos dessas empresas e pela defesa de que, a partir da realização da reforma agrária, ocorra a garantia da terra, do trabalho e da dignidade dos camponeses e camponesas que se engajam na luta. É sobre essa experiência de resistência e organização das famílias pertencentes ao MST que trataremos nesse estudo.

“Aqui Eu Nasci de Novo, Eu Criei Outra Vida”: da Identidade de Trabalhador Sem a Terra para a Construção do Sujeito Político Sem Terra Pertencente de uma Organização Social

O MST desenvolveu, ao longo de sua história, diversas formas de luta para alcançar seus objetivos de socialização da terra, da realização da reforma agrária e da transforma-

³ “Conflito entre Tapuias e colonos no interior do Nordeste, entre fins do século XVII e inícios do século XVIII. De origem tupi, a denominação Tapuia se referia a vários grupos que não possuíam uma unidade lingüística e cultural, distinguindo-se por serem inimigos dos Tupis. Parte significativa dos Tapuias se radicara no interior, antes mesmo da chegada dos portugueses, enquanto o litoral estava, predominantemente, sob o controle dos Tupis [...] A Guerra dos Bárbaros foi o confronto entre os lusos-brasileiros e as comunidades tapuias, no momento da expansão colonial em direção ao interior do nordeste. A ocupação desses sertões, desde a Bahia ao Maranhão, ganhou incentivo a partir do Período Filipino e se intensificou depois da ocupação holandesa. A Guerra movida contra os Tapuias do sertão envolvia tanto a expansão da pecuária quanto a distribuição de sesmarias na região, considerando que a instabilidade do setor açucareiro e a descoberta das minas incentivaram a criação de gado [...]” Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Dir. Ronaldo Vainfas. Ed Objetiva, Rio de Janeiro, RJ, p. 269.

ção social. A ocupação de terra, o acampamento e a organização do assentamento trazem experiências carregadas de vivências socioculturais, essenciais no processo de formação das pessoas que participam da luta pela conquista da terra.

Assim, o MST enraíza os sem (a) terra num projeto político de sociedade e se constitui como movimento dos Sem Terra com identidade própria, que vai sendo adquirida ao longo da luta, baseada em experiências históricas. Com isso, pretende-se atingir os objetivos de lutar pela libertação da terra, do trabalho e do ser humano.

É importante citar alguns aspectos que representam essa formação: a primeira delas é a **formação para a contestação social**, que rompe com o medo e o conformismo da condição de opressão (CALDART, 2004, p. 169). A segunda questão é a **formação para a consciência de classe** (Idem., p. 171). O terceiro aspecto é o **reencontro com a vida**. Nesse aspecto, que Roseli Caldart chama da dimensão educativa da luta, os trabalhadores e as trabalhadoras, ao ocupar a terra, retomam o direito a vida (Idem., p. 173). É a conquista desse direito que insere no campo da luta a discussão de uma identidade coletiva dos Sem Terra, dentro de um projeto que tem como objetivo a transformação social. Como exemplo dessas dimensões da formação a partir da luta, temos o depoimento de um assentado que diz:

[...] a gente vem trabalhando no coletivo e no grupo. Coletivo que é de todos, onde a gente, um companheiro, não tem a gente vai lá, na nossa casa, que é do coletivo e pega prestado e paga no outro ano. A comunidade, que é coletivo, que é de todos nós. A comunidade, a comunidade quem faz é nós todos. [...] a gente tá vivendo uma vida do céu, em vista do que lá que eu vivia lá fora, aqui eu nasci de novo, eu criei outra vida [...]

Esse reencontro com a vida perpassa a dimensão da vivência coletiva, do companheirismo, do sentir-se parte do processo. As formas criadas pelo coletivo permitem às pessoas reencontrarem o sentido da resistência, dos valores do trabalho, da confiança neles mesmos, da união do grupo. Para chegar a esse nível de compreensão, um dos princípios que o MST desenvolve é a participação de todos e todas nas tomadas de decisão. Na busca pela afirmação de um novo ser social, as famílias Sem Terra tomam consciência de que é participando que elas conhecem e, conhecendo, transformam a sua realidade e defendem melhores condições de vida.

Essa práxis desafia as famílias a problematizar o mundo e a criarem outras formas, outros jeitos de lidar com a vida. Quanto mais problematizam o mundo, mais se sentem desafiados e mais se engajam na busca por soluções concretas. Como disse Paulo Freire (FREIRE, 2002, p. 73), para ser, tem que estar sendo: “O homem como ser inconcluso, consciente de sua inconclusão, e seu permanente movimento de busca do ser mais (idem: 72). Esse movimento permanente tem como ponto de partida o próprio ser, homens e mulheres Sem Terra e suas relações.

Falkembach (2007) discorre sobre a trajetória formativa de integrantes do MST, detendo-se na análise da força aglutinadora acompanhada de teoria e prática constituída na experiência e, ao referir-se à coletividade dentro do MST, enfoca que é grande a ênfase atribuída ao potencial educativo do coletivo: a coletividade educa quando se faz ambiente

para produção de identificações e leva à constituição da identidade sem-terra nas pessoas, mas também para além delas. Um dos elementos mais fortes de identificação, para os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, é a terra: terra para trabalhar, produzir, morar, viver, morrer. Terra que é reencontro na luta: do indivíduo com ela e consigo mesmo, e que é, inclusive, tomada como princípio ontológico: “Somos a terra no seu momento de auto-realização e autoconsciência.” (BOFF, 2000, p. 72). Princípio que tem coerência com a visão de história presente no Movimento, que é a de “enxergar cada ação ou situação particular em um movimento contínuo entre passado, presente e futuro”, compreender ações e situações em suas relações e como parte de uma totalidade maior, e que ainda é coerente com a ideia de celebração: da vida, do nascimento e também da morte, principalmente a daqueles companheiros e companheiras caídos na luta (CALDART, 2000, p. 235).

Para as famílias do assentamento Bernardo Marin II, participar da luta pela terra coloca homens e mulheres em condição de existencializar-se, de assumir de forma consciente a sua condição humana como sujeito sócio-histórico, que problematiza o mundo, o MST e a si mesmo, e se descobre como instaurador de um novo ser social, coletivo, com direitos a serem conquistados com a luta que se inicia com a ocupação de um latifúndio e vai se fortalecendo com a vida no acampamento e, depois da conquista, com a construção do assentamento. De que forma isso se dá? Nossa análise parte do relato da experiência vivenciada pelas famílias pertencentes hoje ao Assentamento Bernardo Marin II, organizado pelo MST.

Ressignificando a Vida no Acampamento: Os Sentidos da Luta para a Formação da Consciência das Famílias

Como então, disputar a terra? Como assim, Reforma Agrária no contexto de expansão do Agronegócio? O MST, através da ação política de “ocupar” latifúndios que não cumprem sua função social⁴, organizou famílias Sem Terra e, como fruto da luta, conseguiu parte da área destinada aos empresários no Projeto Irrigado Tabuleiro de Russas. Com o apoio de outras organizações, as famílias da região do Baixo e Médio Jaguaribe realizaram o sonho de conquistar a terra, iniciado com a ocupação de uma área de Tabuleiro de Russas na madrugada do dia 25 de abril de 2004. Essa ação fez parte da Jornada Nacional de Ocupação de Latifúndios, apelidada pela mídia de “Abril Vermelho”, uma das mais discutidas ações do MST, que tem como objetivo denunciar a impunidade em relação ao massacre de Eldorado de Carajás no Pará, em 1996, e pressionar o Governo para realizar a Reforma Agrária.

Essa ocupação foi uma ação política de denúncia de que o Governo estava desapropriando áreas pertencentes a pequenos agricultores para interesse público e entregando em forma de lotes para empresários do agronegócio. Participaram da ocupação

⁴ O artigo 184 da Constituição Brasileira institui a desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária que não cumprem a função social. O Estatuto da Terra define o conceito de função social da terra: a propriedade da terra tem como função social garantir produtividade, preservação do meio ambiente e as leis trabalhistas.

trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra e Atingidos por Barragens, além de organizações que atuam na região, como setores da igreja, sindicatos, pastorais sociais, partidos de esquerda, estudantes e professores que contribuíram no processo de discussão, junto ao Dnocs, da criação de um projeto de produção agroecológica no perímetro irrigado, para ser desenvolvido com as 180 famílias que estavam acampadas.

Nesse período, as famílias fizeram diversas ações que mexeram com o poder governamental e com os interesses empresariais, e obrigou o governo a abrir um processo de negociação. Foi um processo longo de pressão e resistência das famílias. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi convocado para fazer a vistoria das áreas em torno da ocupação e, enquanto não se resolvia o impasse, o MST montou o acampamento com as 180 famílias em uma área de preservação ambiental do Dnocs, onde todos e todas ficaram aguardando as promessas.

Promessas feitas, mas não efetivadas. Cansados de tanto esperar, as famílias iniciaram outra ação política, dessa vez ocupando, em fevereiro de 2005, as obras da empresa Andrade Gutierrez, que estava construindo o canal da irrigação. Essa ocupação contou com a presença de entidades, comunidades camponesas e assentamentos de toda a região do Baixo Jaguaribe. O governo usou a força policial para desmontar a ocupação, utilizando, inclusive, helicóptero para pressionar e amedrontar os trabalhadores, que resistiram e exigiam a concessão de uso dos 5.000 ha de terra do perímetro de Tabuleiro de Russas para as famílias acampadas. Essa tensão criada pelo Estado, para defender os interesses do capital, exigiu que as famílias construíssem formas de resistência que só foram possíveis com um processo intenso de organização dentro no acampamento.

A Resistência pela Organização

Para as famílias que ocuparam a terra, a participação na ação da madrugada do dia 25 mudaria suas vidas. Movidas pelo sonho de ter a terra, adentraram na área rompendo a cerca que representa a concentração da terra nas mãos de uns poucos latifundiários, para socializá-la com os muitos trabalhadores, situação que ainda marca o Brasil, conforme revelam os dados:

O Brasil é, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o segundo colocado no mundo em concentração de terra, ficando atrás somente do Paraguai. Números que impressionam: pouco mais de 2 mil latifúndios ocupam 56 milhões de hectares. (MORISSAWA, 2001, p. 115).

Não pode haver igualdade social sem questionar essa herança histórica deixada pelos dominadores, desde o período da colonização. Nesse sentido, para as famílias pertencentes ao MST, a ocupação é a única forma para chamar atenção desse problema social e, ao mesmo tempo, isso constitui para elas um novo começo de vida. As famílias que compõem o Assentamento Bernardo Marin II vivenciaram esse processo e, durante um bom período, puderam criar e desenvolver diferentes mecanismos de organização para vivenciar essa nova realidade.

Após a ocupação, as famílias se organizam para garantir a vida do acampamento como forma de resistência diante das dificuldades que vão perpassar o cotidiano dessas pessoas: convivência coletiva, dificuldades de moradia, comida, água, escola, saúde etc.

Provisoriamente, elas lidam com a precariedade das condições de vida debaixo da lona preta. Sim, a barraca de lona plástica passa a ser sua moradia até a conquista da terra. Ao longo da luta do MST, essa foi a forma encontrada para denunciar o grave problema social que o latifúndio é capaz de produzir: milhares de trabalhadores sem a terra para trabalhar, sem lugar para morar, sem dignidade, sem identidade. Para o MST, além da denúncia, as barracas também são o lugar da resistência, e debaixo delas se engendram sonhos e utopias.

Logo no primeiro dia, ao determinar o lugar do acampamento e os espaços das barracas, o MST propôs às famílias algo muito novo e desafiador: um processo auto-organizativo, onde as famílias mesmo fossem, a partir dali, as responsáveis pela sua história, pelo fazer cotidiano, pelas decisões sobre suas vidas, pela luta. Assim, segundo o MST, as decisões passam a ser tomadas de forma coletiva: cada um e cada uma que está ali é sujeito do processo de planejamento, execução e avaliação permanente das ações e decisões referentes a todos os aspectos que dizem respeito à vida dos acampados e acampadas e em relação à luta. Para isso, foi proposto que as famílias organizassem núcleos de base com 10 famílias cada; núcleos formados por afinidade para cumprir a tarefa de discutir, planejar e encaminhar tudo relacionado à vida coletiva. As questões ali debatidas serão levadas à coordenação do acampamento, que socializará e discutirá novamente, bem como será responsável para organizar a assembleia geral, que é o espaço de tomada de decisões. Os pontos que não são consensuais na assembleia retornam para aprofundamento na coordenação e, depois, nos núcleos de famílias, que são a célula da organização onde está toda a família.

Isso é o que o MST chama de experiência de participação horizontal ascendente e descendente, e dialoga com o princípio da direção coletiva defendida pelo próprio movimento: sair da lógica da representação para a participação de todos e todas nos processos de decisão. A intencionalidade é desenvolver a consciência para que as pessoas se sintam sujeitos do processo. Essa experiência leva às famílias outros desafios, como, por exemplo, o estudo de todos e todas, o acesso aos conhecimentos sistematizados pela humanidade, o trabalho como princípio educativo, a auto-organização. Romper - como diz o lema no setor de educação - a cerca do latifúndio do saber.

É interessante retratar esse processo pela importância que ele tem de despertar nos trabalhadores a pedagogia da participação, o exercício da voz, da opinião. As pessoas são desafiadas permanentemente no acampamento e, depois, no assentamento, a dar sua opinião, a concordar ou discordar com o maior número de argumentos possíveis para poder, a partir daí, tomar decisões. Fazendo um exercício difícil no coletivo, que é buscar o consenso antes mesmo de decidir sobre os interesses coletivos, respeitando as opiniões individuais das pessoas - exercício que vai contra a lógica da aceitação sem questionamento, da cultura do silenciamento, do marasmo imposto pela sociedade moderna.

Do ponto de vista da efetivação das práticas organizativas, o acampamento propôs vivenciar outro princípio: a divisão de tarefas dos trabalhos necessários para manter o

acampamento de forma organizada. Todos e todas se engajaram em equipes de trabalho: segurança, cozinha, ciranda infantil, negociação, mística, finanças, saúde, produção, escola itinerante. Cada um e cada uma desenvolveram tarefas específicas, que garantiram o aspecto geral da vida agora coletiva. Além dessas tarefas, contaram também com mística para alimentar os sonhos. Cada gesto solidário, cada força dada por meio de palavras, cada música cantada, cada fogueira acendida, cada história contada, poetizada, cada luta lembrada se faz força para a caminhada e é a forma que as famílias encontram para dar sentido à sua luta. Sobretudo nas noites e nos momentos de ameaças, as famílias se uniam debaixo de uma árvore, no barracão, ao redor de fogueiras e ali alimentavam os sentimentos para seguirem firmes acreditando na força da unidade para conquistar a terra, como vemos no depoimento de um assentado: “Desde o acampamento passamos chuva e sol, desde pequeno né, mais estamos aí na luta, vivo, né? Até o fim da vida.”.

No acampamento, a vida se faz e se refaz a todo o momento, com práticas sociais experimentadas, porque o MST considera que, para criar uma força coletiva, é necessário o envolvimento e a participação de todos nos processos de decisão sobre a vida no acampamento. São essas práticas sociais coletivas que dão novos significados à ação da ocupação. Esses novos significados perpassam pela ideia de romper com a cerca do latifúndio, mas também com a cerca da ignorância, do trabalho, perpassa a valorização de saberes que dão significado individual, familiar, coletivo, projeta sonhos, e determina objetivos a serem alcançados com a conquista da terra. Os trabalhadores reconhecem essas práticas:

[...] Melhor que este lugar aqui, não tem não, quando eu sai, a condição da gente era ruim, hoje em dia aqui, você produz para você. Vai tudo distribuído para qualquer coisa que sai daqui, bem pra comunidade. Você vai pra luta, tem mais de mil objetivos, trás pra comunidade. Graças a Deus aqui garantimos a sobrevivência [...]

A partir desse depoimento, podemos perceber que a motivação e o sentido de possuir a terra são vistos como ideia de projeção de futuro, de resgate da dignidade. Terra como moradia, trabalho, vida; como sinônimo de autonomia econômica, sustento para a família, segurança para o futuro. Terra como produção de existência, onde o ser humano e o ambiente se entrelaçam entre saberes e cultura, entendida como cultivo: da terra e de si mesmo. É na luta que a consciência de direitos se gesta e ganha forma; assim como a consciência de gênero, a consciência ambiental. É um espaço propiciador de produção de novas consciências onde são mais de *mil objetivos* os que as famílias querem alcançar, e isso nos remete à ideia que essas famílias vivenciam de *vida em movimento, em luta permanente*.

Com a ocupação e com a vivência do acampamento, o trabalho é visto com novo sentido, livre de patrão; nesse território, os trabalhadores podem desenvolver a autogestão de tempos e lugares, a participação política, a divisão social de tarefas e também das conquistas obtidas com a luta. Vale ressaltar também que a construção de espaços sociais como esse não é uma tarefa fácil de desenvolver. Na ocupação, as famílias não se conhecem e isso só vai ser rompido com a vivência coletiva no acampamento. Para isso, o MST organiza as famílias por aproximação parentesca e também por municípios de origem.

No caso das famílias pertencentes à “**comunidade de resistência**” Bernardo Marin II, elas são provenientes de diversos municípios, como Jaguaruana, Russas, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Quixadá e Beberibe. Algumas já haviam migrado para diferentes lugares, inclusive para a cidade, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Mas, somente no acampamento, e agora assentamento, eles têm a possibilidade de encontrar tranquilidade na relação com a natureza:

[...] Eu sai de casa com 10 anos [...]. Meu pai mora aqui no interior, eu fui pra Fortaleza, mas nunca me acostumei, por causa daquele barulho. Eu tinha pouco estudo, quando eu vim pra cá, comecei a gostar, porque achava bom no interior, devido a tranquilidade, ouvir o canto dos passarinho de manhã cedo [...] eu achava aquilo bom.

Esse reencontro com a terra gerou, nessas famílias, o reconhecimento, a desnaturalização da sua condição de vida: a migração, a dificuldade de adaptação com a cultura urbana, a falta de estudo etc. São os primeiros passos para a conscientização das dívidas sociais da sociedade brasileira com os camponeses. É a junção de histórias de vidas individuais que agora se unem em uma única causa: lutar pela terra. No depoimento de um assentado, vemos a trajetória de vida, de transição da situação de miséria para a possibilidade de uma vivência coletiva que produz frutos:

Lá em Jaguaruana, nossa condição era precária, nós trabalhávamos de reideiro, só dava pro patrão né. Sobrevivia do alimento que produzia, não dava né, pra gente comer, tinha vez né, que a gente dormia com café e farinha, que a gente não tinha condição de se manter. [...] Aqui, nós, no primeiro ano, que entramos aqui no acampamento, nós sofremos, nós começamos produzir na 240. Fomos fazer uma ocupação lá na Andrades Gutierrez, chegamos ir lá, fizemos nossa ocupação num tinha saído nada, fizemos cerca, primeiro ano fizemos 18 mil quilos de feijão.

Terra e trabalho são duas esferas que expressam a dignidade, antes negada; e interligada a elas, a produção coletiva de novas vivências dentro da luta. Nesse sentido, a ocupação questiona essa exclusão produzida pela ordem estabelecida sobre a propriedade da terra. De acordo com a análise de Esmeraldo:

[...] a decisão de forjar, por produzir uma ocupação de terra, parece significar uma reação á essa exclusão, como expressa Carlos, um acampado quando que afirma: nós ocupamos porque nós precisava aparecer, mostrar que existia. É a tentativa de criar formas de existência, de dar sentido para suas vidas, de adquirir visibilidade, que levam os trabalhadores a subverterem a ordem jurídica da propriedade privada. (2004, p. 60).

É essa subversão da ordem que permite e garante os novos sentidos que serão produzidos sobre a natureza, o trabalho e a vida desses trabalhadores no novo território:

Eu conheci a terra aqui. Aqui a gente tem muita liberdade, tem terra pra trabalhar, ninguém ta vendo o filho da gente usando droga, em bar, nessas coisas. O MST ele, propõe muita coisa boa. Que pena que a mídia não mostra isso, só mostra o que é

de errado, é baderneiro, e tomadores de terra dos outros. Eles não mostram o que é bom, o objetivo mesmo, o que é bom eles nunca mostraram. Lá fora trabalhava muito, só comia o dia que trabalhava e se tivesse um dinheirinho para comprar. Aqui, não. A gente aqui não trabalha pra ninguém.

O Resultado da Luta: A Conquista da Terra e da Dignidade

Em 2005, foram desapropriados dois imóveis que compõem hoje o assentamento: a fazenda “Açudinho”, então de propriedade do Sr. Jeová Costa Lima, com uma área de 945,2731 ha, e a fazenda “São José/Segredo”, então pertencente à Companhia Agro Industrial São José – CAPESSÉ, uma sociedade anônima de Capital autorizado, com 1.882,6431ha. Juntas, elas somam uma área total de 2.827,92 ha. E ainda há os 240 ha do perímetro irrigado.

Com a desapropriação, a área passou a ser, então, assentamento de Reforma Agrária, tendo como desafio desenvolver modos de produção e de vida dentro de um novo território conquistado pela luta social. Nesse sentido, conforme Fernandes (1998: 21), o Assentamento é visto como: um processo histórico de transição e transformação de organização do território, do espaço agrário em questão. O processo de consolidação do Assentamento perpassa práticas de reterritorialização dos espaços. O assentamento se constitui em um espaço que permite – por meio da organização – a transformação da propriedade privada da terra em propriedade coletiva, e se constitui em um lugar de integração entre as pessoas e suas práticas sociais.

A organização coletiva da produção; a constituição de núcleo social contendo as casas, os serviços e os equipamentos coletivos; a não demarcação dos lotes; a organização da base e dos grupos de produção; a luta pelos direitos, entre outros aspectos, servem de orientação para garantir a implementação de um lugar – o assentamento – com perspectivas diferenciadas dos moldes de estruturação fundiária até então implantados.

Assentamento é a denominação dada ao território resultante da ocupação (no caso da forma de luta do MST), no qual as famílias passam a ter a concessão de uso da terra e de, forma coletiva, dão continuidade às discussões e decisões iniciadas no período de acampamento.

Para as famílias do assentamento Bernardo Marin II, há uma questão que estava colocada, de que mesmo não compreendendo o sentido da ação coletiva contra a propriedade privada, no primeiro momento, sentiam que algo muito profundo começava a mudar em suas vidas: o reencontro com os sonhos e com a vida na terra. Assim, vemos configurados forma, função, processo e estrutura, a partir de uma nova discussão sobre o assentamento como a produção do lugar: o lugar de resistência e luta. Como disse um assentado: *“estamos aqui com bastante resistência, só a luta que constrói, só lutando que a gente vence.”*

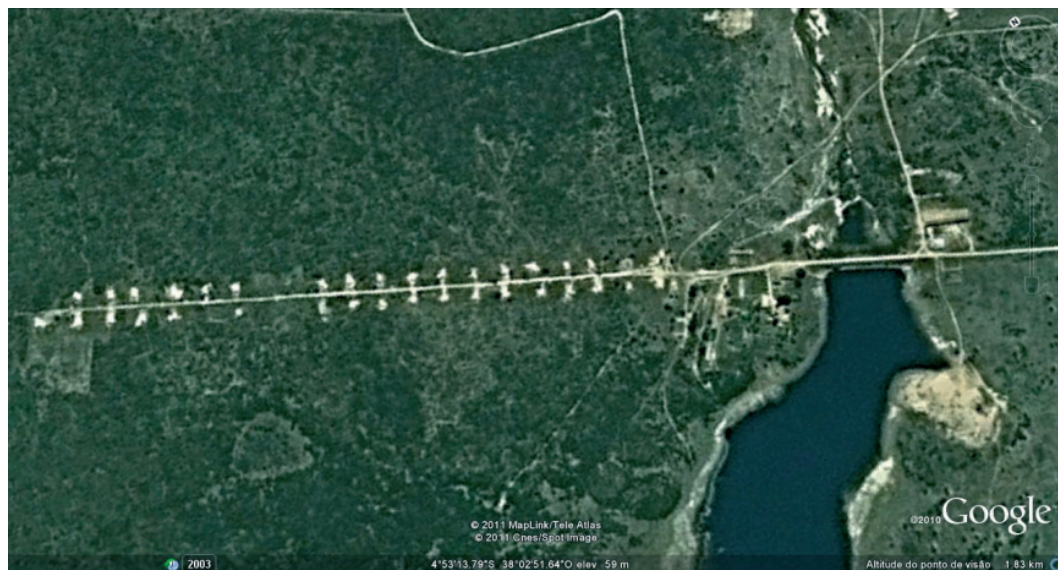
O assentamento está localizado a 15 km da sede municipal e possui capacidade para 48 famílias, contando atualmente com 33 famílias assentadas, reunindo um total aproximado de 137 pessoas. Castro (2008), em sua pesquisa, delineou o perfil dos assentados em Bernardo Marin II, descrito na tabela abaixo, na qual observa-se a predominân-

cia do sexo masculino (64%), com nível educacional até a 4ª série (52%), com renda de um salário mínimo, com uma a três pessoas por família (48%), com tempo de trabalho na agricultura de 16 a 30 anos (48%) e sem ter trabalho em outra atividade laboral (72%):

Variáveis		Assentamento Bernardo Marin II (%)	Total (%)
Sexo	Masculino	16	64
	Feminino	9	36
Faixa etária*	20 a 29 anos	5	20
	30 a 39 anos	10	40
	40 a 49 anos	1	4
	50 a 59 anos	9	36
	60 anos ou mais	0	0
Escolaridade	Analfabeto	7	28
	Até 4ª série	13	52
	5ª série ou mais	5	20
Renda familiar*	> 1 salário	11	44
	1 salário	12	48
	2 ou mais SM	2	8
Nº de pessoas na família	1 a 3	12	48
	4 ou 5	8	32
	6 ou mais	5	20
Tempo de trabalho na agricultura	Até 15 anos	5	20
	16 a 30 anos	12	48
	31 anos ou mais	8	32
Já trabalhou em outra atividade	Sim	7	28
	Não	18	72
Total		25	100

O perfil das famílias traz presente também a estreita relação e convivência com a terra, pautando, portanto, a possibilidade de desenvolver diferentes formas de produção, trabalho e vida na comunidade, ações que se dão com a conquista da concessão de uso e posse coletiva da terra. Nessa fase, inicia-se a construção da agrovila como espaço coletivo para moradias e infraestruturas sociais. As agrovilas se constituem em uma área coletiva para construção das casas das famílias assentadas e das infraestruturas coletivas: escola, igreja, posto de saúde etc. Para as 33 famílias do assentamento, morar em forma de agrovila facilita a vida coletiva e os acessos. Por exemplo, para a necessidade de reunir-

se de imediato, acessar à escola, ter a instalação de eletricidade, encanamento de água, telefone público, entre outros.



(Vista da Agrovila e Açude)

(Foto Google Earth)

A construção dos espaços sociais coletivos é uma experiência para desenvolver o trabalho coletivo, que é um dos princípios do MST. Assim, a bodega coletiva, o centro de formação, a escola de EJA, por exemplo, são de responsabilidade de todos e todas que fazem parte do assentamento.

Esses espaços passam a ser o lugar do novo, da apropriação de saberes, do fazer diferente, da problematização das relações, do respeito ao outro, potencializando, assim, novos valores, o cuidado com a terra, com as conquistas e com as pessoas. Como exemplo, cita-se a experiência de comercialização de produtos dentro do próprio assentamento por meio da bodega coletiva, que fornece os produtos industrializados básicos para consumo do dia a dia, que não são produzidos no assentamento, como óleo, açúcar, sal etc.. Lá, também ocorre a compra da produção dos assentados. A bodega, além disso, faz empréstimos para alguma família que necessita e financia atividades em prol do coletivo.



Foto 1 – da Bodega Coletiva do Assentamento

Outro exemplo do que ocorre no assentamento é a luta para acabar com o analfabetismo. Ainda no acampamento, havia 43 pessoas analfabetas, que foram organizadas pelo setor de educação do MST e inseridas no projeto de alfabetização EJA, que tem como lema: Sempre é Tempo de Aprender. Segundo Gomes (2008), o projeto contrapõe a visão fatalista de que “papagaio velho não aprende mais a falar”. O processo organizativo da comunidade é descrito por Gomes:

O trabalho de base da organização do processo de alfabetização/EJA é uma iniciativa do setor de educação do MST, que mobiliza as famílias criando um conjunto de circunstâncias que vão desde a decisão das pessoas analfabetas se interessarem para participar ou não da turma de alfabetização a quem vai ser educador/a? Onde vai funcionar a turma? Quais as condições de infra-estrutura existentes? O que falta de infra-estrutura? Como vai funcionar os encontros? Como vai ser os horários? Ou seja, as assembléias ou reuniões, como alcançar o objetivo, de ir trabalhando a estratégia do MST. (GOMES, 2008 p. 26)



Foto 2 – da Escola de EJA

Em sua pesquisa sobre essa mobilização da comunidade para acabar como analfabetismo, a autora entendeu que o aprendizado da leitura e da escrita contribui significativamente para o avanço do processo de organização de base dos trabalhadores (as). Este aspecto da contribuição do processo de alfabetização às lutas e à formação dos sujeitos na comunidade foram percebidas 10 meses depois da implantação do projeto. As falas dos educandos citadas no trabalho de Gomes (2005, p. 39) são reveladoras dessa importância do projeto de educação de jovens e adultos: *“Contribuiu que não sabia ler e escrever nada, algumas coisas já leio, escrevo, comecei a entender mais sobre o movimento, participei de um curso e a turma me ajudou muito”*. Em outra fala citada no trabalho de Gomes, um educando constata: *“A alfabetização é importante para o desenvolvimento da comunidade para que ninguém fique dependendo dos outros para assumir os compromissos que tem!”*

A percepção de um educando sobre o papel da educação para reforma e, ao mesmo tempo, da reforma agrária como direito à educação, é um aspecto importante e significativo: “O tempo que nós estudamos foi muito bom, não sabia fazer meu nome e hoje já sei. Para nós acabar o analfabetismo no meio do mundo, nós tem que estudar que é uma coisa boa para a Reforma Agrária.” (apud GOMES, 2005, p. 39).

A mobilização deu resultado e conseguiu acabar com a maior parte de analfabetos no assentamento. De acordo com os dados do setor de educação do MST, há atualmente 8(oito) trabalhadores analfabetos, mas a campanha permanece, pois o objetivo do setor de educação é de que esse assentamento se transforme em um território livre do analfabetismo.

Outro aspecto trazido pela experiência do assentamento Bernardo Marin II é de que troca de experiência entre assentamentos e seus processos organizativos, a relação com o campo, os modos de vida e os sonhos trazidos com a luta, tudo isso favorece essa compreensão do assentamento como o lugar das possibilidades, como podemos constatar em fala de assentado:

Uma experiência grande que eu tive aqui foi uma visita que a gente foi fazer lá no Assentamento Santana em Monsenhor Tabosa [...] pra gente implantar a bodega coletiva aqui. Aquilo ali pra mim foi uma experiência maravilhosa, que não esqueço daquela comunidade, daquele aconchego das pessoas [...] que a companheirada respeita a gente e tudo. A gente é bem recebido.

Esse respeito citado pelo trabalhador é a própria expressão do reconhecimento do ser como pessoa, como classe, como trabalhador, que estava escondido, perdido ou mesmo invisibilizado. Vidas invisíveis para o sistema, mas que a luta a torna existente, presente, resignificada. O indivíduo é respeitado pelos companheiros. Nesse caso, é o coletivo que o acolhe e faz com que ele se sinta bem.

Nessa perspectiva, a luta tem a dimensão de garantir a terra, primeira necessidade básica, mas carrega no seu cerne a potencialidade de resgatar seres humanos, antes vistos como problema, que hoje estão na luta, com dignidade, vivenciando novos valores, agora coletivos:

[...] E estamos por aqui, na luta, porque é como, aquela música que tem o movimento, reforma agrária é o povo quem faz, se o povo não fizer reforma agrária não vai esperar pelo governo, porque o governo não faz, **e a gente está aqui lutando para melhorar a vida**, que é minha idéia, e de cada um dos companheiros, aqui. É melhorar a vida. Ter vida boa, **não rico mais do que os outros, mas uma igualdade social**, uma prosperidade pra ser de todo mundo igual, ter uma vida boa.

Esse depoimento nos remete a um olhar sobre o **assentamento como o lugar da resistência e das possibilidades**. Resistência porque os trabalhadores se negam a continuar na condição de excluídos, expropriados. Se negam a viver na barbárie. Ao mesmo tempo, propõem saídas coletivas para seus problemas e questionam o modelo de desenvolvimento baseado na concentração da terra. Como território livre do latifúndio, dá a condição de criar possibilidades, pois está aberto à construção do novo e desencadeia novas formas de recriar a vida e a produção, a saúde e o ambiente.

Nesse sentido, a conquista desse assentamento introduz, no contexto de disputa de modelos no Baixo Jaguaribe, um movimento de resistência à extensão do agronegócio na região. Com a conquista da terra, esse processo demarca a restauração de uma dinâmica econômica, política e cultural da agricultura camponesa, ameaçada pelo agronegócio que quer, a qualquer custo, reintroduzir práticas de produção, em que a produtividade do trabalho seja drasticamente reduzida e ajustada às práticas de produção, de consumo e de vida familiar determinadas pela ideologia do livre mercado, sob condições oligopolistas de produção e de consumo.

A conscientização política necessária para esse comportamento de negação do modelo econômico e social vigente deverá verificar-se a partir de práticas objetivas dentro do assentamento, para dar consistência às mudanças, de maneira que elas se constituam uma dinâmica social capaz de gerar identidades de projeto de transformação das estruturas sociais do país.

Nesse jogo de disputa, o agronegócio perdeu. Ganharam a organização, o meio ambiente e os trabalhadores, que agora têm a chance de mostrar para o mundo e para si mesmos que é possível sonhar e transformar a realidade de opressão e exclusão em trabalho e processos de melhorias de vida. Com o assentamento, o futuro está garantido, mas dependerá da capacidade criativa e corajosa dessas famílias de serem capazes de problematizar sua realidade do ponto de vista social, político, organizativo, cultural e ambiental, e buscar no coletivo as saídas necessárias para resolverem seus problemas. Na dúvida, para os movimentos sociais, a saída sempre estará na luta e na organização. A conquista de uma área no perímetro é um exemplo disso para essas famílias.

“Ocupar, Resistir e Produzir” no Perímetro Irrigado: A Conquista de 240 hectares para o Assentamento Bernardo Marin II, como resultado de um processo de luta e organização: como isso foi Possível?

*“Não adianta inventar outros caminhos
Porque jamais vão conseguir nos convencer:
Capitalismo nunca foi de quem trabalha
Nossos direitos: só a luta faz valer”
(Zé Pinto)*

Para os movimentos sociais, a luta é o principal instrumento para as conquistas dos direitos, dentre eles o acesso à terra para trabalhar e viver. Participar desta luta desde a ocupação da terra até a atualidade, legitima a identidade dos sujeitos políticos e possibilita uma compreensão ampla de todo esse processo. Esse instrumento possibilitou várias conquistas para a comunidade Bernardo Marin II, dentre as quais podemos citar: moradia, funcionamento de duas turmas de Educação de Jovens e Adultos, que tem a contribuição de uma metodologia cubana denominada *Sim, Eu Posso*, um centro de formação para o MST em âmbito estadual, uma granja coletiva, onde se produz para a comunidade, entre outras.



Foto 3 – da granja coletiva

Do ponto de vista político e econômico, a maior conquista das famílias foi a obtenção de 240 ha de terra, dessa vez no perímetro irrigado de Tabuleiro de Russas, o que foi garantido pela iniciativa das famílias de realizarem uma luta para denunciar a política do projeto de irrigação coordenada pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), naquela região. A ocupação das obras de construção do canal do perímetro, feita pela empresa Andrade Gutierrez, aconteceu com a participação de todas as famílias organizadas pelo MST e entidades da região.

O objetivo da ação era de denúncia da política desenvolvida pelo DNOCS de distribuição das áreas que antes pertenciam às comunidades tradicionais, que foram expulsas e desapareceram, e depois distribuí-las em forma de lotes empresariais. Nesse projeto, o Estado garante a infraestrutura (canais, estradas, aeroportos etc.) que, depois, o órgão do governo entrega para as empresas de fruticultura. Essa lógica permanece até hoje, gerando problemas sociais e ambientais na região.

A ação criou um entrave político e forçou a abertura das negociações com o Governo do Estado. Do ponto de vista político, as famílias conquistaram o objetivo da denúncia e pressionaram o governo para ceder na estratégia. Abriu-se, com isso, a possibilidade de uma conquista política maior, que foi garantida com a concessão de uso, por cinco anos, de 240 hectares dentro do perímetro irrigado, o que não vai de encontro à lógica que o DNOCS vinha desenvolvendo de distribuição de terra em lotes empresariais.

As famílias e o MST consideram essa conquista um marco histórico e político para a classe trabalhadora, para as comunidades da região e para o próprio assentamento, pois expressa a resistência e o questionamento ao modelo que vem sendo implementado nos perímetros irrigados, em todo o Estado do Ceará, e, em particular, no perímetro de Tabuleiro de Russas, que traz em seu cerne um modelo de desenvolvimento que tem como característica a dita “modernização” agrícola, mas que é baseada no atraso, porque produz em forma de monocultura para exportação, expulsa as comunidades e usa um alto nível de venenos para garantir “maior produtividade”. O assentamento Bernardo Marin II se contrapõe a essa lógica. A função social dada, pelo assentamento, ao perímetro está presente no depoimento de um assentado:

Na 240 o primeiro ano, que nós trabalhamos lá, nós fizemos 21 mil quilos de feijão colhido né, o restante que ficou, que a gente deu aos companheiros que veio chegando, que não tinha nada, a gente deu pra eles colher né, ainda deu na base, dum, dum...2 ou 3 mil quilo de de feijão, e daí pra cá graças a Deus, a gente vem trabalhando no coletivo e no grupo. [...]"

As lições desse processo foram: garantia da soberania alimentária; terra para produzir comida, produzindo o suficiente para a família e desenvolvendo a solidariedade com quem não tinha, e o trabalho coletivo – valores fundamentais para um processo de transição agroecológica. Atualmente, o assentamento desenvolve o trabalho coletivo nessa área, com a produção de cajueiro anão precoce, uma experiência inicial que os trabalhadores pretendem ampliar no futuro.

Um dos desafios colocados para o assentamento é a limitação de uso do perímetro por falta de projetos que viabilizem as condições ao desenvolvimento do trabalho. Faltam infraestrutura, financiamento e assistência técnica que garantam essas condições. Após uma das mobilizações, o governo prometeu realizar uma parceria com o assentamento, por intermédio da Embrapa, mas isso até hoje não se efetivou. Ademais, as famílias temem que a água do canal esteja contaminada pelo uso intensivo de venenos feito pelas empresas da fruticultura. Essa é uma preocupação de todos, porque afeta diretamente a saúde da comunidade.

Outro tema que traz questões importantes para esse debate e que se constitui como forma e movimento de resistência, é a questão da produção desenvolvida pelo Assentamento, na atualidade, sobre o qual nos deteremos em seguida.

Garantindo a soberania alimentar e a transição agroecológica, por meio da produção diversificada: quintais, horta, produção coletiva e semicoletiva

*"[...] Queremos que abrace esta terra
por ela quem sente paixão
quem põe com carinho a semente
para alimentar a nação.
A ordem é ninguém passar fome
progresso é o povo feliz
A reforma agrária é a volta
do agricultor à raiz [...]"*
(Zé Pinto)⁵

A experiência dos movimentos sociais com práticas agroecológicas tem se fortalecido ao longo do tempo com diversas redes, organizações não governamentais e movimentos espalhados pelo Brasil, que atuam no sentido de articular, organizar e formar agricultores familiares em relação aos saberes e fazeres agroecológicos.

⁵ Zé Pinto é cantor e compositor do MST. A música é "Ordem e Progresso" e está no CD "Arte em Movimento", do MST, e é interpretada pela sambista Beth Carvalho.

O MST, em várias partes do país, tem desenvolvido diferentes práticas de transição agroecológica. Com princípios produtivos diversificados, muitos assentamentos trabalham com a experiência de agricultura ecológica, orgânica, com sistemas agroflorestais, com a permacultura, mas cada uma adaptada de acordo com as condições locais de produção, biomas, processos organizativos etc.

No caso do Nordeste, a experiência tem sido pautada, fundamentalmente, pelo impulsionamento dessas práticas para o fortalecimento da convivência com o semiárido. Os assentamentos tentam ser essa referência de soberania alimentar, com a construção de uma agricultura que tenha como prioridade o incentivo aos mercados locais - com as experiências das feiras livres -, a criação de casas de sementes, o direito à alimentação e ao trabalho com sistemas produtivos sustentáveis, que valorizem a sabedoria e as culturas locais.

A experiência produtiva que está em curso no Assentamento Bernardo Marin II tem fortalecido a proposta do MST em relação à cooperação e ao meio ambiente. Nos seus cinco anos de existência, as famílias do assentamento têm garantido sua soberania alimentar, produzindo de forma diversificada, bem como o direito de decidir o que plantar, como plantar e com quais formas de produção.

Atualmente, para a produção, a terra é utilizada de forma coletiva e semicoletiva. Nela, as famílias têm a oportunidade de plantar diferentes produtos para o seu sustento. Os principais produtos plantados pela maioria das famílias são: feijão, milho, cajueiro e mamona. Eles estão nas maiores áreas de plantação do assentamento, incluindo-se aí a plantação individual e coletiva. Produtos como laranja, manga, coqueiro, mamão, ata, limão, banana, cajarana, maracujá e batata são obtidos a partir de plantações individuais, em pequenas áreas e, na maioria dos casos, estão no quintal da casa.

É importante destacar que a experiência dos quintais produtivos já fazia parte da cultura produtiva dessas famílias, antes mesmo da conquista do assentamento. Esse trabalho, de extrema importância para garantia da soberania e para a diversificação alimentar das famílias, sempre foi desenvolvido pelas mulheres. Mas, na maior parte do tempo, foi um trabalho das mulheres invisibilizado porque “não gera renda”, já que é para a subsistência das famílias. Agora, o próprio assentamento e o MST, de modo geral, têm discutido sua importância e têm potencializado essas experiências com os quintais produtivos, não só como forma de diversificação da produção sem venenos, mas também para garantir a decisão política de intensificar o debate entre as famílias sobre a ameaça que sofremos com o desaparecimento de variedades de sementes. Essa é a forma que o MST e outros movimentos encontraram para fazer o debate das sementes e dos transgênicos em meio a sua base social. No assentamento, esse debate tem sido feito e tem se ampliado. As famílias estão planejando expandir a diversidade de produtos, com a pretendida plantação de soja, algodão, arroz, quiabo, pimentão e cheiro-verde e outros.

Outra experiência desenvolvida é o trabalho coletivo com a horta, assumido atualmente pelo grupo de jovens e de mulheres, que envolvem também crianças que estão aprendendo, na prática, a lidar com a terra e se apropriar de seus saberes, os saberes da

terra. Na horta, há atualmente o cultivo de alface, cenoura, cebola, coentro, etc. Esses produtos são para subsistência e atendem às necessidades das famílias. Além disso, a produção do canteiro e dos quintais ocorre sem agrotóxicos, o que garante a qualidade do produto e a saúde das famílias, como informa uma das pessoas que ajudam nessa plantação: *A pequena horta que tem aqui no assentamento não é utilizada esse tipo de veneno, a gente usa só o adubo natural mesmo, e a gente vê que o gosto da verdura da tomate, do pimentão, da pimenta de cheiro é um gosto, diferenciado do que a gente compra lá.*

Trabalho não falta para as famílias do assentamento. Elas realizam o aproveitamento do caju e da castanha com a feitura de doce e da venda da castanha, e possuem projetos para fazer cajuína, rapadura, etc. Planejam fazer também uma minifábrica para aproveitamento do caju, porque, inclusive, já há pessoas capacitadas, na comunidade, para lidar com o aproveitamento desta fruta.

Talvez o mais importante da experiência produtiva é o que ela produz na consciência das famílias que reafirmam a luta pela terra como forma de garantir trabalho, comida e geração de renda. Elas expressam a pretensão, o desejo de produzir mais. Fazem reflexão sobre como produzir para o consumo local, e visualizam possibilidades futuras de melhorias. E o fundamental é que elas acreditam nesta possibilidade sempre considerando a luta, a força dos demais companheiros e o MST.

Um exemplo disso é a produção de mandioca. As famílias falam que têm mandioca, mas para um maior desenvolvimento e aproveitamento desse produto, seria importante ter uma estrutura, como uma casa de fazer farinha. Revelam que já têm a base para a construção, que é a terra conquistada e a existência de água irrigada, faltando apenas distribuí-la. No entanto, necessitariam de um projeto. Aqui entra o papel da luta para garantir esse direito. A transição agroecológica passa pela coletividade da produção dentro do assentamento:

O que tem aqui dentro de produção, o gado, a ovelha, de todo gênero que tem aqui dentro, é do coletivo, só tem uma parte que é familiar, que é os quintais das casas, que tem 60 metros de frente, com uma casa, colocada dentro dos 60 metros, nós temos nossos quintais pra trás, que é aquele que nós produz ali, ali pra trás do quintal da casa, ali a gente pode dar, um! um! Uma pessoa da família, quando vem na casa da gente, fazer uma visita, dá a qualquer um outro, companheiro, pra não bulir, o coletivo, que a gente tem.

As famílias utilizam o espaço dos quintais das casas para desenvolver a experiência da convivência com o semiárido, através do projeto dos quintais produtivos, produzindo alimentos saudáveis para subsistência das próprias famílias. Esse processo está também dando visibilidade ao trabalho produtivo das mulheres.



Foto 4 – dos Quintais Produtivos

Vemos, portanto, que a luta não parou com a conquista da terra. Outras lutas tiveram que ser desencadeadas internamente para a construção do processo coletivo, assim como a garantia das condições de trabalho. Os resultados delas são claros: 18 mil quilos de feijão no primeiro ano. E já não se fala mais em fome... Essa é talvez a maior conquista do assentamento, na atualidade.

Desde o acampamento, nunca foi preciso eu sair com uma vasilha na mão, para pedir um bocado para dar de comida a eles. É essa alegria que eu tenho, que Deus me deu. Deus me deu outro caminho, aquele que eu vivia, não tinha ninguém que me ajudasse, e hoje, graças a Deus, a gente mantém a reforma agrária.

Podemos considerar, a partir dessas experiências vividas e partilhadas pelas famílias, que elas vivem um processo de transição agroecológica. Talvez ainda longe de se concretizar em sua plenitude, devido aos desafios que estão pautados, mas vê-se que está em marcha um novo jeito de produzir e viver na terra conquistada.



Foto 5 – do Açude

Da Produção na Terra à Participação nas Lutas: Desenvolvendo a Pedagogia do Exemplo e da Solidariedade nas Lutas de Resistência Contra os Agrotóxicos e o Agronegócio na Região da Chapada

*“... E sobretudo, sejam sempre capazes de sentir no mais profundo,
Qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa,
Em qualquer parte do mundo.
Essa é a qualidade mais linda de um revolucionário.”*
Ernesto Che Guevara, em carta de despedida a seus filhos

Os movimentos sociais na região do Jaguaribe têm desencadeado diversas ações de enfrentamentos e denúncias sobre o enclave das empresas e as diferentes formas de violência do agronegócio, que tem afetado as famílias e o meio ambiente: da grilagem de terras à imposição de uso de venenos; de expulsão de famílias para cidade ao desaparecimento de comunidades; da utilização de infraestrutura pública para interesses empresariais à total falta de acompanhamento, por parte do Estado, dos riscos desse modelo de desenvolvimento; das incertezas sobre o futuro em relação ao trabalho, à saúde e ao meio ambiente, ao assassinato de trabalhadores. Essas são algumas das grandes motivações dos movimentos sociais para desencadearam lutas de pressão social e de alerta à sociedade dos conflitos impostos pelo agronegócio.

O MST tem contribuído com esse processo de denúncia e participado dessas ações, na região. Para que isso se efetive, o trabalho dos militantes nos assentamentos tem ocorrido com o intuito de manter sua base organizada em permanente mobilização. Esse é um trabalho que envolve a conscientização de que faz parte da luta desenvolver valores como a solidariedade com a classe trabalhadora, por exemplo, e também como forma de fortalecer a luta pela transformação social.

Podemos dizer, em sintonia com depoimentos de militantes do MST, que as famílias do Assentamento Bernardo Marin têm cumprido bem esse papel social. Ao participar de todas as lutas organizadas na região desde a ocupação da terra, elas são consideradas exemplares pelo movimento, pois assumiram que a luta faz parte do seu cotidiano. E que precisando, estaremos lá, como reforça um assentado. Com as ameaças do agronegócio, essa participação se intensifica nas ações, o que é importante para as famílias do Bernardo Marin, que acabam sendo exemplo para outras famílias, como nos coloca um militante do MST da região:

O Assentamento Bernardo Marin II é exemplo para o MST porque está sempre disposto a contribuir no que for preciso. Quando vamos lá discutir para participar de alguma ação que o MST vai fazer, já sabemos que de alguma forma, o Assentamento vai contribuir e vai participar porque já é histórico: desde a ocupação que eles nunca perderam uma luta seja aqui na região, seja a nível de Estado e até nacional. Nós sempre fazemos um trabalho pra eles se darem conta de que a luta não pára e que ela tem que continuar e vai ser sempre porque as injustiças estão sempre acontecendo de alguma forma, em todo canto que a gente vai.

A dinâmica da luta social vivenciada pelos participantes do MST nos mostra o verdadeiro significado da palavra solidariedade. Essa atitude de tomar para si a causa do outro, das comunidades, do ambiente, dos trabalhadores, está muito presente nas ações da região contra o agronegócio. Por isso, é importante descrever algumas delas, que foram organizadas pelos movimentos sociais e universidades, na região. Destacamos que o Assentamento Bernardo Marin II se fez presente em todas elas, mostrando para sociedade que a luta não é interrompida com a conquista da terra.

A primeira dessas lutas se deu com a ocupação das obras da Andrade Gutierrez, em 2004, com a qual as famílias hoje assentadas foram diretamente beneficiados. Em seguida, tivemos a participação na atividade do 08 de Março, protagonizada pelas mulheres da Via Campesina, que trancaram a estrada do agronegócio, em 2007, para denunciar os efeitos devastadores das empresas de fruticultura, na Chapada do Apodi, e os impactos dos agrotóxicos. Também a participação e o apoio à greve dos funcionários da Delmonte, que paralisaram o trabalho e montaram um acampamento para denunciar as condições de trabalho e exigir direitos dos trabalhadores das empresas; a participação no Grito dos Excluídos, em 2009, organizado por setores da igreja, que contou com a presença de mais de cinco mil pessoas de toda a região da chapada. Mais recentemente, a solidariedade com a família do Zé Maria do Tomé, uma liderança comunitária que fazia denúncias públicas das empresas e dos impactos da pulverização aérea, assassinado no dia 21 de abril de 2010. A Audiência Pública sobre agrotóxicos, em maio de 2010, com mobilizações nas ruas de Limoeiro, contando com mais de 800 pessoas. A presença no Acampamento Zé Maria do Tomé, em julho de 2010, que durou três dias na praça em frente a câmara de vereadores, para exigir punição para os assassinos de Zé Maria e, mais uma vez, denunciar os problemas causados pelos agrotóxicos e pelas empresas do agronegócio. E a participação no trancamento da BR 116 em solidariedade à luta das comunidades que estão sendo afetadas pela II etapa do perímetro irrigado, dentre outras.

Certamente, a participação nessas ações produziu, nos assentados e assentadas, diferentes olhares sobre a realidade que vivem os camponeses, hoje. Outras lutas serão travadas e, para o MST, a necessidade de dar continuidade ao processo estará sempre instigando os assentados a participarem delas. O MST conta com isso para avançar e obter mais conquistas, e para impulsionar debates importantes que, conforme defende, são de interesse da sociedade brasileira.

A Dinâmica da Vida Contínua e os Desafios Também!

*Quando chegar na terra, lembre-se de quem quer chegar.
Quando chegar na terra, lembre-se que tem outros passos pra dar!*
Ademar Bogo

Conforme dito anteriormente, por meio da luta, da organização e com a perseverança destas famílias no assentamento, a vida – assim como o território – também se reconfigura. Cada dia inaugura uma nova fase. É uma nova construção que suscita grandes desafios a serem superados pela comunidade. De acordo com depoimentos das famílias,

na atualidade, os principais desafios são: manter a organicidade interna; a formação política por meio da realidade vivida, em que prática e teoria se entrelaçam para reconhecer e produzir novos conhecimentos, novos saberes; a valorização da juventude e com ela toda a problemática que está colocada na sociedade atual sobre trabalho, estudo, lazer, construção da identidade camponesa, gravidez precoce etc. A partir do grupo de jovens do Assentamento, esses temas estão sendo discutidos de forma coletiva. Muitos não são realidades vividas mas, são *preocupações* sobre o seu *futuro dentro do assentamento*. De acordo com integrantes do grupo, para que eles sejam resolvidos, é necessário um empenho que envolve diferentes agentes: o assentamento, o MST, os órgãos governamentais e a própria juventude. O grupo de jovens discute ainda questões como promessas de empregos de empresas como a Dakota, que atua na região, mas, segundo eles, com inúmeras denúncias das condições de trabalho. Além disso, os jovens estão conscientes de que são frequentemente bombardeados pelas ilusões da cidade como o lugar da oportunidade, pelas falsas promessas de vida melhor. Outros temas como drogas, álcool e DST são discutidos como forma de prevenir para que não sejam uma realidade dentro do assentamento. O tema da violência nas cidades é também uma das grandes preocupações desses jovens. Para eles, no campo, *a vida é mais tranquila*.

A comercialização de produtos é outro grande desafio vivido pelas famílias assentadas, que plantam e colhem suficientemente para garantir a soberania alimentar, mas não possuem acesso ao mercado para comercializar o excedente e para garantir outros gastos que as famílias possuem:

A gente colhe feijão, milho, mas vai usar outras coisas na casa da gente. As vezes a gente numa doença ou numa precisão, a pessoa tem que tirar um saco daquele feijão pra poder se remediá porque a gente não faz que dê pra gente ter um mercado lá fora não. A gente que tem energia pra gente pagar né, tem várias coisas, tem gás, coisa assim que a gente usa. Aí a gente guarda o alimento, vai comendo aí está faltando arroz ou qualquer coisa aí a pessoa numa precisão vende um saco de alimento de feijão ou de milho, mas é uma coisa que muito explorada, a gente que sofre plantando no período de inverno, as vezes compra até a R\$4,00 o quilo pra poder comprar e quando no período de colheita a pessoa na maior precisão, eles querem dado tá entendendo? Parece que não se lembra do suor, daquele sofrimento que o agricultor teve.

Uma das mais importantes questões colocadas hoje para o Assentamento Bernardo Marin consiste na superação dos desafios impostos pelas empresas de fruticultura, que estão cercando o assentamento, e pelas condições do modelo de desenvolvimento do agronegócio que elas tentam impor como única alternativa ao campesinato: a integração ao mercado global que controla as formas de produção. A dependência química para a produção, por exemplo, é a grande aposta desse tipo de pensamento.

No caso do Assentamento, há uma luta permanente entre a orientação do MST de utilização de práticas agroecológicas e a imposição dos mercados locais de venenos, que vendem a ideologia de que veneno é remédio para as plantas. Há uma grande necessidade de debates e de uma formação permanente em relação ao uso de agrotóxicos para essas famílias, que temem perder a produção e, por isso, justificam esse uso.

A necessidade de formação ganha força política para ser debatida com os estudos que estão sendo feitos sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores e na contaminação do ambiente, na relação deles com a reconfiguração do território e da vida das pessoas, que tem chamado atenção dos movimentos e tem sido tema de debates internos com as lideranças do MST e as famílias assentadas e acampadas da região. Atualmente, o Assentamento está sendo cercado por uma empresa de produção do melão, criando um enclave e afetando a proposta de produção do assentamento. Por exemplo, o aparecimento da mosca branca na área coletiva de plantação de cajueiro está assustando as famílias. Essa é realidade muito nova e está exigindo um grande debate sobre a imposição do uso de veneno para não perder a produção como uma demanda não solicitada, mas agora presente.

A preocupação aumenta porque coloca em risco as decisões internas de avançar no processo de transição agroecológica e porque as implicações dos agrotóxicos sobre o ambiente e a saúde dos trabalhadores são pouco conhecidas, além de ainda não existirem políticas públicas adequadas à nova realidade de ofensiva do mercado da contaminação. Por isso, a necessidade premente da formação e da capacitação permanente desses camponeses, que exige um complexo programa de formação e uma estrutura necessária para o monitoramento, a vigilância e assistência por parte dos órgãos públicos responsáveis.

Cada vez mais, as formas de participação dos atores sociais no processo de tomada de decisões se constituem como um mecanismo de formação de uma nova consciência sobre os riscos que o mercado impõe. Mas mais do que isso, as ações do Estado devem ser voltadas para priorizar a eliminação do risco, o que ainda assim, como sabemos, não acaba o problema.

O que as experiências históricas e também atuais dos camponeses em convivência com a natureza mostram é que a saída está em respeitar todas as formas de vida do ambiente. Elas apontam que experiências baseadas na agroecologia são possíveis, viáveis e necessárias. A preocupação com a questão ambiental e com o uso de agrotóxicos tornou-se central para quem vive no campo, visto que cuidar do ambiente é cuidar da própria vida. No caso do assentamento, essa preocupação é constante. Ademais, a realidade demanda uma mudança que é gradativa, de transição para visão sistêmica sobre a terra, a saúde e o ambiente.

Conclusões Inconclusas do Processo

Mudar o mundo é tão difícil quanto possível!

(Paulo Freire)

Este estudo nos permitiu perceber que as comunidades acreditam e exercitam outras formas de produção, de convivência com o semiárido, com a natureza e com o ambiente. Permanecer na terra, criar formas diversificadas de produção, trabalho, mobilização permanente e convivência coletiva é um ato social de resistência ao modelo de desenvolvimento chamado de agronegócio.

Um dos aspectos do significado simbólico da luta perpassa exatamente por essa dinâmica da vida camponesa, que retrata a capacidade de resistência ao avanço do agro-

negócio com a socialização da terra para os camponeses, a superação e a criação de novas formas produtivas e organizativas, que coloquem em prática as bases do projeto de desenvolvimento para o campo, este baseado no respeito ao ser humano e ao ambiente.

Com a experiência da vivência coletiva dentro de um assentamento e com a dinâmica da luta, observamos e analisamos alguns aspectos que, de acordo com nossa reflexão, constituem formas de resistência vivenciadas por esses trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra. Podemos citar, ainda, a força do *sentir-se construtor de um processo, que problematiza a realidade*, no caso a realidade da luta pela terra e a condição de sem-terra. Também uma dessas formas está na ideia de que a consciência adquirida durante o processo da luta, segundo a qual *todas as pessoas são sujeitos de direitos, são sujeitos históricos*. Consciência que constrói uma identidade coletiva de classe, de pertença a uma organização social com objetivos e princípios comuns.

Ao apontar caminhos alternativos de convivência com o semiárido, como a produção agroecológica, o fortalecimento da produção diversificada por meio dos quintais produtivos, o mercado local da bodega coletiva, a cooperação, a solidariedade e a valorização do trabalho das mulheres e da juventude, essas experiências demonstram uma complexa teia da vida em movimento.

A resistência perpassa também pelo processo de *(re)construção do convívio social*, tendo claro que essas transformações não ocorrem do dia para a noite. Afinal, dá-se *à medida que se organizam*, que são desafiadas a pensar coisas diferentes referentes à vivência coletiva. O *engajamento no conjunto do assentamento*, assim como o exercício da *igualdade entre todos e todas*, o *trabalho coletivo*, e o *respeito mútuo* são valores que fazem parte desse modo de ver o mundo, que se contrapõe às características dominantes da sociedade capitalista, que cada vez mais constrói valores individualistas, pautados pelo mundo do mercado.

No caso do Assentamento, quando as famílias constroem novas relações sociais de trabalho e de vida em comunidade, e assumem para si interesses agora coletivos, estão questionando a ordem estabelecida e afirmando outra cultura, baseada na vida comunitária.

A trajetória, o trabalho e a saúde das famílias do assentamento Bernardo Marin II revela também as histórias de vida antes e depois da inserção no MST, a resignificação da sua relação com a terra, com o trabalho, com as pessoas e com o ambiente. Assim, podemos dizer que as tentativas de inventar novas formas e possibilidades, de vivenciar novos valores e novas relações com a terra, com o ambiente e entre si, constitui o movimento – que se pretende novo e capaz de transformar – em *movimento permanente de mudança*. Quando falamos em mudanças, nos remetemos ao movimento da história, que constitui relações sociais mais justas e igualitárias.

Ao colocar o sujeito, no caso cada família assentada, em condição de “existencializar-se”, de assumir, de forma consciente, a sua condição humana como sujeito sócio-histórico, o assentamento se coloca como instaurador de um novo ser social, um ser coletivo, consciente de que é necessário romper com lógicas de dominação, que impedem homens e mulheres de serem livres e com direitos iguais.

Ao questionar a propriedade, a luta pela terra desencadeia um processo em que o ser humano é colocado em profunda relação com a terra e consigo mesmo, o que fun-

damenta seus objetivos. Alcançados esses objetivos, surgem novos. Assim, o ser humano vai se construindo na sua dialogicidade com o mundo e com os outros em suas relações sociais e ambientais. Transformando o mundo, transforma-se a si mesmo.

Esse estudo sobre as práticas de resistência do Assentamento Bernardo Marin II nos possibilitou aprender com a dialética da nossa existência: criar e recriar a vida, pensar e repensar nossa prática, nossos valores e nossa relação com a terra. Desenvolver a pedagogia da imaginação: que mundo queremos? A partir daí, somos levados a buscar formas e caminhos para experimentar um mundo diferente.

Para tanto, faz-se necessário olhar com mais atenção os novos sujeitos sociais deste momento histórico; sujeitos que vêm sendo produzidos pela dinâmica das lutas sociais, pois que não aceitaram a exclusão como um dado inevitável.

Nesse sentido, a luta e as formas de resistência vivenciadas pelas famílias do Assentamento perpassam saberes e práticas que demonstram uma consciência de construção de processos, de superação de desafios, sobre os quais elas se propõem a refletir e a problematizar. Consideramos que esse é um primeiro passo para a mudança. Lembrando sempre do movimento da práxis, que vai regendo a vida e as práticas sócio históricas dessas famílias. Como nos colocou Paulo Freire, enquanto há vida, há inacabamento.

Referências

ACSELRAD, Henri. COLI, L. R. *Disputas territoriais e disputas cartográficas. Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 199p.

BRAGA, L. Q. V. *Agronegócio cercando agroecologia: modo de vida e conflito sócio-ambiental em comunidades agrícolas de Russas, Ceará*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS – 2ª ETAPA.

CALDART, R. S. *Pedagogia do movimento sem-terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000. 276p. 2004.

CARVALHO, Horácio Martins. *Na sombra da imaginação: reflexão a favor dos camponeses*. Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – Artigo do mês: maio de 2010. ISSN 2177-4463. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera

COSTA NETO, J. A. CAPORAL, F. R. *Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável*. Texto base da palestra proferida pelo primeiro autor durante o “I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável”, re-

alizado no Auditório do Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 02 a 03.12.2002.

Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Ed. Objetiva, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://ateliuedeistoria.blogspot.com/2009/08/guerra-do-barbaros.html>

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Marco Referencial em Agroecologia. Brasília, 2006.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. *O MST sob o signo de uma economia subjetiva – o Assentamento Zé Lourenço*. Universidade Federal do Ceará, 2004.

Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. 2005.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. MST, “Escola de Vida” em Movimento. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 27, n. 72, p. 137-156, maio/ago. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999)*. São Paulo: USP, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Gênese e desenvolvimento do MST. *Caderno de Formação*, São Paulo, n. 30, MST, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 33. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.

GOMES, Maria de Jesus dos Santos. *O trabalho de base na alfabetização/educação de jovens e adultos/as: a experiência do MST na comunidade Bernardo Marin II – Russas-CE*. Monografia de especialização em educação do campo. UNB, 2005.

LEFF, E. *A Cultura como Mediação entre os Processos Econômicos e os Processos Ecológicos. Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

MAIA, G. N. A caatinga. In: _____. *Catinga: Árvores e Arbustos e suas Utilidades*. Konrad-Adenauer-Stiftung. São Paulo: Leitura & Arte, 2004.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2001.

SANTOS, B. S., RODRÍGUEZ, C. *Introdução: Para Ampliar o Cânone da Produção. Produzir para viver: Os Caminhos da Produção Não-Capitalista*. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

TUPINAMBÁ, S. V. *Do Tempo da captura à captura do tempo livre terra e mar: caminhos da sustentabilidade*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará, 1999.

16

CHEGA DE SEGURAR O ABACAXI: SOB A EXPLORAÇÃO ANTIGA E O DISCURSO MODERNO DO AGRONEGÓCIO, OS TRABALHADORES FAZEM GREVE

Maiana Maia Teixeira

*“E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:
Notou que sua marmitta
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão,
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.
E o operário disse: Não
E o operário fez-se forte
Na sua resolução”*

(Vinícius de Moraes).

O surgimento das empresas, nacionais e multinacionais, ligadas ao ramo da fruticultura irrigada no Baixo Jaguaribe gestaciona, a partir das relações que estabelece com os demais atores sociais, transformações no território, percebidas e enfrentadas à medida que se desenrolam os conflitos fundiários, socioambientais e trabalhistas daí advindos.

A caracterização do novo trabalho no agronegócio e das formas de resistência a ele perpassa o desafio de não segmentar a análise dos conflitos, pois mesmo quando não restritos à categoria “trabalho”, com ela dialogam intimamente. Assim, o trabalhador que tem seu trabalho precarizado nas empresas do agronegócio é o mesmo camponês que foi expulso do campo alguns anos antes para a elas dar espaço e é também quem, ao chegar em casa, ingere a água por elas contaminada com agrotóxicos¹.

O campesinato passa a ser refém do agronegócio, seja pela subordinação na relação de parceria ou de assalariamento precário (FREITAS, 2010). Paralelo a essa desestruturação social, intensifica-se o movimento de migração de trabalhadores que se direcionam à Chapada em busca de emprego.

A desestruturação da agricultura familiar, ligada ao processo de expropriação das terras camponesas, serve à formação do exército de reserva que se enfileira nos portões das empresas do agronegócio. Cientes da realidade local, historicamente marcada pela omissão estatal em assegurar o acesso a direitos fundamentais dos trabalhadores, as empresas reconhecem o poder atrativo que a carteira assinada e o salário em dia exercem sobre os moradores da região, e utilizam-se desse contexto para, por meio da chantagem aos trabalhadores que apresentem alguma queixa sobre as condições de trabalho, legitimar as práticas de abuso que contra estes são impostas no cotidiano laboral:

O técnico de segurança na palestra ele fala a verdade, diz assim: “Olhe pessoal, vocês não pensem que se morrerem dois, três, quatro pessoas aqui, não pensem que vai ter um dia de luto! Tanto faz ser perigoso ou não perigoso, todo dia tem gente na portaria pra se fichar. (Trabalhador rural 1).

A única greve ocorrida na região entre os trabalhadores das empresas do agronegócio realizou-se em 2008, entre aqueles da empresa A, considerada, à época, a maior produtora de abacaxi e melão do Ceará, com forte impacto na empregabilidade rural e no valor das exportações no Estado:

[...] iniciou sua produção em fins do século XIX na região da Califórnia (EUA). Atualmente, a matriz localiza-se em Miami, sendo um libanês o sócio majoritário. Sua atuação, com produção e sede estratégica, atende todos os continentes, atingindo cerca de 58 países. Iniciou sua produção no Brasil em fins da década de 1980 no Rio Grande do Norte e, em 2000 e 2001, duas áreas no Ceará: em Quixeré (melão) e Limoeiro do Norte (abacaxi). [...] Em fins do ano de 2008, a empresa [...] – considerada a terceira maior multinacional do mundo no ramo de frutas frescas, possuía no Ceará área de 4.860 ha., dos quais 1.620 ha improdutivos e o restante com a produção de abacaxi (1.780 ha.) servida com água do perímetro de irrigação pública e 1.460 ha. para a produção de melão e melancia, alimentados por 44 poços subterrâneos. No Rio Grande do Norte, produzia banana em 900 ha., tendo em torno de 1.100 ha. improdutiva.

¹ Sobre a contaminação por agrotóxicos das águas utilizadas para consumo humano no Baixo Jaguaribe, Ceará, ver RIGOTTO, Raquel Maria *et al.* Documento síntese dos resultados parciais da pesquisa “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxico”. Fortaleza, 2010.

A produtividade da empresa é em torno de 30 toneladas/ha/ano no cultivo do abacaxi, 26 do melão e 45 da banana. Da produção total, 97% são exportadas, restando 3% para o mercado nacional: Piracicaba-São Paulo. A empresa empregava, nesse período, em torno de 1.500 trabalhadores na área da banana, 1.600 no abacaxi e 2.200 no melão. Nesta última área, por utilizar-se de emprego sazonal, ao concluir a safra (em janeiro de 2009) demitiria cerca de 1.500 trabalhadores. (FREITAS, 2010, p. 124)



Foto 1 – Almoxarifado da Empresa A: “Cuidado! Produtos Químicos!”

Fonte: Acervo da pesquisa

Apesar das promessas de progresso e modernidade alardeadas na sua instalação e nas expectativas anunciadas de expansão²,

[...] a organização do processo de trabalho e de produção espelha-se na concepção taylorista/fordista, permitindo assim o uso de mão de obra barata, mesmo em trabalho complexo. Isso é notório na área de empacotamento; no campo, onde o trabalhador (que é um operário) é supervisionado por um “técnico de segurança” (que na verdade funciona como um “capataz”); e, no setor gerencial da empresa. A forma mecânica e rígida da divisão das tarefas, a presença da esteira no processo produtivo, a hierarquia das funções, as crises e os conflitos que levam à greve dos trabalhadores são exemplos desse modelo. (FREITAS, 2010, p. 125).

Às técnicas sofisticadas de produção, consideradas essenciais para a quantidade e qualidade da produção que se destina ao mercado externo, refletidas na média de produção consideravelmente maior quando comparada às empresas

² Fonte: “Del Monte vai produzir bananas na área do Apodi”. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=643948>>. Acesso em: 15 set 2010.

nacionais, coexistem com as precárias condições de trabalho destinadas aos seus empregados³.

Inserido no contexto capitalista em que “a necessidade social no modo de produção capitalista é a expansão do capital, em prejuízo do desenvolvimento e aprimoramento das necessidades humanas dos trabalhadores” (CAMPOS; BATAIERO, 2007 *apud* PESSOA, 2010, p. 201), o trabalho deixa cada vez mais de sustentar a cidadania e vice-versa:

[...] ao perder o seu estatuto político de produto e produtor da cidadania, o trabalho reduz-se à penosidade da existência, quer quando existe, quer quando falta. É por isso que o trabalho, apesar de dominar cada vez mais as vidas das pessoas, está a desaparecer das referências éticas que sustentam a autonomia e auto-estima dos sujeitos.

No caso dos trabalhadores da empresa A, diversos são os relatos de violação aos direitos trabalhistas, exponenciados pela percepção do risco de vida associado à exposição aos agrotóxicos. A permanência na empresa justifica-se, no discurso dos trabalhadores, pela falta de alternativas ou por alternativas consideradas ainda piores, como o desemprego e a fome:

Isso aí que era nosso: a riqueza (a terra), eles vieram (os empresários) e tomaram de conta [...] Ninguém vê isso [...] Quem quer levar uma vida digna, um cidadão, uma pessoa do bem, quem não quer roubar, quem não quer se envolver no tráfico aí vai e se obriga a um negócio daquele ali (trabalhar na empresa). (Trabalhador rural 2)

Todas essas questões abordadas condizem com Sabroza ao destacar a subordinação de grupos sociais inteiros a constrangimentos em consequência das dificuldades de acesso à terra, das relações de trabalho não protegidas efetivamente e das limitações de educação e conhecimentos adequados às novas práticas produtivas que se impõem (SABROZA, 1992 *apud* PESSOA, 2010).

Entre os novos sujeitos, o “velho” Estado transita com seus velhos-novos interesses, restando aos trabalhadores a omissão diante das responsabilidades que por aquele deveriam ser enfrentadas, de fiscalização, prevenção e garantidor da saúde humana, entendida esta em seu conceito abrangente de resultado das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra, e dos serviços de saúde⁴.

[...] o Estado é na verdade dominado por uma elite, né? Então os interesses que estão lá não são da população em si. Essa elite está tendo lucro, ela está tendo a sua estabilidade financeira de status e de poder, então o Estado não se preocupa com aqueles que estão sofrendo, pessoas que estão excluídas do sistema, as pessoas que sofrem na pele mesmo os danos do agronegócio. O Estado está preocupado com o PIB, as

³ ALEXANDRE, S. F. *Estudo dos Agravos à Saúde dos Trabalhadores expostos a agrotóxicos no agronegócio do abacaxi em Limoeiro do Norte – Ceará*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

⁴ Conceito elaborado na 8ª Conferência Nacional de Saúde.

exportações, a balança comercial, mas quanto ao bem-estar das pessoas, o Estado é negligente e omissivo. [...] Eu acho que a posição do Estado é muito clara, na minha opinião não houve avanço não, o estado tem a função dele, é a favor do agronegócio. [...] E a saúde da população e o meio ambiente ficam em segundo plano, ou a qualidade de vida das pessoas fica em segundo plano. Pelo que vejo, há uma posição estável, acho que desde o começo eles estavam a favor e continuam a favor do agronegócio. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte).

Subordinado a uma ordem definida por Genro (1999) como “globalitária” – globalização econômica e totalitarismo sem saídas alternativas – o Estado promove o agronegócio e sua expansão, num processo crescente de sujeição dos interesses públicos aos interesses privados. Afasta-se, assim, da luta pela justiça social para encampar a defesa dos valores puramente econômicos, elevando a reificação das relações sociais a um estágio jamais visto.

Os trabalhadores, ao relatarem as condições de trabalho a que eram submetidos diariamente na empresa A, comprovaram que os benefícios do desenvolvimento não são igualmente compartilhados. Se, por um lado, as mudanças tecnológicas e organizacionais, anunciadoras de uma era moderna em que o esforço produtivo dos trabalhadores é ampliado e somado ao emprego de máquinas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, potencializam a produção e garantem lucro seguro às empresas, por outro, exaustam os trabalhadores, expondo-os às condições degradantes de trabalho e aos riscos, também modernos, que as máquinas, os fertilizantes químicos e os agrotóxicos provocam à saúde.

Essas empresas fazem é o que quer, escravizam as pessoas. [...] O saldo dessas empresas é isso aí que a gente vê: escravizando! Aquilo lá é a senzala! Eu trabalhei lá no melão, saí porque não tinha condições. Fui pro abacaxi, saí também, porque eu não sou escravo. A escravidão passou, macho! Aquilo ali é uma senzala, aquilo ali, [...] aquilo ali é uma senzala do tempo da escravidão. [...] Escravizando o pessoal aí em cima da serra [...] tomando o que é nosso. A verdade tem que ser dita. (Trabalhador rural 2).

A promessa do “emprego bom e bem remunerado” é logo desmistificada pelos trabalhadores: “O salário é uma miséria viu! O cabra tirar cento e vinte por quinzena, durante quinze dias, esperar o fim do mês e receber outra mixaria” (Trabalhador rural 3).

Os trabalhadores percebem que, assim como os benefícios do progresso não são igualmente distribuídos, cabendo a eles a menor parte, tampouco o são seus custos, mas, desta leva, a eles cabe assumir a maior carga:

*Nas empresas tem muita gente, tem dia que passa de 15 ônibus, trabalhando na sujeição maior do mundo. Não achei nada de vantagem não. É, passamos a ser empregado. Vantagem: não, tem não. Eu não achei nenhuma vantagem não. Só dá pra esses empresários, atravessadores, os donos das lojas de veneno, é só pra quem dá, pra esse povo. Mas o pobre, o trabalhador, é só no pau. (Trabalhador rural 4)
[...] quer dizer, o dono da empresa ele está lá, ganhando muito dinheiro às nossas custas e nós estamos doentes em casa. [...] O salário é bom pra quem é engenheiro,*

quem é fiscal, quem ganha sem trabalhar, mas nós, trabalhadores que sofremos todos os dias lá, nosso salário é uma negação, é uma mixaria que meu Deus do céu! (Trabalhador rural 5)

À percepção dos trabalhadores da violação de seus direitos mais básicos, segue-se a vivência do medo. A possibilidade provável de punição espreita qualquer reivindicação por eles elaborada:

E você ainda leva cinco faltas por causa de uma fala pelos seus direitos. [...] Eles não querem entender nem querem saber. Eles querem saber é que nós estejamos todo dia lá pra produzir. Foi como o gerente falou: “eu preciso de vocês todos os santos dias aqui, cada um de vocês tem a sua função aqui”. (Trabalhador rural 5)

As mordanças que estabeleciam o silêncio dos trabalhadores, entretanto, por eles foram rompidas. Em 2008, os trabalhadores da empresa A negaram-se a continuar trabalhando, numa greve que é lembrada pelos que a viveram ou presenciaram como um momento “divisor de águas” na região. A voz dos trabalhadores não pôde ser ignorada e anunciou em alto e bom som para os que se interessaram em ouvir que, apesar de tão bem fantasiado de moderno, o trabalho no agronegócio “é do tempo da escravidão” (Trabalhador rural 2).

A Greve Necessária

Apesar de ser o primeiro e, até então, único movimento paredista promovido contra as empresas do agronegócio do Baixo Jaguaribe, à greve antecederam-se experiências de resistência na região que, cada qual em seu formato, serviram para a construção histórica do processo de denúncia das contradições do projeto de desenvolvimento em curso e que, segundo os atores sociais entrevistados, contribuiriam no desaguar da greve.

Também teve várias experiências da região, né? [...] Antes da greve, teve a ocupação da área empresarial em Russas, [...] entre 2003 e 2004, onde houve a ocupação, pela Via Campesina, de uma área que era licitada, de uma área que ia ser para destinar pros empresários, no caso o tabuleiro de Russas que é um projeto, um megaprojeto, que beneficia meia dúzia de empresas, que expulsa os trabalhadores, que expulsa os pequenos agricultores. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)
Nós tivemos, se não me engano, em 2007, uma luta lá naquela região questionando aquele modelo, questionando o agronegócio, que foi inclusive no dia 08 de março de 2007, se não me engano. E aquilo deu uma ajuda experimental para aqueles trabalhadores logo em seguida entrarem em greve. Inclusive no momento que houve aquela mobilização (de 2007), os trabalhadores de forma espontânea se juntaram ali, se organizaram naquele momento e protestaram contra os seus patrões. [...] (as mulheres) trancaram ali a estrada para fazer o protesto e dizer o por quê, teve todo o discurso e os trabalhadores vieram. Então, aquela prática ali, que é uma prática aprendida pelos trabalhadores historicamente, serviu como uma experiência. Tanto que, da forma como as mulheres trancaram a famosa estrada do agronegócio, para fazer o protesto, quando eles (os trabalhadores da empresa A) começaram a greve

fizeram o mesmo processo. [...] A greve ela foi, ela seguiu a forma de luta que as mulheres tiveram lá, então essa foi fundamentalmente uma experiência. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)



Foto 2 – Ocupação, pelas Mulheres, da Estrada do Agronegócio, em 8 de março de 2007

Fonte: Acervo cedido à Pesquisa

As próprias condições degradantes de trabalho impostas aos trabalhadores do agronegócio já em 2003 haviam sido percebidas por movimentos sociais da região que, através do informativo nº 11 do coletivo “O martelo”, compartilharam-nas com a sociedade limoeirense, a partir da publicação do texto “A Del Monte e a expansão dos bóias-frias na região Jaguaribana”: “Porém, o caso da Del Monte, revela exatamente a face oposta ao que seria uma tendência geral do desenvolvimento das relações de trabalho esperado pela sociedade”. (SOARES, 2003, p. 4)

As empresas, diante da prepotência com que dominavam o território, até “achavam que nunca ia acontecer aquilo” (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS), mas as gravidades das denúncias indicam a idéia de inevitabilidade com que alguns atores contextualizam a greve de 2008.

Segundo eles, a instabilidade social gerada por anos de exploração em algum momento far-se-ia incontrolável pelos mecanismos de repressão:

A gente ficou sabendo (da greve) antes mesmo de acontecer, pelo fato do trabalho desumano que acontece ali. Esse modelo de produção é um trabalho desumano, né? Os venenos, as pessoas trabalhando de forma quase escrava. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Essa greve, acho, foi uma coisa, deixa eu ver se eu dou um nome pra ela, acho que foi uma coisa que tinha de acontecer. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Atingido, assim, o limite da cidadania desses trabalhadores, a greve apresentou-se ainda como último recurso, ao qual se antecederam seguidas e infrutíferas negociações coletivas que, efetivamente, não representaram melhorias significativas nas condições de vida dos trabalhadores.

Essas negociações nunca surtiram efeito através dos seus sindicatos, no caso o sindicato rural, e os trabalhadores vendo que aquilo não tinha surtido efeito, aquelas formas, eles resolveram partir para esse processo de paralisação mesmo, de enfrentamento. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

“Aí Você Sabe que um Grito Abafado, Minha Filha, Quando Ele Ecoa é uma Coisa Medonha”: A Greve Enquanto Espaço de Denúncia

Não estavam pedindo aumento do salário, não foi para pedir redução de carga horária, não foi pra reclamar do transporte, não foi pra reclamar da empresa, nem da situação da empresa, eles estavam pedindo alimento. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

O agronegócio acarretou profundos impactos na alimentação das populações da Chapada do Apodi. A perda do vínculo com a terra e com o controle sobre o processo produtivo implicou também na ameaça à soberania alimentar dos camponeses. Reconhecendo os riscos envolvidos na utilização das novas técnicas do agronegócio, como o uso intensivo de agrotóxicos, os entrevistados fazem referência ao tempo em que o alimento era sinônimo de saúde e sabor e serviam à alimentação, em contraste com as frutas do agronegócio que, envenenadas, partem para a Europa:

Quando eu entrei na (empresa A), eu comia abacaxi, mas hoje em dia não tem quem faça eu comer abacaxi, porque eu sei todo santo dia o que é aplicado ali em cima. Eu não como abacaxi de lá porque eu sei que é todo santo dia: se eu passo aplicando um produto hoje, amanhã já passo aplicando outro. (Trabalhador rural 3)

Aí hoje em dia não tem gosto de nada (o milho) porque botam um preparo pra endurecer o caroço, pra vender ligeiro, né? Aí fica aquele caroço inchado. E tanto que, quando a gente não vende todo o milho verde, fica aquele milho pra secar e é bem murchinho, encolhido quando seca, sabe? [...] fica uma coisa, milho chocho, aquela coisa bem encolhidinha, não tem gosto de nada. [...] De primeiro, você botava uma espiga no fogo pra assar e de longe você sentia o cheiro, né? Agora não tem cheiro, não tem gosto de nada. (Trabalhador rural 6)

O trabalho na empresa estabelece outro ritmo de vida aos trabalhadores e sua família, novos horários são estabelecidos para o preparo e realização das refeições e, sob novas condições, estas se realizam.

O tempo do trabalho impunha um novo horário para o preparo da comida, que necessitava, agora, dar-se na madrugada, para que, às 3(três) horas da manhã, a marmitta já pudesse pegar o ônibus junto com o trabalhador.

Na empresa, por sua vez, não existia local apropriado para armazená-la, condição que impunha ao trabalhador o hábito de uma comida com menos temperos que o habitual, a fim de alargar o tempo em que, exposta ao sol, azedaria. Tampouco havia local apropriado para consumi-la, pois os poucos refeitórios localizavam-se muito distante dos locais de trabalho.

[...] tem que levar comida feita de madrugada. A comida azeda, você faz a sua refeição no meio do campo. Você não tem água pra beber se não levar. Isso (é) o trabalhador de classe mais baixa, na parte dos engenheiros não é assim. Eu acho que é exploração. (Trabalhador rural 7)

Só temos essa refeição que levamos, caso a comida esteja azeda, ou a gente come, ou fica com fome toda a noite. (Trabalhador rural 8)

As condições de trabalho eram horríveis! É do jeito que falam aí fora. Quem tinha uma bicicleta ia para o refeitório, quem não tinha almoçava debaixo das máquinas, no meio do mato. Eu acho isso desumano, né? Como é que eles diziam que podia ter um descanso de uma hora de almoço? Eu descansando no meio do mato, no meio de muruçoca, de pernillongo... isso é um descanso? Às vezes fazia a refeição até perto de fezes de gente, de trabalhadores. Pra mim aquilo era desumano, mas é o tipo da coisa, era a precisão, né?! (Trabalhador rural 9)

A questão dos refeitórios que até é perto das grandes misturas, só pra você ter uma idéia, o nosso refeitório, o refeitório em que nós jantamos [...] a zona de mistura é vizinho. E nós não temos o direito de falar por isso aí não. Nós não podemos dizer, pedir, que eles tirem o refeitório [...] de lá, deixarem noutra canto, não. Tem que comer lá dentro e nós somos obrigados a estar lá dentro porque se nós estamos lá é porque nós temos precisão de ganhar. (Trabalhador rural 5)



Foto 3 – Refeitório da Empresa A

Fonte: Acervo da Pesquisa

A alimentação, então, foi a reivindicação central, pois mobilizava os trabalhadores e sensibilizava a sociedade. Considerada como necessidade básica, estendia essa característica à própria movimentação que a reivindicava: “naquele momento o que se aflorou foi a

própria necessidade, [...] não foi uma coisa combinada, foi simplesmente espontânea pela necessidade” (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE).

Porque veja só qual era o motivo da greve, nunca vi uma greve assim, a greve era bonita, a reivindicação não era um centavo de aumento, os caras queriam um refeitório e queriam uma cesta. Era esse o motivo da greve, porque levavam a comida 4, 5 horas da manhã e quando ia comer a comida, a comida estava estragada e não tinha médico, não davam atestado, eles adoeciam e ainda levavam falta. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

Apesar de pautada por essa reivindicação mais imediata, os grevistas amadureceram o processo que levou à conclusão de elementos de denúncia que ultrapassavam a questão da alimentação, conforme nos ensina um dos entrevistados:

A gente fica indignado, né? Lutar por uma cesta básica, por ter onde comer [...] Então nessa hora a principal pauta tem que ser mesmo isso, lógico, a cesta básica e um refeitório pra comer, um lugar onde sentar na hora do almoço. [...] Então isso é um processo que leva a esse processo maior. Esse próprio processo em si da luta leva ao entendimento dos trabalhadores que o problema vai além disso, porque nunca esse modelo, que é gerado pra ter lucro, pra sugar o trabalho das pessoas, se ele é baseado no lucro, ele nunca vai ser humano, não vamos esperar nem acreditar que ele consiga ser humano. [...] A necessidade imediata, a partir dela, partindo para denúncias mais aprofundadas sobre o modelo e críticas mais contundentes às empresas. Então o processo em si, ele vai criando essas condições, ele trabalha as duas coisas juntas, uma não separa da outra porque aos poucos, a partir do processo de luta, os trabalhadores vão buscando outras coisas. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

E já tinha trabalhador avançando pra discutir. A empresa ameaçava que ia embora, que daquele jeito não tinha condições, e tinha uns trabalhadores já dizendo: “Então vá embora, que a gente vai ficar com a terra pra gente”. Então, automaticamente, naquele processo se criava discussões da reforma agrária, por exemplo. Durante o processo. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Situado nesse processo de amadurecimento, foi com clareza e profundidade que os trabalhadores elaboraram o documento, abaixo colacionado, onde narraram as condições de trabalho vividas na empresa, sob seus mais diversos matizes:

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DENÚNCIAS ACERCA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS CAMPOS DA DEL MONTE NA CHAPADA DO APODI

Nós trabalhadores da Del Monte relatamos a situação abaixo:

1. Os “refeitórios” comportam no máximo 20 pessoas, sendo que alguns não têm bebedouros;
 2. Há bebedouros sem filtros, com tampa aberta, exposto ao veneno;
- Obs.: Os filtros não são trocados de acordo com as normas.
3. Os banheiros não têm higienização: não são lavados, não há água e não há produto de higienização para as mãos;

4. Há registro de vários casos de reutilização de EPI's (Equipamento de Proteção Individual);

5. A orientação é que os equipamentos entregues aos trabalhadores (botas, máscaras, luvas, protetor auricular, garrafa etc,) devem durar um ano. No caso do material ficar impossibilitado para uso, o trabalhador é quem paga (desconto em folha);

6. A falta de manutenção das máquinas (ausência de lâmpadas) pode resultar em acidente, pondo em risco o trabalhador;

7. No caso de falta, o trabalhador é punido severamente: quando chega a 3 faltas recebe uma suspensão e com 3 suspensões o trabalhador é demitido por justa causa.

Obs.: 1 Às vezes com apenas 1 ou 2 faltas o trabalhador, sem receber qualquer advertência oral ou escrita, é suspenso;

Obs.: 2 Com a falta se perde a quinzena e desconta várias vezes (na quinzena, nas férias e nas contas);

8. Quanto aos atestados:

Há um estranho comportamento padrão entre os médicos do serviço público: quando eles averiguam que o paciente é trabalhador da Del Monte não querem emitir atestado;

9. O atendimento médico na empresa é deficiente. São apenas 8 fichas e a prioridade é para os demitidos e admitidos. Quando o trabalhador encontra-se doente e não há vaga para atendimento na empresa, ele é mandado embora para procurar outro serviço de saúde. Ocorre que o trabalhador não recebe assistência da empresa para deslocar-se e como é proibido de pegar carona, fica aguardando embaixo das árvores até a hora do ônibus retornar. Grave também é o fato que esse dia o trabalhador já perdeu, pois ao procurar outro serviço médico no dia seguinte, o atestado não é emitido com data retroativa, ficando portanto, o trabalhador no prejuízo.

10. Pulverização: ocorre fora dos padrões e normas técnicas apresentadas pelo fabricante do produto.

Obs.: 1 a aplicação do veneno com o "spray boom" é realizada com a presença de trabalhadores no campo. Há rótulos de veneno que estabelecem um período de até 15 dias de afastamento do local onde foi aplicado.

Obs.: 2 Há um contato direto dos trabalhadores com o veneno (especialmente os trabalhadores da arranca de muda, plantio, chapeamento e outros). Muitas vezes as mudas ainda estão respingando veneno e os trabalhadores têm que realizar a manipulação.

Obs.: 3 Quando ocorre a retirada do veneno das fossas químicas o mesmo é jogado nas ruas da fazenda da Del Monte;

Obs.: 4 Os tratores da aplicação ficam estacionados próximo aos refeitórios;

Obs.: 5 Próximo ao refeitório ficam também sacos de enxofre;

11. Alimentação:

Não há horário para o café da manhã e como os trabalhadores saem de casa nas primeiras horas da madrugada têm que esperar até as 11 horas para realizar a primeira refeição;

A alimentação é preparada em casa, ainda na noite anterior ou no início da madrugada. Em razão do longo período para o almoço e devido a exposição das marmitas ao sol, muitas vezes a comida estraga e o trabalhador não fica com fome porque os companheiros repartem entre si.

Se não fosse devidamente contextualizado, o referido documento poderia, bem como a pauta de reivindicações, ser facilmente atribuído às condições insalubres de trabalho nas fábricas do século XIX. O único elemento, talvez, que indica sua atualidade é a modernidade dos riscos implicados nas denúncias envolvendo agrotóxicos.

Estopim de uma classe que há muito tempo vinha sofrendo (o)pressão, a greve pôde lançar todas as vozes, enunciar todas as dores, servir, então, como o grande momento de denúncia, em que cada espaço público seria ocupado pelas discussões que os trabalhadores fomentavam a partir de seus exemplos, suas falas e sua mobilização.

Quando a gente chegou, no primeiro momento, eles (grevistas) viram o carro da Cáritas e eles começaram... eram cinco, dez, quinze falando, era todo mundo falando, você podia colher vinte histórias ali e eles diziam das angústias coletivas, individuais, dos problemas. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Nós deliberamos que os trabalhadores iriam falar (na rádio), [...] porque uma coisa é você falar com quem está apoiando (a greve), outra coisa é você ouvir a fala de quem está ali sofrendo no dia-a-dia da empresa, isso tinha um significado muito maior. A gente viu que a nossa fala não tinha muita importância não. Importante era as pessoas ouvirem o que eles (grevistas) tinham pra dizer. [...] Quando a gente saiu de lá, os trabalhadores que ficaram diziam assim: “fala do transporte! fala não sei de quê!”. Era a gente saindo e os gritos acompanhando. Você tinha a sensação que estava numa senzala, todos prisioneiros, todo mundo querendo soltar a voz, dizer, denunciar o que estava acontecendo ali. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

A Greve Espontânea, Consensual e Organizada Pacificamente pelos Trabalhadores

A vinda de grandes empresas para o Nordeste efetiva-se por uma série de fatores que funcionam como atrativos locais, entre os quais podemos situar a grande oferta de mão de obra, atrelada a um histórico pouco significativo de movimentação sindical. Assim, existe muita gente precisando trabalhar por muito pouco, representadas por sindicatos fragilizados ou corrompidos que não correspondem à força necessária para protagonizar a luta desigual por conquistas de direitos para os trabalhadores.

A gente precisa até entender como é que foi a construção desse sindicato dos trabalhadores rurais aqui no Vale do Jaguaribe, porque eles nascem por volta do ano de 1963 e eles não têm uma vinculação com os sindicatos mais aguerridos, aquele ideal das ligas camponesas. [...] Então, a fundação dos sindicatos aqui tem uma orientação não classista de harmonia. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

O objetivo maior de harmonia e conciliação proposta pelo sindicato, em detrimento ao de enfrentamento dos conflitos com as empresas, repercute na sua percepção pelos trabalhadores como um espaço amorfo, onde não são encampadas aguerridamente as reivindicações que a ele são levadas.

A ausência do sindicato, a forma como os trabalhadores apresentam. Eles se queixam demais do sindicato, que o sindicato está só interessado na contribuição sindical, que o sindicato não está preocupado, porque eles dizem que várias vezes vão lá e apresentam as denúncias e elas não são feitas. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

O sindicato dos trabalhadores rurais [...] era como se fosse o balcão do INSS, ele só servia pra encaminhar os trabalhadores pra receber auxílio-doença, aposentadoria, mas ele não encaminhava verdadeiramente a luta dos trabalhadores rurais. Por outro lado, o sindicato se queixa de que convoca as assembléias e os trabalhadores não aparecem. [...] Por que é que os trabalhadores não aparecem? Ora, os trabalhadores também estão cansados de apresentarem suas denúncias e não verem elas sendo encaminhadas. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

O processo histórico vivenciado durante a greve explicita esse aspecto da vulnerabilidade imposta à população do Baixo Jaguaribe. Em assembleia realizada no dia 3 de agosto de 2008, na sede do sindicato dos trabalhadores rurais, os trabalhadores expuseram a decisão de paralisar as atividades no dia seguinte, indiferentes ao esclarecimento do sindicato de que seria necessário um prazo maior “de 24 horas ou de 48 horas, porque teria que comunicar a empresa e tal pra seguir os trâmites da lei, tudo direitinho, pro sindicato não ser penalizado” (Professora de História do Ensino Público Municipal).

A atitude receosa do sindicato em acolher a urgência dos trabalhadores não impediu, entretanto, a realização da greve. Da ideia que a concebera até a decisão que a encerraria encarregaram-se os próprios trabalhadores, articulados entre si sem a interferência da entidade representativa. “Eles (trabalhadores) não foram lá pedir a autorização do sindicato, eles foram lá e disseram pro sindicato que na segunda-feira eles não iriam trabalhar” (Professora de História do Ensino Público Municipal).

E, de fato, no dia seguinte, a greve fora deflagrada, após oito anos de funcionamento da empresa A no Ceará. Sem o protagonismo que usualmente espera-se da entidade associativa, fora provocada, entretanto, pelos trabalhadores do setor da empacotadeira,

porque era o setor que se sentia mais prejudicado na questão da alimentação. Eles trabalhavam lá na câmara fria, daí quando eles saíam pra almoçar, eles não tinham um lugar adequado para guardar a sua alimentação. Mediante essa temperatura que você está vendo aí, quase 40 graus, essa comida estava totalmente estragada. Eles saíam de dentro de uma câmara de resfriamento para pegar a sua alimentação estragada e quente. Então eles se achavam os maiores prejudicados. Aí, se sentindo mal, os 140 trabalhadores da empacotadeira criaram a coragem, e até hoje eu louvo essa coragem deles, de no dia 4 de agosto [...] fazer uma parada que eles chamaram de greve. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Aos 140 trabalhadores da empacotadeira, juntaram-se os demais, “cada dia mais adesão, de um dia pro outro ia aumentando, aumentando” (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS).



Foto 4 – Trabalhadores em Greve, 2008.

Fonte: Acervo cedido à pesquisa

Subimos a chapada na quarta-feira, dia 06, [...] já estavam paralisados os setores: empacotadeira, chapeamento, preparo de solo, controle de qualidade, o pessoal do curado, os tratoristas, o pessoal da aplicação, o pessoal do plantio... 669 trabalhadores em greve na quarta-feira! No dia seguinte, todos os trabalhadores já estavam em greve! (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Nessa época, a empresa tinha 1700 trabalhadores. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

A inegável justiça das reivindicações contagiava os trabalhadores dos outros setores da empresa, de forma que

as pessoas que estavam lá não precisavam ser convencidas. Os trabalhadores não precisavam ser convencidos, não teve a história de piquete, [...] chegou um ponto que se viu um reconhecimento geral entre os trabalhadores, [...] de forma que, na quinta-feira, não havia um único trabalhador que tivesse indo de ônibus, pois, a partir de quarta-feira já estava tudo paralisado. (Professora de História do Ensino Público Municipal)



Foto 5 – Trabalhadores em Greve, Acampados em Frente à Empresa A, 2008.

Fonte: Acervo cedido à pesquisa

Esses 1700 trabalhadores organizaram-se de forma autônoma e independente. Compunham um grupo em que a participação sobrepujava a representação, em que os rumos não eram estabelecidos por uma entidade, um comando de greve ou lideranças individuais, mas decididos passo a passo pela coletividade.

Foi uma greve de centenas de lideranças. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Eu não sei nem se... Eu acho que eles ouviram essa história de comando de greve mesmo foi com a gente. Chegando lá: “quem é o comando de greve?”, de repente formavam aqui uma comissão, aí depois formavam uma outra comissão. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Suas estratégias de organização, a par do ineditismo, surpreenderam os que participaram da movimentação. A partir da compreensão de que era estratégico agilizar as negociações, bloquearam e vigiaram os portões da fazenda, impedindo que de lá saíssem para o porto os containeres carregados de abacaxi, destinados à exportação.



Foto 6 – Container da Empresa A, Carregado de Abacaxis, 2008

Fonte: Acervo cedido à pesquisa

Eu não lembro nem o nome que a gente botou nesse recanto que era tão escondido, era o lugar que a gente tinha mais medo mesmo, mas os trabalhadores precisavam ficar por lá, que era pra impedir a saída dos containers. Aí eram três lugares de fiscalização, lá de frente, aí tinha esse mais escondido e tinha o outro mesmo assim na estrada, só uma entradinha, mas que era outro espaço que poderia sair carga por lá. Então, nas três bocas que poderiam sair os containers, os trabalhadores fizeram umas comissões. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Esses trabalhadores fizeram uma greve que eu nunca tinha visto, eu já vi varias greves nesse país, no Estado, mas o nível de organização e disposição daquele povo, sem ter estrutura, sem nunca ter participado de uma greve [...] Faziam, quebravam as lenhas, cercavam e colocavam essas cercas e fechavam tudo. Era um nível de organização,

parecia assim urbana, sabe? Muito bem organizado. Foi maravilhoso, um momento assim que, pra quem vivenciou, é histórico demais. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

As estratégias dos trabalhadores, além de criativas, foram, ainda, totalmente pacíficas. Acampados em barracas armadas em frente ao portão central da empresa, os trabalhadores organizaram uma greve que

teve uma característica de resistência, mas pacífica, [...] a pressão era pra que se atendesse a pauta. Então, até então houve uma tentativa de ignorar, de matar no cansaço, então não houve nada desse processo, foi pacífico. Manteve-se em cima só de um acampamento de resistência. Agora, eles também se organizaram e não deixaram sair, se não me engano, alguns containeres que tinham frutas pra embarcar. Foi uma forma que eles acharam de tentar forçar a negociação mais rápida. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

À solidariedade entre os trabalhadores da própria empresa, agregaram-se outras manifestações de apoio, tecidas entre os mais variados atores sociais. Trabalhadores das demais empresas do agronegócio, movimentos e entidades sociais, sociedade civil em geral, diversos foram os sujeitos que, sensibilizados com a realidade exposta pelos grevistas, de alguma forma contribuíram com suas lutas.

A Greve Enquanto Construção da Solidariedade

As pessoas ficavam horrorizadas como os trabalhadores suportavam aquele nível de exploração, de humilhação, sendo subjugados até aquele ponto, porque os relatos eram terríveis. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

A solidariedade construída a partir da repercussão da paralisação das atividades na empresa A, bem como dos motivos que a ensejavam, refletiu-se em vários formatos e tempos.

A própria organização da greve, em si, foi sua primeira materialização. Se aos trabalhadores coube a iniciativa da greve, sua manutenção, eles logo compreenderam, demandava a articulação com outros sujeitos. A inexperiência e a magnitude do enfrentamento exigiam que fosse estabelecida uma rede de entidades e movimentos sociais que contribuissem na organização do aparato estrutural e político que uma greve exige, composta, principalmente, pela Cáritas, MST, Via Campesina e CONLUTAS.

A gente pensava que estava só, mas no segundo dia em diante tinha lá tudo que era organização, ajudando ou tentando ajudar a gente. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

A multiplicidade de colaboradores, entretanto, assumiu seu papel sem subtrair o dos trabalhadores de dar sempre as diretrizes e direcionamentos da mobilização:

Foi de forma não organizada diretamente por nenhum movimento, nem o sindicato e nenhum movimento. Não foi nenhum movimento social que foi lá com as suas lideranças organizar, não foi nem a direção sindical. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

As divergências entre caráter e práxis de cada apoiador faziam-se suplantar pelo objetivo comum de fortalecer as experiências de resistência aos impactos do agronegócio, entre as quais a greve situava-se com maestria.

Sem dúvida, esse é um dos maiores desafios: unificar. Porque todos, no fundo, cada um com sua problemática, mas todos são iguais. [...] Teve um momento que teve dificuldades, né? Mas depois todos sentaram, discutiram e viram que todos tinham que apoiar os trabalhadores. Teve contradições, mas o fundamental era apoiar a luta concreta daquele sofrimento que estava acontecendo ali. Era necessário, obrigatório inclusive, todo mundo apoiar. Então o movimento social fez sua parte naquele processo e faz. A Via Campesina compôs uma parte importante nesse processo novo e o movimento sindical também com o seu processo, cada um da sua forma. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

O próprio sindicato dos trabalhadores rurais foi demandado, pelos trabalhadores grevistas, a participar dessa rede de colaboração:

Essa greve não foi uma greve [...] puxada pelo sindicato. O sindicato não organizou essa greve, não foi ele quem coordenou a greve. O sindicato foi – como é que a gente diz? - ele foi arrebatado, sim, porque os trabalhadores obrigaram. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

Porque cada um trabalhador contribui, se não me engano, com 7 reais por mês para o sindicato. Então, eles (trabalhadores) exigiram que (o sindicato) retribuísse esse recurso, que servisse para o sindicato ajudar e financiar a greve. Então, teve esse apoio, mas houve uma certa pressão da base para isso. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Agora, está claro que o sindicato, se não fosse pela maré, pelo tsunami provocado pelos trabalhadores, eles não teriam de forma alguma adentrado nesse movimento. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Participação, aliás, que exerceu um papel fundamental no financiamento das atividades de mobilização:

É o que eu estava dizendo... até hoje eu elogio esses 140 trabalhadores, que tiveram essa coragem, que acreditaram, não sei se no sindicato, não sei se em Deus. E, graças a Deus, o sindicato deu assistência, não sei se a necessária, mas a que podia dar. Nós sustentamos e o sindicato foi até o dia 15. Foram 11 dias de greve e nós sustentamos lá com alimentação, água, transporte. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)



Foto 7 – Grevistas em Alimentação Durante a Greve, 2008

Fonte: Acervo cedido à pesquisa.

Numa análise que comporte as contradições oferecidas pela realidade, a valorização do apoio logístico fornecido pelo sindicato seguiu-se da avaliação negativa de que o mesmo não comungou da responsabilidade em fornecer apoio político aos trabalhadores grevistas, aspecto que também deveria ter sido de sua incumbência, se, ao menos, “ele tivesse compreensão histórica da greve” (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte – CONLUTAS).

O papel do sindicato no sentido das negociações foi e é fundamental, lógico, né, no sentido da negociação ele é importante. Mas houve dificuldades na compreensão e na participação maior dele no apoio à própria mobilização em si, a própria forma em si da mobilização. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Também, assim, a ausência do sindicato da direção do processo, quer dizer, o sindicato é que deveria estar à frente do processo. A categoria estava, mas o sindicato não estava. [...] Acho que o sindicato dos trabalhadores rurais de Limoeiro nunca passaram pela experiência de conduzir um processo grevista, acho não, tenho certeza, né? Então assim, acho que eles nem tinham as pessoas, os quadros mesmo, pra dizer: ‘vamos, vai ficar diretores tais lá na coordenação, no encaminhamento, enquanto outros diretores vão pra Fortaleza’. Acho que não tinha essa articulação, de forma que era, vamos dizer assim, oficialmente o sindicato respondia no plano jurídico pelas questões e no campo da luta estavam lá os trabalhadores de peito aberto, sem a proteção da instituição do sindicato, está entendendo? Era mais ou menos assim que funcionava. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Os representantes do sindicato defendem-se das acusações de pouca representatividade dos interesses dos trabalhadores, alegando que o problema enfrentado pela entidade é o da desigualdade de poder nas relações travadas com as empresas: “Porque era a gente que fazia a representatividade e até eu acho que a gente representava os trabalhadores ou

representa os trabalhadores. A questão é o poder. O poder dos empresários é muito grande, né?” (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte).

Diante das dificuldades encontradas nos processos de negociação e da falta de articulação junto à base dos trabalhadores de estratégias coletivas de enfrentamento que contrabalançassem as relações de força, seja por inexperiência ou por opção política, o sindicato pauta-se por pequenos avanços, conquistados na medida das concessões oferecidas pelas empresas:

E aí a gente encontra, a gente como representante do trabalhador e nós somos trabalhadores também, a gente encontra muita dificuldade de dialogar com essas pessoas (empresários) sentadas numa mesa lá em Fortaleza, lá na DRT que hoje é SDT, né? E a gente encontrava muita dificuldade e mesmo assim, toda vida que a gente pedia pelo trabalhador para eles era um castigo, toda vida tinha uma desculpa, mas a gente enfrentou. Por 7 anos a gente está enfrentando eles. [...] E ainda tem trabalhador que reclama e muitos têm razão, porque a gente não resolve tudo. Não vou dizer que a gente resolve tudo, a gente resolve alguma coisa e outra (dificuldade) coisa é a distância. Se acontece uma causa lá (no local de trabalho) e o trabalhador vier pra cá (pra sede do sindicato), ele já está se prejudicando, porque se acontecer hoje e ele vier amanhã já é um dia perdido de trabalho. Condição da gente estar lá diretamente (no local de trabalho), a gente ainda não encontrou, mas qualquer coisa a gente sente, agente conversa, a gente negocia alguns pequenos negócios que acontecem, que antes a gente não tinha condição nem de fazer isso. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Para além das entidades e movimentos que participaram da organização da greve, a solidariedade construída a partir das denúncias dos grevistas alçou voo, atingindo também os trabalhadores de outras empresas do agronegócio que, embora não houvessem paralisado suas atividades, em muitos aspectos consideravam-se contemplados na narrativa sobre o cotidiano de trabalho no agronegócio.

Houve um episódio de tentativa de repressão à greve, em que tal solidariedade manifestou-se de forma muito nítida. Paralisada a produção de abacaxi, em virtude da greve, a empresa A encaminhou um ônibus lotado de trabalhadores de outra fazenda sua, produtora de melão, localizada em município vizinho ao da fazenda paralisada, para ocupar os postos de trabalho vazios deixados pelos grevistas.

Acompanhando o ônibus, policiais encapuzados estavam preparados para responder com violência a qualquer tentativa dos grevistas de impedir a passagem daquele pelos portões da fazenda. Enquanto a maioria dos grevistas sentava-se no chão, para bloquear a entrada do ônibus, alguns se dirigiram aos trabalhadores que o ocupavam:

E aí esses trabalhadores que não tinham vocabulário, esse vocabulário que se trabalha com os partidos de esquerda, “companheiro” e tal. Você não via antes esses trabalhadores se reportarem assim antes, mas eles estavam chamando os outros de “companheiro” e isso foi uma lição muito grande pra gente. [...] Aí Fulano entrou no ônibus e disse nesse momento: “Nós estamos em greve, nós aqui do abacaxi, porque a situação é essa!” Aí disse: “No dia que vocês do melão precisarem da nossa ajuda, nós também

vamos lá apoiar. Não vamos lá ocupar o lugar de vocês, se vocês paralisarem não.” Então, os trabalhadores que vinham da fazenda do melão disseram ao motorista que ele poderia voltar, porque eles não trabalhariam no lugar deles. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Mesmo quem não era trabalhador rural sensibilizou-se diante da realidade exposta pelos grevistas. “A sociedade via como legítima a greve, porque ela sabia que os trabalhadores sofriam mesmo de maus-tratos lá dentro, de condições insalubres de trabalho. E foi positivo, a sociedade apoiava os trabalhadores” (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte).

Vários foram os locais e as situações em que a sociedade civil de Limoeiro prestou solidariedade aos grevistas:

Na igreja quando se falava que ia se fazer oferta pros trabalhadores, a comunidade respondia bem. No rádio, os trabalhadores participaram de programas falando do por que da greve e a comunidade participava, respaldando, falando que eles estavam certos. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

Vou te dar um exemplo de uma coisa que aconteceu: os trabalhadores estavam querendo lá na (empresa A) colocar uma pedra na entrada da empresa e não tinha quem conseguisse arrastar aquela pedra, não dava pra arrastar uma pedra daquelas. Um cara vinha com a caçamba, ele parou e disse: ‘É a pedra que vocês querem empurrar, né?’ Ele amarrou aquela pedra num cabo de aço e puxou esta pedra nesse carro. Isso era uma demonstração de solidariedade muito grande, ele disse assim: ‘Olhe, se for pra ajudar vocês, que eu sei que essa empresa tira o sangue’. (Professora de História do Ensino Público Municipal)



Foto 8 – Grevistas Obstruindo a Entrada da Empresa, 2008

Fonte: Acervo cedido à pesquisa.

Então eu fui à sala de aula e disse pro meninos que eu estava indo pra Chapada e que se alguém quisesse manifestar o apoio, podia ser a turma mesmo, fizesse uma nota [...] e mandasse pra emissora de rádio [...] e eles fizeram isso. Aí os estudantes da outra escola fizeram também, e da outra escola, aí saíram as notas: “os estudantes do 2º ano apresentam uma nota de apoio aos trabalhadores [...], que a greve é justa por isso, por isso”. Notinhas curtinhas, mas estava bom. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

La muito gente visitar, sabe, das igrejas, padres, a paróquia de Tabuleiro [...] depois o bispo, numa celebração, no dia 15 de agosto, também fez uma fala que foi divulgada na imprensa, no jornal Diário do Nordeste, gerou assim quase uma comoção. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

De vez em quando chegavam pessoas vindas com combustível, sabe? As comidas foram muitas pessoas que deram, muitas pessoas mandaram alimentação, sindicato de Limoeiro, sindicato dos servidores, pessoal da Cáritas, o pessoal das igrejas, as escolas, até dinheiro chegou assim pra comprar combustível, porque tinha o esquema que só dava pra fechar um certo caminho se fosse de moto. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

E a gente teve uma participação muito boa da escola do km 60. A diretora abriu a porta da escola pra gente fazer as comidas lá, cozinhar feijão, arroz, fazer as comidas e levar para os trabalhadores nos panelões. Eles mesmos ajudaram a cozinhar, a diretora ajudou a cozinhar um dia, no dia que a gente estava mais aperrado, os trabalhadores estavam com muita fome, então ela mesma foi ajudar, os trabalhadores ajudavam, ajudavam a distribuir. Então foi um trabalho coletivo, um mutirão muito interessante. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

A total adesão ao movimento pode ser explicada pelo que Thompson (1995) indicou como o processo de construção do consenso da comunidade. Ele anota haver, em quase toda a ação de massa do século XVIII, alguma noção legitimadora, em que “os homens e as mulheres da multidão acreditavam estar defendendo direitos ou costumes tradicionais e que se encontravam apoiados pelo consenso da comunidade”.

A construção desse consenso dava-se em disputa às opiniões contrárias à greve, difundidas, principalmente, nos meios de comunicação de massa, que estavam à disposição dos interesses dos grandes empresários. Em matéria veiculada, por exemplo, em jornal de circulação estadual, a empresa A foi apresentada sob suas cifras produtivas e empregatícias, ameaçadas pelos trabalhadores grevistas:

Maior produtora e exportadora de frutas do mundo e uma das grandes empresas da fruticultura no Brasil, a multinacional Delmonte — que produz em 105 países — poderá trocar o Ceará por outro Estado, e até mesmo sair do Brasil, se persistirem as ameaças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, da Via Campesina, da CUT, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte e da Conlutas, cujos militantes fecharam e mantêm fechada, desde a última sexta-feira, a estrada de acesso aos seus campos de produção no município de Quixeré, no Leste cearense. Dezenas de caminhões carregados de melões e abacaxis estão impedidos de sair da fazenda para o Porto do Pecém. Por isto, a Delmonte — que já enfrenta problemas com o dólar baixo — teve novo prejuízo porque perdeu o navio que, semanalmen-

te, transporta para a Europa não só a sua produção de frutas, mas também a de outros produtores cearenses. Os trabalhadores alegam que a Delmonte não tem cumprido a legislação trabalhista brasileira, razão pela qual, depois de frustradas todas as tentativas de entendimento, decidiram por fechar a “estrada do melão”, impedindo a exportação das frutas da Delmonte. Uma fonte do agronegócio cearense disse a este blog que, por causa de instabilidades sociais desse tipo, a Delmonte fechou recentemente seus campos de produção no México. A Delmonte emprega no Ceará 3.500 pessoas⁵.

Mais uma vez, segundo esse tipo de entendimento, as reivindicações sociais deveriam submeter-se à chantagem locacional propagada pela mobilidade do capital empresário.

Em âmbito local, as emissoras de rádio da região cumpriam um papel dúbio, em que, por um lado, aproveitavam-se da divulgação da greve pela audiência que o assunto provocava nos ouvintes, mas, por outro, deturpavam-na e combatiam-na através do posicionamento ideológico de seus locutores:

A emissora de rádio daqui [...] o fato é que eu fui lá pra botar uma nota [...] e depois ele (radialista) usou o microfone e passou não sei quanto tempo falando contra a greve, contra o apoio que estava sendo dado, falando dos benefícios que a (empresa A) trazia pra região, que era não sei quantos mil empregos e tal e tal. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Legalidade x Legitimidade

“Nunca lestes o que fez Davi quando teve fome, ele e os que com ele estavam? Como entrou na casa de Deus e tomou os pães da proposição e os comeu, e deu também aos que estavam com ele, os quais não é lícito comer senão só aos sacerdotes?” (Lucas 6, 3-4)

Mas você sabe que para organizar uma greve tem um problema legislativo. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

O “problema legislativo” a que se refere o representante do sindicato são as exigências legais que norteiam o exercício do direito de greve que, no caso, não haviam sido atendidas. A par da urgência e da espontaneidade com que foi deflagrada, não foi considerado pelos grevistas como impeditivo as indicações de

que se precisava de uma preparação de pelo menos 48 horas antes. Para quê? Para comunicar a instituição representativa, nesse caso o sindicato, para que essa instituição ou seu sindicato faça uma notificação e oficialize a empresa que os trabalhadores estão parando por motivo disso e isso e aquilo. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

⁵ Fonte: “MST fecha estrada no Ceará e impede exportação de frutas da Delmonte”. Disponível em <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/mst-fecha-estrada-no-ceara-e-impede-exportacao-de-frutas-da-delmonte/>>. Acesso em 15 set 2010

A ilegalidade da greve, anunciada a partir da desconsideração desse requisito, formou-se como o principal argumento dos que buscavam desmoralizá-la e desmobilizá-la.

E, na medida em que esse argumento era enunciado por aqueles que dispunham do “uso competente da língua”, como pelo desembargador que, em sede do dissídio coletivo ajuizado pela empresa, acatara a este argumento para determinar liminarmente a sustação do movimento paredista, a adjetivação de “ilegal” para a greve fortalecia-se.

Aí eu não lembro se na quarta-feira mesmo ou se foi na quinta que o sindicato já estava recebendo uma notificação de que a greve era ilegal porque não havia percorrido aqueles caminhos apresentados pela legislação. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

A posição inicial do Judiciário reflete o padrão em que o direito, no plano da decidibilidade dos conflitos, instaura um processo de formalização dos conflitos sociais reais, em que eles tornam-se sempre decidíveis por meio de uma linguagem própria, fetichizada, em que o jurista desenvolve uma espécie de “imunidade contra a realidade”.

A fetichização do direito se apoia no que Barthes (1975) chama de estereótipo linguístico. As noções estereotipadas têm uma carga valorativa tão forte, que sua mera enunciação é capaz de motivar comportamentos e determinar opiniões.

O estereótipo é a palavra repetida, fora de qualquer magia, de qualquer entusiasmo, como se fosse natural, como se essa palavra que retorna fosse sempre milagrosamente adequada por razões diferentes, como se o imitar pudesse deixar de ser sentido como uma imitação: palavra sem cerimônia, que pretende a consistência e ignora a sua própria insistência.

Assim atuam as noções: “liberdade”, “igualdade”, “legalidade”, “legitimidade”, “bem comum”, “segurança jurídica”, “bem-estar social”, etc. Ditos pela pessoa certa e no contexto adequado, os estereótipos servem à funcionalização do poder de violência simbólica. Assim, a ilegalidade da greve, pronunciada pela força aparentemente neutra e igualitária do Estado, constituiu-se em uma das forças maiores de repressão ao movimento, chegando, inclusive a ser internalizada pelos trabalhadores grevistas.

A idéia da ilegalidade era quase criminalizando eles (grevistas), parecia que os caras eram criminosos. ‘Vocês estão ilegais’, sendo que ‘ilegal’ já pesa pro trabalhador rural. Essa palavra ‘ilegal’, ela mexe com todo mundo [...] aí essa idéia foi introjetando. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)
E a empresa correu logo para Fortaleza para ir a procuradoria dizer que a greve era ilegal. Mas realmente é, né? Legalmente era ilegal. Mas a força e poder da união prevalece muito, né, você sabe disso. E nós fomos lá só nos defender. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Apesar, entretanto, da decisão proferida pela justiça, e da força simbólica que a decretação de ilegalidade exercia sobre os próprios trabalhadores, a greve manteve-se, alicerçada em outro conceito, desta feita conquistado pelos trabalhadores, que se contrapunha ao da legalidade e a ela sobressaía: o da legitimidade de suas reivindicações.

Porque primeiro a justiça considerou a greve ilegal, eu me lembro disso, mas mesmo assim os trabalhadores não consideraram ilegal e os movimentos também apoiaram, disseram “não é ilegal”. Enfim, então teve todo esse desenrolar. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Entrevistador: E o que fez os trabalhadores julgarem que a greve não era ilegal?

Entrevistado: A sua própria necessidade, porque eles entenderam naquele momento, talvez por essas negociações coletivas, as convenções, não darem resultado, que ilegal era essa de forma de negociação. Na nossa imaginação podemos até afirmar isso, porque então eles consideraram ilegais as injustiças e as promessas não cumpridas talvez. Então eles permaneceram no seu processo de luta, então para eles era legítimo aquilo dali, que de fato era e é. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE)

Porque apesar da greve ser dita como ilegal, ela era legítima, porque estava tendo ali violações à lei trabalhista, fosse do ponto de vista do salário, que estava pequeno, da falta de condições sanitárias, do respeito ao trabalhador, do uso de EPIs. Então, eram várias questões que os trabalhadores estavam levantando ali que tornava a greve legítima, embora que, pelo grau de instrução dos trabalhadores, eles não tivessem consciência dos passos a serem dados legalmente para fazer uma greve. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

O exercício do direito de resistência pelos trabalhadores culminou na elaboração do documento de exposição de motivos, anteriormente colacionado, que, apresentado ao Judiciário na audiência de conciliação promovida no dia 08 de agosto, acarretou no posicionamento do desembargador de que “precisava de alguns dias pra avaliar melhor a greve” (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte).

O fato é que a justiça não se manifestou. Não se manifestou por quê? Porque o sindicato não levava muitos argumentos. Porque, de fato, a empresa não tinha recebido nenhum comunicado prévio e tal, mas a procuradora estava lá com uma exposição de motivos que era estarecedora, está entendendo? [...] Então, o fato é que a justiça não se manifestou e disse que depois, na semana seguinte, era que ela ia se manifestar. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

No dia 09 de agosto, realizou-se uma assembleia geral dos trabalhadores grevistas, em que o sindicato repassou as notícias da audiência realizada no dia anterior em Fortaleza e a previsão de que, para assumir um posicionamento final, a justiça ainda aguardava algumas informações da empresa sobre o atendimento das reivindicações.

Cansados, após cinco dias e cinco noites de acampamento nos portões da fazenda, os trabalhadores enfrentaram o momento crítico de chegada do fim de semana, em que, incentivados pelo sindicato a retornarem às suas residências, tiveram que situar sua escolha entre o descanso e a insistência.

De forma que quando o sindicato apresentou a proposta, minha filha, foi um ai ai ai. [...] A proposta do sindicato era de que todo mundo voltasse pra casa pra passar o restante do sábado e do domingo em casa. [...] Na fala do presidente do sindicato,

qual era o objetivo dele? Não era para acabar a greve, era apenas para reduzir os gastos que o sindicato estava tendo com a greve. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

A proposta tensionou o espaço, que passou a se dividir entre os trabalhadores que concordavam com a sugestão do sindicato e entravam no ônibus para regressarem às suas casas e os que resistiam a permanecer acampados até a semana seguinte:

Esse rapaz subiu na pedra e disse: ‘Eu não saio daqui!’. Olhe qual é a importância de uma liderança, né? Um grito como esse pode levantar os outros. A partir do grito desse rapaz não se conseguiu em nenhum momento organizar a assembleia. Esses trabalhadores fizeram um círculo [...] Mas quando eles perceberam o que o sindicato estava querendo, eles acharam que era absurdo, até porque eles sabiam que o sindicato todo mês recebia, de cada trabalhador, entre 7 a 9 reais, com a contribuição sindical e eles acusavam o sindicato de só receber dinheiro da contribuição e de não se incomodar com a situação deles. Eles não estavam preocupados com a economia que o sindicato poderia fazer com o almoço, com o lanche, com o jantar dos trabalhadores, de forma alguma. Eles viam o seguinte: que era estratégico manter os containers presos lá para forçar a negociação e eles estavam corretos. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

“Foi entre 50 e 80” (Professora de História do Ensino Público Municipal) trabalhadores que permaneceram acampados durante o fim de semana, “resistindo nos portões para não deixar nenhum container sair, porque era uma forma de resolver a situação mais rapidamente, [...] sem que eles pudessem sair para o porto pra exportação das frutas” (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte).

O sindicato, inicialmente, assumiu uma posição de ressentimento, mas acatou a exigência dos grevistas de continuar a financiar a alimentação dos que decidiram permanecer acampados.

E aí depois disso o sindicato se afastou, disse que não ia dar mais nada, que ele já estava dando alimentação, deslocamento dos ônibus. Disse que não ia dar mais nada e etc. Mas fomos conversar com o representante do sindicato [...] e ele com a cabeça mais fria, entendeu e disse que não ia subir mais (para a Chapada), mas dava apoio logístico, a alimentação e alguma ajuda para o deslocamento. Junto com a campanha que a diocese fez, então, a gente pôde alimentar as pessoas e arcar com o deslocamento delas, nos veículos delas de transporte, ajudar no abastecimento de motos para subirem a Chapada e revezarem as turmas dos portões (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

Na segunda-feira, dia 11 de agosto de 2008, muitos dos trabalhadores que haviam retornado às suas casas, subiram a Chapada novamente e juntaram-se aos que lá haviam permanecido acampados, para acompanhar as tentativas de negociação que aconteceram naquele dia.

O “Enrolar” da Negociação

Logo no dia 04 a gente tentou negociar com a empresa. A empresa se fez de dura, vê se eles fazem abertura. No dia 05, a gente tentou de novo, a empresa se comprometeu a partir da 17 horas começar a negociar, que ia falar com os chefes. Esse pessoal são muito multinacional, ninguém sabe o que são nem onde moram, né? Daí foram levando, vou falar aqui no linguajar do trabalhador, nesse enrolar. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Apenas no dia 11, os representantes da empresa dispuseram-se a conversar com os trabalhadores grevistas, na presença da FETRAECE, da Via Campesina, de representantes do governo do Estado e da secretaria do desenvolvimento agrário.

Anterior à tentativa de negociação formal, o diretor e o advogado da empresa

chegaram, desceram do carro e os trabalhadores cercaram esse carro. E eles ficavam lá, conversando com os trabalhadores, até que nós percebemos que um cara estava gravando, sabe? O outro cara que estava em silêncio estava gravando tudo. Aí a gente foi lá pra dizer que eles estavam ali justamente pra saber quem era o agitador da greve, para depois haver a retaliação, a perseguição. Aí ele (advogado) disse assim pra mim: “Como é que a senhora já vem dizendo que nós vamos perseguir trabalhadores se a greve nem terminou, a senhora já vem acusando”. Aí eu disse: “É porque é isso que vocês sabem fazer antes, durante e depois. É isso que vocês fazem e vocês fazem isso sempre. E você, meu caro, você não é diferente, esta empresa não é diferente, muito pelo contrário, vem é reforçar a idéia de que é uma crueldade extrema com os trabalhadores”. [...] Aí eu disse: “Olhe, pessoal, todas essas perguntas que ele está fazendo aqui, ele está querendo saber quem é quem aqui, porque nós não estamos aqui em nenhuma mesa de negociação, não está havendo aqui nenhuma rodada, o sindicato não está aqui”. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Formalizada a mesa de negociação, a mesma mostrou-se frustrada pela posição hermética da empresa de que os grevistas deveriam voltar a trabalhar e aguardar a negociação coletiva, que aconteceria em setembro, momento em que suas reivindicações poderiam ser apresentadas à empresa, que decidiria pelas concessões possíveis.

A questão era mostrar pro governo do Estado que não estava nem no período deles fazerem greve, porque o período de negociação ainda iria chegar e quando chegasse esse período era que (os trabalhadores) levariam isso aí (suas reivindicações) e eles (empresários) poderiam acatar. (Professora de História do Ensino Público Municipal)
Não houve negociação porque o que era que os trabalhadores queriam, pelo menos como garantia, pra greve parar? Seria a cesta básica. Esse foi o ponto crucial da greve e, naquele momento, não houve negociação nenhuma com a empresa. [...] A empresa não abriu mão de nada. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

O momento foi, ainda, aproveitado pela empresa para contabilizar aos presentes os gastos sofridos até então, em decorrência da paralisação. “Aí ele disse também do quanto a empresa já tinha perdido nesse período de greve” (Professora de História do Ensino Público Municipal).

Militantes mantêm fechada, desde a última sexta-feira, a via de acesso aos campos de produção, a conhecida estrada do Melão, no Leste cearense. Dezenas de caminhões carregados de melões e abacaxis estão impedidos de sair da fazenda para o Porto do Pecém. A multinacional, que produz em 150 países, assume prejuízos com a paralisação: “a greve, que já foi considerada ilegal, tem sido bastante prejudicial, já tivemos mais de 400 mil dólares em prejuízo”, afirmou Gerente Jurídico e relações institucionais da Del Monte, Newton Assunção⁶.

As cifras anunciadas, se por um lado, indicavam o *quantum* que vinha significando prejuízo, por outro, indicavam aos trabalhadores o *quantum* de riqueza que, produzido por eles, pela empresa era apropriado. Tornava-se, assim, inaceitável a escusa de que a empresa não suportaria os custos decorrentes da concessão de cesta básica aos seus trabalhadores.

A questão da paralisação que houve lá na semana passada, o gerente fez uma reunião com nós [...] e ele disse que a empresa teve um prejuízo de cinco milhões, aí nós pegamos e falamos: ‘E o que ela ganha nas nossas custas aqui dentro, onde é que está? O que nós sacrificamos a nossa vida, aonde é que está?’ Vão contar o prejuízo que ela teve agora, mas não vão olhar pelo sofrimento que nós passamos aqui todo dia. (Trabalhador rural 5)

A questão é só o problema que nós passamos lá, as humilhações que nós passamos nessas empresas, que quero dizer pra vocês aqui todos: ela está enricando às nossas custas. E quando chega lá (no exterior), a fruta chega cem por cento, mas nem sabem eles como é que essa fruta é produzida aqui, através desses venenos valentes que são produzidos aqui dentro. A empresa hoje está pagando a questão dessa paralisação aí, como dizem eles, ela está pagando muito porque o navio deles viajou cedo porque não tinha abacaxi pra viajar, porque nós estávamos parados, sem colher, sem aplicações, sem fazer o plantio. Aí a questão é que nós falamos com o gerente, falamos assim pra ele: “Por que é que vocês estão tendo esse prejuízo, meu amigo? Por que é que você está tendo esse prejuízo hoje - por causa de uma coisa tão fácil, por causa de um alimento que nós queremos de vocês? A empresa está tendo um prejuízo de cinco milhões de dólares, mas vocês não vêem que nós estamos atrás somente de uma cesta, somente de nosso alimento?” Ele abaixa a cabeça e diz que não tem condições, aí a gente falou assim, falamos em voz alta: “Pois que a empresa feche e vá embora, que ela não tenha um prejuízo de cinco mil não, mas tenha um prejuízo de dez mil, pra ela largar de ser tão miserável”. (Trabalhador rural 5)

A negociação em nada resultando, coube aos trabalhadores aguardar pela decisão final da justiça, que confirmaria ou não a liminar concedida acerca da ilegalidade da greve. Os dias de espera, entretanto, não foram dias de paz, pois a polícia, mais uma vez posta a serviço dos interesses privados da empresa “esteve presente lá de forma permanente, ameaçando retirar os trabalhadores” (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE).

⁶ Fonte: “Del Monte amarga prejuízos com greve”. Disponível em <http://www.tce.ce.gov.br/sitetce/arq/Clipping2007/Estado/2008/Ago_12_Es_5.htm>. Acesso em 15 set 2010.

A Visita Noturna dos Policiais

Além do episódio já narrado, em que vários policiais acompanharam o ônibus que pretendia ocupar os postos de trabalho dos grevistas, “mascarados como se a gente fosse bandidos” (Professora de História do Ensino Público Municipal), houve outro momento de repressão e violência, quando,

na madrugada de domingo, por volta de 3 horas da manhã [...] a polícia chegou de madrugada, encostou no muro e disse que o carro ia sair, o carro da empresa. Sem mandato judicial, nem nada. [...] Aí saiu o container. E o Fulano é um dos que estavam lá e disse: “Eles chegaram aqui, já era tudo com as armas na mão, tudim” [...] A gente já esperava que fosse acontecer e a gente já sabia que isso ia acontecer na calada da noite. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Os casos relatados de repressão policial à greve condizem com a análise de que se a violência “persiste, reproduz-se e em algumas situações particulares intensifica-se” é porque ela é permanentemente “alimentada por determinadas práticas institucionais e por um determinado padrão de expressão de interesses ligados à propriedade da terra” (LAVERNÈRE, 2002, p. 183).

O Fim da Greve, a Cesta Básica e Outras Conquistas

Resistentes, os grevistas suportaram até receberem a notificação judicial que “determinou o retorno dos trabalhadores às suas atividades, ao tempo em que, em assim ocorrendo, cominou à obrigação de fazer a empresa suscitante, no sentido de concessão de cesta básica aos empregados.”

O Tribunal Regional do Trabalho apresentou solução para o impasse provocado pela greve de trabalhadores.

Após 10 dias de greve e só com decisão judicial, trabalhadores rurais da empresa Del Monte Fresh Produce, multinacional agrícola instalada na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, retomaram desde ontem as atividades, conforme exigiu em despacho o desembargador José Antônio Parente da Silva, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Em contrapartida, o mesmo tribunal exige que a empresa forneça cesta básica aos trabalhadores, a principal reivindicação do movimento grevista.

A decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) pela retomada das atividades na Delmonte foi assinada no último dia 12, mas apenas ontem todas as partes envolvidas tomaram nota do documento.

O desembargador José Antônio Parente da Silva exigiu que os trabalhadores da Delmonte voltem “imediatamente” aos postos de trabalho, e que a empresa fica “obrigada a fornecer a cesta básica, sem prejuízo da concessão de outros benefícios, sob pena de multa de R\$ 500,00, por trabalhador com frequência regular que não receba o benefício”.

Por outro lado, para que tenham o direito de receber a cesta, os trabalhadores não podem faltar mais que dois dias “sem justificativa”.⁷

A decisão do juiz foi acatada pelos trabalhadores, “e foi com festa, viu? Com muita festa” (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Esse documento chegou por volta de 11 horas ou meio-dia, e eu acho que foi na quinta [...] aí a greve termina nesse mesmo dia. Foi uma coisa interessante demais, os trabalhadores cantaram o hino nacional, sabe? (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Com a reivindicação da cesta básica determinada pela justiça, cantar o hino nacional simbolizava, talvez, a sensação de vitória dos trabalhadores brasileiros diante dos interesses de empresas estrangeiras.

Minha filha, cantou-se o hino nacional, rezou-se, distribuíram-se terços. Terços que Dom José mandou, viu? [...] Pois é, era o dia D, o dia da decisão judicial. Dom José: “Distribua esses terços lá com os trabalhadores”. São rosa, os terços eram cor de rosa, viu? [...] Aí quando saiu o resultado fomos distribuir os terços, os trabalhadores botando os terços no pescoço. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Dessa decisão, entretanto, a empresa apresentou ao tribunal pedido de reconsideração, alegando não ser possível a cominação da obrigação de fazer atinente à concessão de cesta básica aos empregados, por ser questão passível de negociação coletiva e de que seria, ainda, uma decisão *extra/ultra petita*, por não ter sido objeto da petição inicial.

Aí chega uma carta do desembargador comprovando que é pra nós recebermos a cesta, mas atrás veio dizendo que a empresa pode recorrer. Quer dizer, todos os meses ela vai recorrer, até chegar um ponto que ela possa fechar e sair. Nós que estamos lá dentro, nós pedimos a Deus todos os dias que ela feche, se ela fechar e pagar nossos direitos, problema dela, que ela vá pra onde ela quiser. [...] E se ela precisa de nós, como o gerente disse que precisa dos trabalhadores, ‘precisamos de quem trabalha’, pois ela trate nós como cidadãos, dê as condições de trabalho pra nós, que nós possa trabalhar com gosto, trabalhar com vontade, que nós possa produzir lá dentro, se nós produzir um milhão, possa produzir dois milhões. A questão é só essa aí, mas ela quer saber é se nós produzimos, que nós todos faça as nossas atividades, mas nosso salário, nosso ganho, nossa alimentação, nós não temos. (Trabalhador rural 5)

De fato, como o trabalhador anteviu, a empresa recorreu da decisão, e seu recurso fora aceito pelo desembargador. No mês seguinte, entretanto, a convenção coletiva estabeleceu a obrigação do fornecimento da cesta, ganho que, ainda assim, foi atribuído ao movimento paredista: “Se não fosse graças à força da greve, a gente não tinha a convenção” (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte).

⁷ Fonte: “Trabalhadores da Del Monte retomam atividades”. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=563943>>. Acesso em 15 set 2010.

A cesta básica, aliás, foi uma conquista que se irradiou pelas outras empresas da região, embora, segundo os trabalhadores, fosse de péssima qualidade. “Era tão pouca coisa, era tão pouca coisa. Foi uma conquista que eles arrancaram da empresa, mas a gente nota assim, se você pegar o lucro da empresa e aquilo ali, é pouco demais” (Professora de História do Ensino Público Municipal).

Apesar de a decisão judicial referir-se apenas à cesta, omitindo-se com relação às denúncias sobre o cotidiano de trabalho na empresa, algumas mudanças na prática foram sendo percebidas e atribuídas à greve de 2008:

Eu percebo como resultado é o cuidado das empresas com os assalariados. Aí você me pergunta se ainda existem situações de escravo em trabalho? Ainda existe, né? Mas já mudou muito a questão do respeito. (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte)

Alguns trabalhadores me disseram que essa relação mudou, que era opressão, tortura mesmo, e mudou por conta da greve. Mesmo essa política compensatória de festa de natal, essas coisas. Eles queriam respeito, [...] o que acontecia na (empresa A) era isso, era só a exploração da mão de obra, era um trabalho escravo. Aí os caras trabalhavam e queriam respeito. [...] Não tinha EPI, eles conquistaram, eles reconhecem isso, que a greve teve isso. Essa meta da produção que saiu, porque rapaz era escravidão, eles contavam pra gente e só acreditava porque era mais de um, porque só um contando, você não acredita não. [...] Até os trabalhadores reconhecem que não melhorou 100%, mas minimamente teve umas melhorazinhas. [...] Então eles têm essa consciência, essa simbologia com algumas concessões e, quer dizer, no Natal sortearam caixa de cerveja, uma televisão, rádio, uma roupa. Que é compensatório, é, mas não tinha isso não, Natal era um dia de trabalho, passava o dia trabalhando. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

Houve mudança quanto aos atestados. Eles (trabalhadores) já disseram que aquela coisa de que só aceitava o atestado se fosse do médico da empresa já tinha mudado. [...] Muitos disseram que tinha mudado muita coisa, até os trabalhadores da (empresa A) lá do setor do melão sentiram um pouco dessa mudança. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

Repercutida nacional e internacionalmente, “essa greve ficou conhecida no Brasil inteiro. E todos ficaram sabendo como a empresa era uma multinacional que só queria respeito, mas não respeitava ninguém” (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte).

O desgaste provocado na imagem da empresa, segundo os entrevistados, provocou também, por parte dela, uma estratégia de marketing que passou a incluir a elaboração de projetos sociais:

Eles sentiram o seguinte, você sabe que eles têm muito poder, mas também têm o desgaste, eles estão muito desgastados [...] E aí, o que foi que fizeram agora? Eles fazem um trabalho social, dão um caráter humano à empresa. Eles vão fazer esse trabalho social para amenizar esse desgaste. (Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte - CONLUTAS)

A criação de uma sede da Procuradoria do Trabalho na região é, também, atribuída ao movimento dos grevistas: “Nós não tínhamos procuradoria e eu até agrego a vinda da procuradoria imediatamente pra cá, a essa greve” (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte).

A consequência indicada como a mais importante da greve, entretanto, foi a criação de um fato político que serviu ao amadurecimento do processo de conscientização coletiva.

Os trabalhadores perceberam que se organizam em luta e conseguem. O mais importante foi essa politização, ela ajuda a criar cada vez mais, a fortalecer, na imaginação dos trabalhadores a necessidade de se organizar e fazer lutas. Não tem outro meio, não se encontra outros meios, se não for através da organização da luta. Então a greve deixou essa marca, essa marca simbólica, mas também é um processo que a qualquer momento pode ser retomado. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST-CE).

O espaço de denúncia, em que os trabalhadores promoveram o desmascaramento da realidade, tão usualmente fantasiada com as ilusões modernas do desenvolvimento trazido pelo agronegócio, mostrou-se também fortalecido a partir da greve e, após ela, constantemente renovado por outras ações de resistência na região.

A greve mostrou a contradição na prática. As pessoas chegaram automaticamente a perguntar ‘Por quê? Por quê estão parados?’ [...] e isso foi fundamental pra ajudar na questão dos agrotóxicos na região, ajudou em mostrar pra sociedade o que de fato está acontecendo ali, o próprio modelo excludente, a própria forma da exploração dos trabalhadores. Então, sem dúvida, não só na organização, mas ela fez esse processo também, cumpriu esse papel de denúncia. (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST-CE).

A voz dos trabalhadores, silenciada por tantos anos, ecoou. E, depois de ecoada, a impressão que dá é a de que não se guarda, mas se aguarda, pelo próximo momento em que novamente ela se fará ouvir.

Demissão e Perseguição: as Duas Faces da Retaliação

No dia 15 de agosto, terminada a greve, os trabalhadores retornaram às atividades, mas alguns deles, ao chegarem à empresa, receberam a comunicação de que a mesma ainda estava reorganizando-se e que, portanto, naquele dia e nos seguintes, eles poderiam voltar para casa.

Depois da greve, os trabalhadores tinham voltado a trabalhar, [...] eles se disponibilizaram a trabalhar, só que a empresa disse para alguns que voltassem para casa, porque ela não teria condição de receber todos os trabalhadores e que eles esperassem um chamado da empresa. Alguns acharam estranho e buscaram a diocese pra dizer. Então, a gente se informou com o Ministério Público do Trabalho e aí ele disse: “Pois mande o pessoal vir aqui e fazer um termo de ocorrência, dizendo que a empresa,

sem justificativa, pediu para os trabalhadores voltarem”. E assim foi feito de alguns trabalhadores que procuraram a diocese. Quatro dias depois que a empresa disse isso e os trabalhadores voltaram para casa, esperando que a empresa os chamasse, ela demitiu todos por justa causa, por abandono de trabalho. Foi uma estratégia bem rasteira da empresa para com os trabalhadores. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

“Dia 21 e dia 22 a empresa tinha botado 220 trabalhadores para fora, como chama o matuto. Tinha demitido 220 trabalhadores por justa causa, por mágoa do trabalhador que estava na greve” (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte).

A demissão em massa foi a forma direta de retaliação ao movimento paredista promovida pela empresa, em desatenção à proteção conferida ao direito fundamental de greve pela Lei 7.783/89, de que “não é jurídica nem socialmente adequado proceder-se a dispensas maciças em plena época de negociação coletiva, onde se discuta, inclusive, a legalidade da greve e as reivindicações dos trabalhadores”.

Os 220 trabalhadores demitidos foram, em procissão, da sede do sindicato à da procuradoria do trabalho, como mostra a narrativa:

Vimos aquela multidão em frente ao sindicato, uns cem trabalhadores. Quando a gente parou lá, eles disseram: “Ah, a gente foi demitido! [...] e por justa causa. Ninguém vai receber direito nenhum”. Então, a gente foi assim em procissão para o Ministério Público do Trabalho. [...] No mesmo dia ela (a promotora) marcou uma audiência com a empresa, no mesmo dia, e com uma comissão de trabalhadores. [...] E lá dentro ela conseguiu provar a contradição da empresa e imediatamente os trabalhadores tiveram que voltar ao trabalho. (Integrante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte)

O pedido de reintegração dos trabalhadores, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho, fora acolhido pelo Judiciário, que entendeu as demissões como prática de abuso de direito por parte da empresa, expressão ilegítima do seu direito de demitir.

A questão, voltando atrás daquela paralisação que nós tivemos lá, a questão dos nossos colegas que estão sendo demitidos, estão mandando pra casa sem nenhuma explicação. E quando ouve, a gente pergunta: “Por quê é que está botando pessoas pra casa e sem ter explicação nenhuma?” O gerente falou: “Essas pessoas aí, elas que falam muito, elas que falam muito”. Mas eu digo, doutor, a gente fala com educação. Mesmo que ele seja mal educado com nós, nós temos obrigação de ser bem educados com eles, que é pra eles entenderem que nós somos cidadãos. Que nós, trabalhadores, estamos lá para produzir pra empresa, mas nós queremos ganhar o nosso também, não queremos que só a empresa enrique às nossas custas. Nós não queremos que só ela enrique às nossas custas enquanto nós morrermos se sacrificando lá dentro. (Trabalhador rural 9)

A notícia da decisão judicial alcançou repercussão nacional:

*TRT manda Del Monte reintegrar 150 trabalhadores demitidos ilegalmente
MPT ingressou com ação logo após tomar conhecimento das demissões, ocorridas
ontem*

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 7ª Região, desembargador José Antonio Parente da Silva, determinou agora à tarde (22/8) que a empresa Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda, instalada em Limoeiro do Norte, reintegre 150 trabalhadores demitidos irregularmente ontem (21/8). Ele atendeu à petição formulada pelo procurador regional do Trabalho Francisco Gérson Marques de Lima.

Os trabalhadores, que há poucos dias haviam realizado uma greve, já haviam voltado ao trabalho atendendo à determinação do TRT. Nesta semana, eles utilizaram transporte cedido pela empresa para ir receber o pagamento e, quando voltaram, souberam da demissão. A empresa teria alegado que os empregados haviam descumprido a determinação de retorno aos postos de trabalho.

O representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) argumentou que as demissões foram uma clara retaliação ao movimento paredista que os trabalhadores tinham realizado em consequência da insatisfação pelas condições de trabalho. Ele acrescenta que a Lei de Greve (Lei nº 7.783/89) assegura estabilidade no emprego aos trabalhadores como forma de permitir o exercício do direito social de reivindicação coletiva. [...]

Após analisar a petição do MPT, o presidente do Tribunal acolheu os pedidos e, ao determinar a reintegração dos trabalhadores, fixou multa diária de R\$ 500 por trabalhador que não seja reintegrado. A reclamação quanto à demissão dos trabalhadores foi feita ontem, por um grupo de mais de cem empregados da Del Monte, que se reuniu na sede do MPT em Limoeiro do Norte, com a procuradora regional do Trabalho Hilda Leopoldina Pinheiro Barreto. Foi com base na ata daquela audiência e nos relatos dos trabalhadores, que o procurador Gérson Marques ingressou com a petição no TRT⁸.

À represália direta, consubstancializada nas demissões, seguiu-se a perseguição aos trabalhadores identificados como lideranças da greve, de forma que, quem não foi demitido, pediu demissão, tamanho o pavor instalado no local de trabalho.

Mas aí sei que 'A' não voltou e foi pedir as contas. Depois 'B', que era da CIPA, também. 'B' nos confessou que eles trancaram ele numa sala, botaram na sala e criaram aquele clima de medo, aí ele acabou pedindo demissão também. 'C' pediu demissão, 'D' pediu demissão, 'E' pediu demissão, 'F' pediu demissão... eles pediram demissão. Assim, estava mesmo declarada a perseguição aos trabalhadores. (Professora de História do Ensino Público Municipal)

A violência com que se caracteriza a repressão à greve reflete, em verdade, o padrão em que são recebidas e silenciadas as críticas ao modelo de desenvolvimento desenhado para a região. “Por exemplo, nós estamos conversando hoje, depois de tanto tempo da greve, desse processo de luta, e aí nós temos um trabalhador, uma liderança

⁸ Fonte: “TRT manda Del Monte reintegrar 150 trabalhadores demitidos ilegalmente”. Disponível em: <http://www.prt7.mpt.gov.br/noticias/2008/agosto/22_08_08_TRT_reintegracao_Del_Monte.htm>. Acesso em: 15 set. 2010.

(Zé Maria), assassinada brutalmente” (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE).

Mas mesmo a violência e a rapidez com que se introduzem e se intensificam injustiças socioambientais no território não são capazes de impedir a contínua construção de lutas e resistência. Em relação a estas, ainda que não seja fácil avaliá-las isoladamente sob o parâmetro da concretude das transformações advindas, pouco nos custa para compreendê-las integrantes de um processo histórico, em que “o maior desafio é esse: essa questão da organização e da continuidade desse processo de luta” (Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-CE).

Referências

ALEXANDRE, S. F. *Estudo dos agravos à saúde dos trabalhadores expostos a agrotóxicos no agronegócio do abacaxi em Limoeiro do Norte – Ceará*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2009.

BARTHES, Roland. *Pesquisa de retórica*. Seleção de ensaios da Revista Communications n. 10, Vozes, 1975.

BERNARDO, Marcia Hespanhol. *Trabalho duro, discurso flexível: Uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. *O modo de vida dos novos operários: quando purgatório se torna paraíso*. Fortaleza, Editora UFC, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

COSTA, Nelson Nery. *Teoria e realidade da desobediência civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS. *Levantamento agroeconômico social do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi*. Fortaleza, CE, 2009. (Relatório Técnico)

ELIAS, D. ; SAMPAIO, J.L.F. (Org). *Modernização excludente*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

FARIA, Jose Eduardo. *Eficácia jurídica e violência simbólica*. São Paulo: EDUSP, 1988.

FERNANDES, Bernardo Mancano (Org). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. *Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia, Fortaleza, 2010.

GENRO, Tarso. *O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

DEJOURS, Cristophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LAVERNÈRE, M. *Justiça para o campo*. In: Introdução crítica ao Direito Agrário. Curso de Extensão Universitária, Série O Direito Achado na Rua, v. 3. Brasília: Editora UnB, 2002.

PESSOA, Vanira Matos. *Abordagem do território na constituição da integralidade em saúde ambiental e do trabalhador na atenção primária à saúde em Quixeré-Ceará*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

RIGOTTO, Raquel Maria. *Desenvolvimento, ambiente e saúde: implicações da (des)localização industrial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

RIGOTTO, R. M.; MARINHO, A. M. C. P.; ELLERY, A. E. L. *et al.* V. Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 148-175.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. A Del Monte e a expansão dos bóias-frias na região Jaguaribana. Em Informativo “O Martelo”, Limoeiro do Norte, n. 11, 2003.

SUDATTI, Ariani Bueno. *Dogmática jurídica e ideologia*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

17

“POR DEUS QUE PARECE QUE FIZERAM POR AÍ ALGUM REBULIÇO:” EXPERIÊNCIAS DE COMBATE À PULVERIZAÇÃO AÉREA NA CHAPADA DO APODI, CEARÁ

Maiana Maia Teixeira

Na região da Chapada do Apodi, há uma estreita relação entre a cultura da banana e a pulverização aérea, atividades que vêm crescendo conjunta e evolutivamente ao longo das últimas décadas.



Foto 1 – Pulverização Aérea Sobre Cultivo de Banana

Fonte: Acervo da pesquisa.

Inserida na lógica da competitividade comercial, em que se busca o aumento da produtividade a partir da menor relação custo-benefício possível, a pulverização aérea é vista (e apresentada) pelos empresários como o método mais vantajoso de combate à *Sigatoka-amarela*. Doença endêmica causada pelo fungo *Mycosphaerella musicola* Leach, a *Sigatoka-amarela* caracteriza-se pela infecção e morte prematura das folhas, o que ocasiona a diminuição do fruto e perdas de até 50% na produção.

Diante do acúmulo adquirido a partir de levantamento bibliográfico, acompanhamento direto da pulverização aérea nos anos 2008 e 2009, entrevistas e coletas de dados e de amostras, registros fotográficos e participação em audiências públicas e demais movimentações sociais realizadas em torno da temática, apresentam-se, neste capítulo,

elementos caracterizadores dessa atividade, bem como os riscos à saúde e ao ambiente a ela associados, a fim de melhor contextualizar as experiências de combate à pulverização aérea protagonizadas na região.

A *Sigatoka-amarela*: um Problema que é Ideologicamente Apresentado sem Nenhuma Causa, mas com uma Solução

De acordo com a literatura agrônômica, a implantação de extensas áreas de monocultura é um dos principais fatores facilitadores para o surgimento de pragas, somada ao desmatamento e conseqüente comprometimento da biodiversidade. As altas taxas de produtividade por hectare, baseadas em regimes intensivos de adubação e irrigação, também contribuem para o esgotamento do solo e fragilidade das plantas, aumentando sua vulnerabilidade às pragas. No caminho que conduz às origens da *Sigatoka-amarela*, haveríamos ainda de considerar as variedades de bananas cultivadas, em suas distintas suscetibilidades ao fungo.

Tal caminho, entretanto, não costuma ser trilhado. Apesar de detectáveis, os fatores que contribuem para sua incidência, acima perscrutados, não costumam ser expostos. Porque questioná-los equivaleria a pôr em xeque os próprios elementos sobre os quais se estrutura o modelo de produção do agronegócio, tais fatores são ideologicamente excluídos do discurso e, assim, a *Sigatoka-amarela* é comunicada à sociedade como uma doença sem causa.

Sem causa, mas não sem remédio. Os esforços discursivos concentram-se em justificar a aplicação frequente e sistemática de agrotóxicos como único tratamento possível e, mais especificamente, em apresentar a pulverização aérea como a forma mais vantajosa de aplicação:

O que eu vou mostrar para vocês é um controle de uma doença chamada Sigatoka-amarela, que acomete a cultura da banana, e para o controle dela o ideal é que seja feita com a pulverização aérea [...] Claro que existem meios paliativos para se controlar a doença, uma delas seria a cirurgia, na qual você pode retirar pedaços da folha, mas, como eu falei anteriormente, são medidas paliativas que não vão resolver o problema, porque na verdade o fungo, ele desenvolve sobre a folha, e se nós pulverizarmos por baixo da folha a pulverização não seria tão eficaz como se faz com a pulverização aérea. (Gerente da empresa B1)¹

Sob os argumentos de *ser mais barata, ter maior qualidade, reduzir o tempo de aplicação, ter melhor uniformidade, não agredir a cultura, ser mais segura, aproveitar melhor as condições climáticas, ser garantida, não transportar vetores e não agredir o meio ambiente*², forja-se a construção de um consenso acerca da pulverização aérea ser o método mais rápido e eficaz de combate ao fungo.

Assim, à constatação dos sintomas, apresenta-se o remédio que os combatem, sem que sejam atacadas as causas reais da doença.

¹ Fala retirada da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos”, realizada no Instituto Federal de Educação, no dia 27 de outubro de 2009.

² Argumentos listados no tópico 4.3 - Vantagens da pulverização aérea, página 11, do documento “Metodologia de controle da *Sigatoka amarela* na cultura da banana na Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte – CE” de autoria da empresa B1.

O “Remédio”: Receitas de uma Calda Tóxica

No que diz respeito à área pulverizada, atualmente são cultivados 2.600 hectares de banana na Chapada do Apodi³, somando-se a área cultivada por grandes empresas com a dos agricultores associados às mesmas.

Tal cultura encontra-se em expansão na região, tanto pela ampliação das áreas de cultivo das empresas que já se dedicam a essa produção, quanto pela perspectiva anunciada na imprensa de empresas que trabalhavam com outros frutos, como abacaxi e melão, voltarem-se à produção da banana⁴.

As caldas utilizadas para as pulverizações aéreas são constituídas de fungicida (0,5 litros/hectare), água (20 litros/hectare) e óleo vegetal (5 litros/hectare)⁵.

Quanto aos agroquímicos utilizados para a pulverização aérea, apresentam-se no quadro abaixo, em que são dispostos de acordo com suas classes toxicológicas e ambiental:

Produto⁶	Princípio Ativo	Classe Toxicológica	Classe Ambiental
Score ®	Difenoconazol	I – Extremamente Tóxico	II – Muito Perigoso e Altamente Persistente noMeio Ambiente
Opera ®	Piraclostrobina + Epoxiconazol	II – Muito Tóxico	II – Muito Perigoso e Altamente Persistente noMeio Ambiente
Nativo ®	Trifloxistrobina + Tebuconazol	III – Medianamente Tóxico	II – Muito Perigoso e Altamente Persistente noMeio Ambiente
Tilt ®	Propiconazol	III – Medianamente Tóxico	II – Muito Perigoso e Altamente Persistente noMeio Ambiente
Juno ®	Propiconazol	III – Medianamente Tóxico	II – Muito Perigoso e Altamente Persistente noMeio Ambiente
Folicur ®	Tebuconazol	III – Medianamente Tóxico	II – Muito Perigoso e Altamente Persistente noMeio Ambiente

³ Informação contida na página 1 do documento “Metodologia de controle da Sigatoka amarela na cultura da banana na Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte – CE” de autoria da empresa B1. Em audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte em 12 de maio de 2010, o representante da mesma empresa informou que este dado ampliara-se de 2.600 hectares para 2.950 hectares de banana cultivados.

⁴ Fonte: “Cid Gomes visita instalações da Del Monte, em Limoeiro do Norte”. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/index.php/component/content/article/913/913>>. Acessado em 16 set 2010.

⁵ Informação contida na página 14 do documento “Metodologia de controle da Sigatoka amarela na cultura da banana na Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte – CE” de autoria da empresa B1.

⁶ Informação contida na página 6 do documento “Metodologia de controle da Sigatoka amarela na cultura da banana na Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte – CE” de autoria da empresa B1.

Considerando-se o total de 2.600 hectares de cultivo de banana, tem-se o lançamento de 66.300 litros de calda tóxica a cada pulverização. Segundo informação colhida em campo, são realizadas no mínimo seis pulverizações durante a quadra invernos, contabilizando-se um total de 397.800 litros lançados na Chapada por ano. Com base nessas cifras, chegamos à estimativa de que, ao longo dos últimos 10 anos, houve o lançamento sobre a região de aproximadamente 4 milhões de litros de calda extremamente tóxica ou muito tóxica, altamente persistente no meio ambiente e muito perigosa.

Quando o Discurso do “Uso Seguro” não Condiz com a Realidade

A pulverização aérea é apresentada pelos empresários como um procedimento seguro, realizado com a utilização de tecnologias avançadas e sob constantes monitoramento e fiscalização:

Então se faz com aviação agrícola, você tem o avião, existe uma metodologia de aplicação, você tem uma altura máxima de vôo, tem um equipamento que para a aviação agrícola, ele é de fundamental importância, que é o GPS. Aqui, com essa orientação, ele sabe se está pulverizando fora, ou não, daquela faixa pré-determinada pelo equipamento. (Gerente da empresa B1).⁷

É afirmado ainda serem fornecidas transparência e publicidade prévias à sua realização, para que possam ser tomadas as medidas necessárias de segurança por parte dos agricultores, dos trabalhadores e da sociedade como um todo.

Durante o acompanhamento direto da pulverização aérea, entretanto, constatou-se que os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) que trabalhavam no período em que se realizava a pulverização não estavam informados acerca de sua realização. Ignoravam, portanto, datas, locais, horários, populações atingidas, presença de gestantes, crianças e outros grupos mais vulneráveis, substâncias utilizadas, medidas de proteção, medidas de emergência etc, informações consideradas necessárias para que pudesse ser providenciada atenção adequada à saúde junto à população. Também verificou-se a ausência de profissionais no campo do meio ambiente ou da agricultura com autoridade para acompanhar os procedimentos realizados pela empresa de aviação agrícola no que diz respeito às normas vigentes.

As dificuldades das instituições públicas em efetivamente realizarem suas atribuições legais de controle e fiscalização fragilizam as políticas públicas que garantiriam o “uso seguro” dos agrotóxicos e conformam, junto com outros elementos, um quadro de acentuada vulnerabilidade institucional.

São, ainda, comuns os relatos de trabalhadores que denunciam não serem respeitados os intervalos mínimos para reentrar nas plantações pulverizadas:

A gente almoçando no galpão e o avião passa pulverizando. (Trabalhador rural 1, entrevistado pela pesquisa)

⁷ Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos”, realizada no Instituto Federal de Educação, no dia 27 de outubro de 2009.

Ademais, adjetivar a pulverização aérea com os termos de “procedimento seguro” ou “procedimento controlado” esconde os riscos à saúde humana e ambiental decorrentes do deslocamento da direção do produto pulverizado, quer ele se dê em razão dos instrumentos técnicos utilizados ou em razão de acidentes na operacionalização da atividade.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA esclarece que existe normalmente uma “deriva técnica”, em que os atuais equipamentos de pulverização, mesmo com calibração, temperatura e ventos ideais, deixam cerca de 32% dos agrotóxicos pulverizados retidos nas plantas, 49% vão para o solo e 19% vão pelo ar para outras áreas circunvizinhas da aplicação (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2007).

Por outro lado, “derivas acidentais” são possibilidades sempre presentes, como aconteceu no acidente rural ampliado de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, em 2006, contaminando mananciais hídricos, solo, alimentos e pessoas. Elas podem ser decorrentes de erro de alvo na aplicação e/ou falta de treinamento e/ou descuido e/ou um ato inseguro por parte do operador da aplicação, ou, ainda, de mudanças oriundas do vento ou da chuva (MACHADO, 2008).

Outro caráter que potencializa o contexto de risco socioambiental decorrente da pulverização aérea, tendo em vista o relevante uso de água de chuva no semiárido cearense a partir do Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC, diz respeito à evaporação dos produtos utilizados. Pesquisas recentes realizadas no Estado do Mato Grosso evidenciaram a presença de agrotóxicos na água de chuva, num fenômeno semelhante à chuva ácida (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2007).

Quando “Legalidade” não Impede os Danos

Afora a eficiência e a segurança, os empresários ressaltam a legalização do procedimento, permitido e normatizado pelo Ministério da Pecuária e Abastecimento, através da Instrução Normativa nº 2:

E o Vereador [...], no seu pronunciamento, ele realmente foi feliz quando colocou que existe hoje uma instrução normativa, que nos permite fazer a pulverização aérea. (Gerente da empresa B1)⁸

Ainda segundo os empresários, as pulverizações aéreas efetuadas na região realizavam-se em conformidade com os quesitos elencados nessa norma, tais como as distâncias mínimas de *quinhentos metros de povoações, cidades, vilas, bairros, de mananciais de captação de água para abastecimento de população; e de duzentos e cinquenta metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais*⁹.

Entretanto, há indícios de que estas normas não estejam sendo cumpridas adequadamente e de que, ainda que cumpridas, não garantem suficientemente a proteção do ambiente e da saúde humana.

⁸ Fala extraída da “Ata da audiência pública da comissão de seguridade social e saúde para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos”, realizada no Instituto Federal de Educação, no dia 27 de outubro de 2009.

⁹ Brasil, Ministério da Agricultura e Pecuária, Instrução Normativa nº 2, artigo 10°.

O primeiro indicador consiste na proximidade entre as áreas de cultivo de banana e as comunidades, conforme depende-se da imagem de satélite que situa visualmente a vizinhança entre algumas das quadras de plantações de bananas e as comunidades de Tomé e de Cercado do Meio:



Foto 2 – Proximidade entre Cultivos de Bananas e Comunidades

Fonte: Acervo da pesquisa.

Em algumas situações, o contexto de risco agrava-se diante da contigüidade entre as áreas de cultivo e as residências, elemento justificador das queixas freqüentes sobre os incômodos na saúde provocados pelo lançamento de agrotóxicos após cada pulverização realizada, a despeito do cumprimento ou não das normas.



Foto 3 – Situação de Contigüidade entre Cultivo de Banana e Residência

Fonte: Acervo da pesquisa.

Ademais, nas análises laboratoriais das amostras de água coletadas na região, promovidas pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará - COGERH e pela própria pesquisa¹⁰, detectou-se a presença de princípios ativos de alguns dos agrotóxicos fungicidas utilizados na pulverização aérea, tais como o difenoconazol, o tebuconazol e o propiconazol, indicando ser a atividade uma fonte de contaminação da água destinada ao consumo humano.

Quando o Risco é Percebido pela População

Em agosto de 2009, durante a “Oficina de Mapeamento de vulnerabilidades socioambientais e contextos de promoção da saúde ambiental em comunidades rurais da Chapada do Apodi e do Tabuleiro de Russas”, representantes de quatro comunidades impactadas pelo agronegócio relacionaram em uma matriz os elementos que ameaçavam e os que promoviam a vida em seus territórios, de forma a registrar suas percepções e observações acerca dos processos vividos. Para facilitar a visualização desses elementos, cada comunidade desenhou um mapa representando a dinâmica da vida comunitária e caracterizando os principais fatores presentes na matriz.

Depois do (re)conhecimento das comunidades sobre sua realidade, as mesmas priorizaram dentre os fatores que ameaçam a vida e os que promovem a vida, aqueles considerados emergenciais. Dentre os fatores identificados que ameaçavam a vida, a pulverização aérea foi explicitamente listada por todas as comunidades, aparecendo registrado o avião da pulverização aérea em vários dos mapas elaborados:



Foto 4 – Mapa Elaborado Representando o Território do Perímetro Irrigado

Fonte: Acervo da pesquisa.

¹⁰ RIGOTTO, Raquel Maria *et al.* Documento síntese dos resultados parciais da pesquisa “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxico”. Fortaleza, 2010.

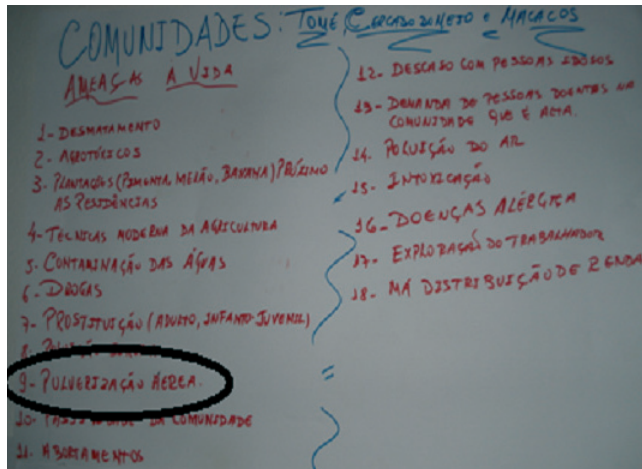


Foto 5 – Descrição dos Fatores que Ameaçam a Vida das Comunidades de Tomé, Cercado do Meio e Macacos

Fonte: Acervo da pesquisa.

À pulverização aérea, as comunidades relacionam a morte de animais domésticos, a contaminação da água que ingerem e uma série de alterações de saúde.



Foto 6 – Mortandade de Peixes no Reservatório do Perímetro

Fonte: Acervo da pesquisa.

Na Comunidade de Tomé, uma das mais diretamente afetadas pela problemática da contaminação das águas por sua localização próxima às plantações de banana e a ausência de sistema de abastecimento hídrico próprio, os jovens, apoiados pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, realizaram em 2009 uma enquete que listava os proble-

mas de saúde vivenciados na comunidade e buscava relacioná-los à exposição aos agrotóxicos. Mais do que qualquer validação estatística, a iniciativa demonstra a preocupação e a insegurança sentidas pela população.

Quando a Percepção Vira Ação e é Aprovada Lei Municipal contra a Pulverização Aérea

Agora pra acabar de acertar inventaram um expurgo de avião lá nessas bananeiras. Por Deus que parece que fizeram por aí algum rebuliço... diminuiu, não sei se vai se acabar. Que aquilo ali é quem deve matar muita gente. É porque aquele avião expurgando no beijo do canal [...] O avião não deixa de soltar muito veneno dentro, né? (Morador da comunidade Lagoa José Felício, entrevistado pela pesquisa)

Diante da percepção dos riscos, as organizações dos moradores e agricultores das comunidades locais promoveram alianças com demais atores da sociedade civil, aqui entendida em seu sentido mais amplo, a fim de incluir as associações, pastorais, sindicatos, ONGs, movimentos sociais e pesquisadores de universidades.

As diversas pesquisas realizadas na região, ao coadunarem com as denúncias vividas até então no âmbito da percepção, serviram de instrumentos fundamentais para os grupos atingidos ganharem respaldo para suas posições nos embates político, discursivo e jurídico. Assim, reforçava-se também a legitimidade social em torno das demandas por eles encampadas.

Ademais, além de serem importantes como produtos, as pesquisas têm sua relevância também enquanto processo, pois suas construções consistiram, muitas vezes, para a criação de laços de cooperação entre pesquisadores vindos de diferentes áreas e diversas instituições de ensino.

A construção de uma atuação em rede, além de efetivar a solidariedade às populações mais vulneráveis, percebidas justamente como aquelas comunidades que mais sofriam com a expropriação de terras e com a contaminação ambiental decorrentes do agronegócio, ampliou o conceito de “atingidos” e de atores sociais legítimos a reivindicar direitos.

Essa articulação, em que cada elo desempenha um papel específico e complementar, passou a constituir-se num importante elemento da resistência aos impactos advindos com a expansão do agronegócio na região. Incorporado na estratégia política da rede, o debate sobre a relação entre o desenvolvimento regional e as questões ambientais passou a alimentar diversas mobilizações, multiplicando-se os espaços de denúncia e de transformação social.

A pulverização aérea foi alvo de diversas ações de resistência.

Realizado em agosto de 2008, o Seminário “Agrotóxicos no Vale: novos ares e desafios para a atuação pública”, construído conjuntamente por Ministério Público Estadual, Diocese e Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM/UECE, Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade - TRAMAS/UFC, Instituto de Educação e Política em Defesa da Cidadania - IEPDC, 10ª CERES, Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC, ESPLAR e Via Campesina, a pulverização aérea foi pautada e amplamente questionada, potencializando a visibilidade pública aos problemas ligados à sua prática.

Em agosto de 2009, muitos desses atores novamente congregaram-se a fim de promover a Jornada “Mundo Rural, Agrotóxicos e Saúde”, em que realizaram-se a “Oficina de Mapeamento de vulnerabilidades socioambientais e contextos de promoção da saúde ambiental em comunidades rurais da Chapada do Apodi e do Tabuleiro de Russas” e um evento em praça pública na comunidade de Tomé. Numa importante experiência de intercâmbio entre saberes e experiências, o professor Vanderlei Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso, foi convidado a apresentar, na praça de Tomé, suas pesquisas sobre os impactos do agronegócio naquele estado e sobre o acidente rural ampliado acontecido em decorrência da pulverização aérea no município de Lucas do Rio Verde.

Em 7 de setembro de 2009, realizou-se na região, com a presença de mais de duas mil pessoas, o Grito dos Excluídos¹¹, onde foram abordados os agrotóxicos, a pulverização aérea e a contaminação das águas.



Figura 7 – Grito dos Excluídos na Chapada do Apodi, 2009

Fonte: Acervo da pesquisa.



Figura 8 – Grito dos Excluídos na Chapada do Apodi, 2009

Fonte: Acervo de Tobias Schmitt.

¹¹ Conjunto de manifestações no Dia da Pátria ou na semana comemorativa à Independência do Brasil que buscam sensibilizar para a problemática da exclusão social.

Moradores da Comunidade de Tomé desenharam, nesse período, o muro das lamentações e a árvore dos sonhos, simbologias que buscam representar o contexto de sofrimentos e esperanças vivenciados na comunidade, a partir das problemáticas percebidas como decorrentes do desenvolvimento do agronegócio no território:



Foto 9 – Muro das Lamentações

Fonte: Acervo da pesquisa.



Foto 10 – Árvore dos Sonhos, em Tomé.

Fonte: Acervo da pesquisa.

A comunidade de Tomé protagonizou, ainda, a realização de um abaixo-assinado encaminhado oficialmente ao Ministério Público e à 1ª Vara do Poder Judiciário em Linoeiro do Norte, e também aproveitado como instrumento popular de denúncia junto às rádios locais e aos vereadores do município, em que, apresentava-se o fato da comunidade estar “situada numa área de grande risco de contaminação por agrotóxicos com a realização de pulverização aérea na área onde está situada a piscina.”

“Companheiro Zé Maria, aqui estamos nós, falando por você, já que calaram sua voz!”

Presidente da Associação Comunitária dos Moradores de São João do Tomé e da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra, José Maria Filho



envolvia-se ativamente na resistência às diversas injustiças socioambientais provocadas pelo agronegócio, denunciando-as diariamente nas rádios locais e nas audiências públicas, buscando apoio em instituições e movimentos sociais e exigindo atuações mais efetivas do Estado.

Foto 11 – Zé Maria mergulhado numa das piscinas, recolhendo embalagens vazias de agrotóxicos, em denúncia à imprensa local

Fonte: Acervo do jornalista Melquíades, Diário do Nordeste.

Sensibilizado diante das angústias de centenas de famílias que, em sua comunidade, consumiam água contaminada por agrotóxicos, Zé Maria, como era conhecido, assumia a linha de frente do combate à pulverização aérea, tendo sido executado no dia 21 de abril de 2010 com 25 tiros.

Incapaz de responder às violências advindas do modelo de desenvolvimento excludente, o Estado mostra-se incapaz de solucionar o caso, restando aos que ainda resistem no território do conflito culpabilizar politicamente o agronegócio pela morte do companheiro e, a todo dia 21 de cada mês, realizar mobilizações sociais que visibilizem as posições contrárias aos processos de monopolização e degradação dos recursos ambientais e dos modos de vida tradicionais.

Foto 12 – Homenagem feita no local onde fora assassinado Zé Maria

Fonte: Acervo da pesquisa.



Na Câmara Municipal, a pressão popular resultou na elaboração e aprovação, em 08 de outubro de 2009, da lei nº 1478/2009, que dispõe sobre a proibição do uso de aeronaves nas pulverizações de lavouras. Por sete votos favoráveis, um contrário e uma abstenção, os vereadores de Limoeiro do Norte estabeleceram ser, a partir daquele momento, “expressamente proibido as pulverizações aéreas em regiões agrícolas” naquele Município .

Sancionada em novembro do mesmo ano e publicada, a lei entrou em vigência, mas foi descumprida pelas empresas. Diante da omissão estatal, por incapacidade ou negligência, em fiscalizar, os membros da rede de resistência assumiram a responsabilidade e o risco por tal encargo. Realizaram, assim, diversas expedições ao aeroporto, portando câmeras fotográficas e filmadoras, a fim de flagrar as aeronaves em vôo e, munidos de provas, exigir judicialmente a sanção cabível e o efetivo cumprimento da legislação.

Tais atuações, entretanto, nunca se deram sem conflito. Todo espaço de disputa fez-se entre debates calorosos, fosse nas rádios, no plenário da Câmara ou nas audiências públicas. Diversas foram as estratégias de invisibilização das reivindicações e de desvalorização do direito conquistado. Na entrada do aeroporto, os vigias tentavam impedir a passagem. Multiplicaram-se ameaças à vida das pessoas vistas como lideranças.

A Toda Ação, uma Reação em Igual Intensidade? As Estratégias e Discursos dos que Defenderam a Pulverização Aérea

Após a aprovação da lei, foi promovida, pela Comissão de Seguridade Social e Saúde, uma audiência pública para debater o programa estadual de agrotóxicos e a legislação brasileira pertinente à política de agrotóxicos, realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Limoeiro do Norte.

Situada historicamente no momento em que o Município recém-aprovava a proibição da pulverização aérea, a audiência pública materializou-se como a arena do conflito, girando ao redor deste tema os embates entre representantes das empresas produtoras de banana, vereadores, lideranças comunitárias locais e demais membros da rede de resistência presentes.

As empresas, ao definirem a pulverização aérea praticada no Município como remédio único, eficaz e seguro às pragas que atacavam as produções de banana, forçaram o estabelecimento de uma relação, que se pretende inquestionável, entre a pulverização aérea e a viabilidade da produção. Assim, o escopo da lei fora simbolicamente ampliado: não seria apenas a atividade da pulverização que estaria em xeque, mas toda a produção de bananas na região. Por esse viés, a amplitude da questão demandaria, conforme o posicionamento de alguns vereadores, uma nova discussão:

Quanto à questão da pulverização aérea, na verdade, a Câmara até aprovou uma lei e eu particularmente acho que a Câmara devia ter debatido mais com a sociedade porque eu entendo que fica impossível. Como é que você vai fazer, combater as pragas principalmente das bananeiras, sem ser com a pulverização aérea? Não sei, não sou técnico nesse assunto, mas acho impossível como é que vai se combater. (Vereador 1 de Limoeiro do Norte)

Eu queria fazer referência a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, quando aprovou a lei proibindo as pulverizações aéreas. [...] Eu acho que nós podemos inclusive debater essa questão mais profundamente, para que não cometamos injustiças, porque nós entendemos também que o produtor de banana necessita dessa pulverização. (Vereador 2 de Limoeiro do Norte)

Ao sinalizar para os prejuízos financeiros que adviriam com a efetiva proibição, as empresas enfatizaram a repercussão negativa que se daria sobre os empregos por elas gerados. Imputando aos vereadores a responsabilidade pelas anunciadas e numerosas demissões, tal discurso buscava submeter o Estado às suas exigências.

Se, ao instalarem-se na região, a oferta de empregos e a elevação do PIB constituem elementos legitimadores do empreendimento pretendido, após a instalação, fortalecem a ameaça de realocização e de conseqüente desfazimento dos contratos sociais a que se obrigaram.

Percebe-se, assim, que o discurso das empresas, mais do que mostrar o quanto elas precisam do Estado, cuida em mostrar o quanto o Estado delas necessita.

Chamou-me atenção porque eu soube agora que tem uma nova legislação municipal sobre aplicação aérea, se essa legislação for mesmo efetivada, [...] se essa legislação for adiante, a B2 vai obedecer à legislação, porque uma das exigências do mercado dos nossos consumidores é exatamente que nós obedeçamos toda a legislação que incida sobre a atividade. Mas eu passo, no caso para Câmara dos Vereadores, o passivo social dessa legislação, nós tínhamos a intenção de implantar o restante da área que nós temos ali. Nós temos 300 hectares, podemos chegar a 480 hectares, são 180 hectares a mais, esses 180 hectares eles vão gerar aproximadamente 300 empregos diretos, nós sairíamos de 427 para algo em torno de 750 empregos. (Gerente da empresa B2)

[...] no caso da B1, (são gerados) 670 empregos diretos, e a parceria com os seus 950 hectares, 49 produtores, são mais 600 empregos. Então diretamente nós estamos gerando na região, com a cultura da banana, aproximadamente 1.270 empregos diretos. E nós sabemos muito bem que para cada direto, no agronegócio, ou no setor rural, são três, então nós teríamos aproximadamente quase 5 mil famílias dependendo hoje da cultura da banana na região. (Gerente da empresa B1).

Percebe-se, portanto, que a situação é apresentada a partir da perspectiva de “alternativas infernais”, em que restaria aos atores sociais a opção ou pela resignação perante a atividade considerada danosa ao meio ambiente e à saúde ou pela convivência com o desemprego.

As “alternativas infernais” impõem-se como norma, mecanismo de disciplina-mento e controle, fazendo com que os indivíduos se aprisionem nos imperativos da “competitividade”, nos requisitos de serem capazes de atrair sobre si e suas localidades os investimentos disponíveis no mercado. (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 135).

À chantagem apresentada na forma de geração/perda de empregos, soma-se ainda a mobilidade ameaçadora do capital. Além de permitir uma contabilização diferenciada

sobre o processo de degradação ambiental entre as empresas e os grupos sociais vinculados ao território, a maior mobilidade potencial do capital alimenta o medo das “heranças malditas” a serem relegadas à região diante da possível saída das empresas, tais como desemprego, degradação ambiental, redução do PIB do Município etc.

A pressão exercida pelas empresas pretende, assim, o duplo efeito de atenuar ou revogar a norma ambiental que sobre as mesmas foi imposta e de fragilizar os movimentos sociais, acusados direta ou indiretamente de dificultar a multiplicação de capitais e, supostamente de forma consequente, a dinamização da renda e do emprego.

A chantagem alimenta, ainda, o discurso ideológico dos que se debruçam sobre a busca por uma fórmula mágica, uma pacificação dos conflitos sociais por meio de uma solução que atenda aos interesses de todos, escamoteando a realidade em que o interesse de um (lucro/empresas) se dá, no plano real, sobre o interesse do outro (saúde/comunidades).

Mas nós não podemos expulsar as empresas, porque tem os empregos, tem a economia, precisamos de tudo isso. Nós temos que encontrar a fórmula para que se possa contemplar todo mundo, nós não podemos também condenar a todos, e empurrar as empresas, porque elas saem daqui e se instalam em outro local, e o Brasil o Ceará a região é pobre precisa também disso aqui. (Deputado Estadual Presidente da Comissão de Seguridade Social e Saúde da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará)

A construção de uma ideia de consenso, em verdade, serve à relativização do direito que havia sido conquistado pela população. Apresentando-se vitimizadas pela lei e a seus interesses particulares como universais, as empresas buscam fazer com que a sociedade retroaja, a fim de enquadrar o avanço da luta política nos limites da elasticidade do sistema, sem que a ocorrência de grandes traumas, como se mostrou ser a proibição da pulverização aérea, ameaçasse o *establishment*.

Aqui nessa Audiência Pública nós não temos nenhum objetivo de polemizar. Nós queremos trazer uma discussão que possa ser produtiva, que possa ser dissecado o problema e que possamos aqui, homens e mulheres, dar um encaminhamento bom para o meio ambiente e, em última instância, para o homem. (Deputado Estadual Presidente da Comissão de Seguridade Social e Saúde da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará)

Ao estabelecer como prioridade o viés economicista da produtividade sobre o viés democrático da “polemização”, o discurso acima colacionado denuncia a proposta de despolitização dos conflitos, estratégia que costuma, a partir da acentuada desigualdade de forças dos agentes sociais em contenda, invisibilizar a expressão de diferenças reais entre os projetos sociopolíticos e territoriais reivindicados.

É dessa forma que, ainda que diante de um conflito que se faz extremo, com a disputa incomunicável de interesses, os defensores da pulverização aérea acenam insistentemente para a necessidade de um meio-termo:

Certo que existe as problemáticas da comunidade, mas muitas pessoas dessas comunidades trabalham lá também. [...] Será que não tendo o agrotóxico vai ter o emprego que está gerado lá também? Então precisamos criar um meio termo das duas situações. (Técnico de Segurança e Meio Ambiente da empresa B1)

Agora é preciso que se faça a convivência entre o desenvolvimento, entre a geração de emprego e renda que é importante para o vale do Jaguaribe, para o Ceará e que possamos, na verdade, ter uma fiscalização e um controle mais rígido na questão do uso dos agrotóxicos. Agora, nós não podemos aqui dizer que todos os cânceres, tudo que tem de mau que está acontecendo na Chapada, aqui no Vale do Jaguaribe, seja por conta da Chapada do Apodi, muito pelo contrário, pode acontecer, pode, mas também nós devemos dizer que a Chapada do Apodi tem sido a redenção de Limoeiro, do Vale do Jaguaribe, por isso que essa região é destaque hoje no Ceará. (Vereador 1 de Limoeiro do Norte)

As estratégias articuladas pelas empresas são, entretanto, percebidas e denunciadas pelos demais sujeitos:

Então estamos dentro de um conflito, dentro dele as pessoas se posicionam efetivamente. Eu concordo com o nosso amigo ali, [...] que diz que tem que ter lado. Tem lado mesmo nesse processo, não tem como, é conflito, não tem essa coisa de você ajustar, como também nós costumamos nessas discussões fazer, ajustar esses termos do ponto ideal. Não existe ponto ideal diante de um conflito que se estabeleceu. (Professor da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM/UECE)

Mas, afinal, a dependência econômica do município e da sociedade, aqui situada como fator de (in)sensibilização para a contaminação ambiental, aliada à pressão política exercida pelas empresas sobre os vereadores, colaboraram para que o tema da pulverização aérea saísse do “âmbito do decisório” em que se encontrava (uma lei aprovada que a proibia e que exigia cumprimento) e adentrasse no “âmbito do discutível” (uma lei aprovada que a proibia, mas que precisava ser repensada, rediscutida e reavaliada).

Mas precisa conversar antes com o prefeito, que ele pode fazer alguma emenda, conforme eu vi na apresentação aqui que foi feita pela B1, está deixando um espaço, não podemos privar também de fazer a pulverização se não houve uma discussão com as pessoas que estão envolvidas, eu questionei muito isso lá (na Câmara Municipal). (Vereador 3 de Limoeiro do Norte)

E o que, então, era defendido como uma necessária busca pelo “meio-termo”, pelo “consenso”, expõe-se em sua crueza de interesses e balanceamento injusto de poderes: em fevereiro de 2010, o Prefeito Municipal apresenta à Câmara de Vereadores Projeto de Lei que dispunha sobre a política ambiental do Município e que, em seu art. 213, propunha revogar a Lei Nº 1478/2009.

Articulava-se, por meio do referido projeto, o restabelecimento legal da pulverização aérea no Município, conforme mensagem do Prefeito encaminhada anexa:

Também através da matéria anexa, propomos, por não ser da competência do Município a fiscalização da aviação agrícola, a revogação da Lei Nº 1.478, de 20 de novembro de 2009, que dispõe sobre a pulverização aérea.

Omitindo qualquer motivação de ordem social, econômica ou política, o Projeto de Lei justificava a revogação da lei que proibira a pulverização aérea com argumentos exclusivamente de caráter legalista, como a ausência de competência do Município para legislar sobre a matéria, a impossibilidade de dupla fiscalização e a existência de instrução normativa que já a regulamentava. Por meio de argumentos supostamente legais, deslegitimava-se o discurso dos que defendiam a extinção da atividade no município.

A votação do Projeto de Lei pelos vereadores estava prevista para acontecer no dia 18 de março, mas, na véspera, a rede de resistência mobilizou um ônibus com moradores das comunidades de Macacos, Tomé e Cabeça Preta que ocuparam o plenário da Câmara. A primeira mobilização popular em garantia ao direito conquistado, ora ameaçado, exigiu dos vereadores que a votação do projeto fosse precedida de uma nova audiência pública em que fossem amplamente discutidos os impactos positivos e negativos decorrentes da pulverização aérea no Município.

Obtido o adiamento da votação, a pressão popular obteve também o êxito de influir ativamente sobre as definições acerca do formato com o qual a audiência revestir-se-ia e dos convidados a nela palestrar. Dessa forma, pôde-se garantir a ampla participação de sujeitos que, sob diversos matizes, por serem pesquisadores, advogados populares ou membros do Ministério Público, contribuiriam no fortalecimento dos argumentos contrários à pulverização aérea, rompendo o ciclo de espaços públicos nos quais se concediam voz majoritariamente aos representantes das empresas e aos políticos da região.

Realizada em 12 de maio de 2010, a audiência precisou realizar-se no maior auditório da cidade, a fim de sustentar a ampla participação popular que se fez presente. Pela primeira vez, foram apresentados pela Dra. Raquel Rigotto, os resultados parciais da pesquisa desenvolvida na região, em que se demonstravam os dados relativos à contaminação ambiental e aos riscos e vulnerabilidades a que estavam expostas as comunidades da Chapada. Contou-se ainda com a fala do Coordenador Nacional do Fórum de Combate aos Agrotóxicos, Dr. Pedro Serafim e a do advogado popular João Alfredo, que contrabalanceou com argumentos jurídicos a constitucionalidade da lei que proibira a pulverização aérea.

Também se fez presente na mesa de palestrantes a promotora da comarca local, Dra. Bianca Leal, que apresentou, em sua fala, a ação civil pública que o Ministério Público Estadual encaminhara contra as empresas que continuavam a valer-se da pulverização aérea ainda na vigência da lei que a proibia, e representantes das empresas do agronegócio e da Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi - FAPIJA, estes dois últimos setores posicionando-se como defensores da prática de pulverização aérea.



Foto 13 – Formação da Mesa de Palestrantes da Audiência Pública sobre a Pulverização Aérea, Realizada em 12/05/10 em Limoeiro do Norte

Fonte: Acervo da pesquisa.



Foto 14 – Participação da População no Auditório em que se Realizava a Audiência Pública sobre a Pulverização Aérea em Limoeiro do Norte

Fonte:Acervo da pesquisa.

Diante das conexões entre a vida e a morte de Zé Maria com a luta contra a pulverização aérea no Município, gritos de revolta lançados por populares e movimentos sociais na audiência pública fizeram-se ouvir, e, nas ruas da cidade, fizeram-se ver faixas e panfletos nos quais a sociedade reivindicava para si o poder de nomear a Lei Nº 1478/2009 em “Lei Zé Maria do Tomé” e de influir sobre a decisão de revogá-la ou não.



Foto 15 – Faixa Exposta durante o “Acampamento Zé Maria” na Praça Pública da Cidade de Limoeiro, 2010

Fonte: Acervo da pesquisa.

Após a audiência pública, os articuladores do movimento de resistência iniciaram a construção de um abaixo-assinado contra a revogação da Lei Zé Maria do Tomé, mobilizando as comunidades da Chapada e apoiadores a se posicionarem. Foram coletadas 1700 assinaturas em apenas cinco dias, ressaltando-se a presença massiva de crianças e adolescentes que, mesmo sem possuírem documento de identificação necessário a validar o instrumento, insistiam em assiná-lo, identificando-se a partir da turma escolar que frequentavam ou da comunidade em que residiam, numa atitude que simbolicamente representava o nível de enraizamento da discussão na sociedade e de anseio de participação direta no processo decisório.

Apesar de toda movimentação popular, em 20 de maio de 2010, enquanto em Fortaleza realizava-se uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará sobre os efeitos dos agrotóxicos na saúde da população e enquanto, ainda, anunciava-se o aniversário de um mês da morte de Zé Maria, a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte anunciou, minutos antes de iniciar a sessão, que a pulverização aérea comporia a pauta do dia.

Com a ajuda da polícia para conter os protestos, a Câmara decidiu pela revogação da Lei Nº 1478/2009, por meio do voto de minerva do seu presidente, diante do empate entre quatro votos favoráveis e quatro votos contrários à extinção da lei .



Foto 16 – Auditório da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, Durante a Votação Sobre a Revogação da Lei Nº 1478/2009, em 20 de maio de 2010

Fonte: Acervo da pesquisa.

A sessão seguiu com a aprovação de uma emenda ao Projeto de Lei que alterou, duplicando-os, os limites estabelecidos pela Instrução Normativa Nº 2 do Ministério da Agricultura e Pecuária entre as áreas pulverizadas e canais de abastecimento e áreas residenciais.

Menos do que uma conquista da população, tal medida representou o interesse dos vereadores em resguardar a imagem da Câmara como defensora dos interesses da coletividade, pois, desvinculada de qualquer processo de fiscalização, a referida emenda, aprovada por unanimidade, não possui nenhuma eficácia no Município. A única distância efetivamente ampliada fora aquela do abismo situado entre o dever-ser e a realidade dos territórios.

O Direito Sai da Câmara dos Vereadores e Vai Parar na Rua



Foto 17 – Faixa Levada por Populares em Passeata por Fortaleza, 2010

Fonte: Acervo da pesquisa.

Ainda que revogada a lei que a proibia, os acúmulos adquiridos com as discussões e mobilizações políticas sobre o tema tornaram o combate à pulverização aérea elemento mobilizador e reivindicativo em todos os atos políticos que se deram posteriormente, principalmente os concentrados ao redor do dia 21 de cada mês, a lembrar do assassinato do Zé Maria e estabelecer as reivindicações que permeiam a disputa por justiça socioambiental na Chapada do Apodi.

Assim, os atores da resistência congregam-se em torno da construção de uma agenda conjunta que envolve formação, lutas e difusão de informações, conhecimentos e práticas contra-hegemônicas, de modo a traçar estratégias comuns de combate ao agronegócio na região.

Referências

ACSERALD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, Dean Fabio Bueno de. *O significado de eficácia e legitimidade do Direito Ambiental latino-americano a partir da filosofia da libertação*. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Social) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2001.

ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Introdução à sociologia jurídica alternativa*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. *Instrução Normativa n. 2*. Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária.

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – COGERH. *Plano de gestão participativa dos aquíferos da bacia Potiguar, Estado do Ceará*. Fortaleza, 2009. (Relatório Final).

ELIAS, D. ; SAMPAIO, J.L.F. (Org). *Modernização excludente*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

FARIA, Jose Eduardo. *Eficácia jurídica e violência simbólica*. São Paulo: EDUSP, 1988.

FERNANDES, Bernardo Mancano (Org). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. *Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia, Fortaleza, 2010.

LIMOEIRO DO NORTE (Município). Lei Nº 1478. Dispõe sobre a proibição do uso de aeronaves nas pulverizações de lavouras no município de Limoeiro do Norte. 2009.

_____. Mensagem Nº 05/2010. Remetente: Prefeito de Limoeiro do Norte, destinatário: Presidente da Câmara Municipal de Vereadores. 2010.

_____. Projeto de Lei. Dispõe sobre a política ambiental do município de Limoeiro do Norte e dá outras providencias. 2010.

MACHADO, Paulo. *Um avião contorna o pé de jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade. História da reportagem*. Brasília: ANVISA, 2008.

PESSOA, Vanira Matos. *Abordagem do território na constituição da integralidade em saúde ambiental e do trabalhador na atenção primária à saúde em Quixeré-Ceará*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2010.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 1, p. 105-114, 2007.

RIGOTTO, Raquel Maria. *Desenvolvimento, ambiente e saúde: implicações da (des)localização industrial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

_____. MARINHO, A. M. C. P.; ELLERY, A. E. L. *et al.* Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 148-175.

_____. *et al.* *Documento síntese dos resultados parciais da pesquisa “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxico”*. Fortaleza, 2010.

SUDATTI, Ariani Bueno. *Dogmática jurídica e ideologia*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

